

CRISPIM GUIMARÃES DOS SANTOS

**IDENTIDADE FAMILIAR: UM ESTUDO A PARTIR DA “TEORIA DA
AUTOTRASCENDÊNCIA NA CONSISTÊNCIA” DE RULLA**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS
2014**

CRISPIM GUIMARÃES DOS SANTOS

**IDENTIDADE FAMILIAR: UM ESTUDO A PARTIR DA “TEORIA DA
AUTOTRASCENDÊNCIA NA CONSISTÊNCIA” DE LUIGI M. RULLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de Concentração: Psicologia da Saúde, sob orientação do Professor Dr. Márcio Luís Costa.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE - MS
2014**

Ficha catalográfica

Santos, Crispim Guimarães dos
S237i Identidade familiar: um estudo a partir da "Teoria da autotranscendência
na consistência" de Rulla. / Crispim Guimarães dos Santos; orientação
Márcio Luís Costa. 2014.
137 f.

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom
Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Família – Aspectos psicológicos 2. Família – Aspectos religiosos
I. Costa, Márcio Luís II. Título

CDD – 306.85

A dissertação apresentada por **CRISPIM GUIMARÃES DOS SANTOS**, intitulada **“IDENTIDADE FAMILIAR: UM ESTUDO A PARTIR DA ‘TEORIA DA AUTOTRASCENDÊNCIA NA CONSISTÊNCIA’ DE RULLA”**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) foi.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Luís Costa (orientador)

Profª Drª Luciane Pinho de Almeida – UCDB

Prof. Dr. Deolino Pedro Baldissera – UNOESC

Profª Drª Sonia Grubits – UCDB

Campo Grande-MS, 26 de novembro de 2014.

**Dedico este trabalho aos
casais da Pastoral Familiar
que se dispuseram participar
do processo de pesquisa para
além das fronteiras
doutrinárias católicas.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela saúde, pela coragem em aceitar o desafio acadêmico de buscar outros modos de conhecimento para além da Teologia e Filosofia.

Agradeço ainda ao Bispo da Diocese de Dourados, Redovino Rizzardo, que me permitiu a façanha de trabalhar e estudar, assim como aos meus colegas sacerdotes pelo incentivo. Igualmente agradeço aos paroquianos que pacientemente ficaram sem meus serviços enquanto me dedicava ao Mestrado.

Um agradecimento especial aos professores, particularmente à Professora Sônia Grubits que, observando meu desejo, mas também minha insegurança para abordar a Teoria de Luigi Rulla, procurou deixar-me livre, demonstrando abertura para a Teoria não muito conhecida na Instituição UCDB. Não poderia esquecer a contribuição do Professor Deolino Baldissera, ex-aluno do teórico Rulla, que me introduziu na Teoria da Autotranscendência na Consistência.

Dedico um capítulo especial ao Professor Márcio da Costa que pacientemente, porém com competência e sabedoria, foi clareando toda a pesquisa, levando-me a conhecer outros autores que me auxiliaram a compreender a própria Teoria de Rulla, ampliando a abordagem da doutrina católica e psicossocial.

É justo recordar a secretária do Mestrado, Luciana, sempre competente e gentil, um agradecimento especial aos casais que se propuseram participar da pesquisa. Certamente não imaginam a contribuição que ofereceram à Igreja e à Academia.

RESUMO

Santos, C. G. Identidade familiar: um estudo a partir da “teoria da autotranscendência na consistência” de Rulla. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2014.

A família é tema recorrente em diversos meios acadêmicos e religiosos, que procuram defini-la a partir das ciências, ideologias e crenças. A identidade da família se constrói através das relações de alteridade, tendo como fundamentos os valores em que se acredita e sua prática, num processo dialético, que reflete um modo de ser dentro da sociedade. A família católica constrói sua identidade quando participa da formação doutrinal, que lhe oferece os pressupostos para estar na sociedade de um modo diferencial perante as demais famílias. O objetivo da pesquisa foi verificar, à luz da Teoria da Autotranscendência na Consistência de Rulla, através das falas dos participantes, como a formação doutrinal da Pastoral Familiar influencia a internalização dos valores vividos e dos valores proclamados, no processo de construção vivencial da identidade familiar. Foram realizadas entrevistas com sete famílias, representando sete grupos compostos de 10 famílias cada, num total de 22 pessoas entrevistadas. As entrevistas foram distribuídas em dois momentos. Um questionário oferecido às 70 famílias para que livremente o devolvessem, e as devolutas seriam as entrevistas posteriormente em áudio-tapy. Foram avaliadas as falas para verificar os valores proclamados e vividos, depois ambos serviram para uma análise da dialética de base, que demonstrou como o processo doutrinal influenciou a construção da identidade das referidas famílias, que evidenciaram uma afetação psicossocial nas relações da própria família constituída pelos pais e filhos, com os demais familiares próximos e com outras classes da sociedade. Conclui-se que existe um jeito de “ser no mundo” dessas famílias católicas, que trazem traços marcantes do processo formativo-doutrinal, e da pressão social das outras configurações familiares, e que essa é a sua identidade. Por isso, a própria Igreja Católica precisa estar atenta, antes de oferecer sua doutrina, para perceber o estado existencial das famílias e as suas relações interpessoais e sociais, a fim de proporcionar uma adesão e internalização dos seus valores autotranscendentes.

Palavras-Chave- Família, valores autotranscendentes, consistência, formação, identidade.

ABSTRACT

Santos, C. G. family identity: a study from the "theory of self-transcendence in consistency" of Rulla. 2014 140f. Thesis (MS) - Dom Bosco Catholic University, Campo Grande/MS, 2014.

Family is an issue on many academic and religious circles that keep trying to define it from science, ideologies, and belief points of view. Family identity is built through relations of alterity having as a fundament the values in which we believe and the practice of them in a dialectic processes that reflects the way of life within an society. The catholic family builds its own identity when attending the doctrinal formation that offer the assumptions to be part of a society on a different manner comparing to other families. The purpose of this research was to verify throughout the participant's speech, how the doctrinal formation of the Pastoral Family influences on internalization of lived values and the proclaimed values into the living building process of the family identity, to the Theory of Self-Transcendence in consistency Rulla. Seven Families were interviewed representing seven groups made of ten families each resulting on a total of 22 people interviewed. The interviews were distributed into two stages: A questionnaire was offered to 70 families where they would freely give it back, and the empty ones would be interviewed later in an audio-recorder. The answers were assess to verify the proclaimed values and experienced, afterwards, both served for a analysis of the dialectic base, that showed how the doctrinal process influenced on the construction of the identity of the referred families, which demonstrated an psychosocial affectation in their own families constituted by parents and children, with other close relatives and with other Society classes. It was conclude that there is a way of "being in the world" on these catholic families, which bring striking features of doctrinal formation process, and the social pressure from other family configurations, and this is their identity. Therefore, the Catholic Church itself needs be careful before offering its doctrine to notice the existential status of the families and their interpersonal and social relations in order to provide and inclusion and internalization of its self-transcendent values.

Key-words: family, self-transcendent values, consistency, formation/training, identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 TEORIA DA AUTOTRASCENDÊNCIA NA CONSISTÊNCIA APLICADA À ANÁLISE DA FAMÍLIA	13
1.1 IDENTIDADE.....	26
1.2 A IDENTIDADE COMO PROBLEMA	32
1.2.1 As estruturas do Eu	37
2 CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA	40
2.1 FAMÍLIA AO LONGO DA HISTÓRIA	43
2.2 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....	46
2.2.1 Estrutura familiar contemporânea	48
2.3 CONCEPÇÃO CATÓLICA DE FAMÍLIA.....	54
2.3.1 Propriedades teológicas do matrimônio católico	62
2.3.1.1 Unidade.....	62
2.3.1.2 Indissolubilidade.....	63
2.3.2 Finalidades teológicas do matrimônio católico.....	64
2.3.2.1 Bens do cônjuge.....	64
2.3.2.2 Geração e educação da prole	64
2.3.2.3 Os filhos na doutrina católica	65
3 FORMAÇÃO DOUTRINAL CATÓLICA DESTINADA À FAMÍLIA	69
3.1 PRESSUPOSTOS PARA UM MATRIMÔNIO CATÓLICO	71
3.1.1 Preparação remota	74
3.1.2 Preparação próxima	76
3.1.3 Preparação imediata.....	79
3.2 FAMÍLIAS CONSTITUÍDAS: FORMAÇÃO PÓS-MATRIMÔNIO	87
4 O CONTEXTO MULTI-IDENTITÁRIO DA FAMÍLIA CATÓLICA	91
4.1 ASPECTOS RELEVANTES DA PESQUISA	92
4.1.1 Valores proclamados	93
4.1.2 Valores vividos	103
4.2 CONTRADIÇÕES NA DIALÉTICA DE BASE.....	112
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	139

A família é tema constante de reflexões acadêmicas e de outros níveis de conhecimento que envolvem questões sociais e culturais que afetam o ser humano. Na busca incessante do bem da sociedade, tanto quanto no cuidado de suas mazelas, como a violência, a desigualdade, a má distribuição de renda, educação, quase sempre há referência ao tema da família.

Hoje, constata-se uma gama variada de concepções do que vem a ser considerado família. Como é algo muito amplo, já que na sociedade ocidental a família passou a ser observada a partir de muitos aspectos e pontos de vista, faz-se necessário, mesmo que brevemente, delinear as concepções de família existentes na sociedade moderna.

Será dado um destaque maior à família católica que está inserida na vida eclesial através da Pastoral Familiar. Ela é um dos muitos modelos de família hoje apresentados, mas não é o único. A família nuclear católica foi quase uma hegemonia, no século XX, sobretudo nas últimas décadas, e no início deste século, viu-se uma mudança substancial, pois surgiram inúmeras outras modalidades de famílias.

A família de tradição católica não deixou de existir, mesmo sendo uma das muitas modalidades, ela continua a ser expressiva, e o é por que a Igreja Católica, através de sua doutrina, continua a proporcionar meios para que os lares cultivem essa identidade.

Uma família tradicional, segundo a concepção católica, deve observar a doutrina da Igreja, que deve ser aprendida através da formação que é oferecida, especialmente pela Pastoral Familiar, usando o conteúdo dos valores evangélicos, mas servindo-se também do saber acadêmico, como o da psicologia, da filosofia e da sociologia, com o intuito de inserir as pessoas, de forma mais consciente na realidade em que vivem os católicos. No entanto, a Igreja não fecha as portas para outras famílias que não se enquadrem nas suas fileiras pastorais.

As famílias que participaram da pesquisa eram inseridas nos grupos da Pastoral Familiar, nos quais recebiam os conteúdos elaborados pela Igreja Católica, participavam de formações específicas sobre a doutrina, sobre os relacionamentos, a sociedade e seus desafios, e eram chamadas às práticas do serviço da caridade, da educação dos filhos na fé, e, através de outros conteúdos, como os da psicologia e os da sociologia, a aprofundar o conhecimento sobre a sociedade na qual vivem.

O fato de receber uma formação específica, num processo de alteridade mais amplo, faz sobressair nessas famílias uma identidade, algo que lhes é característico.

A doutrina católica proporciona uma identidade, e isso pressupõe que os fiéis vivam a fé com maturidade, o que não exclui, ao contrário, implica a maturidade social e psicológica,

presumindo que aquelas pessoas que buscam praticar a fé são consistentes no seu modo de pensar e agir, não vivendo em contradição entre o proclamado, a fé e as atitudes. Em relação àqueles que professam outra fé ou não professam nenhuma, também é possível supor que tenham elementos que os distinguem. Assim, deseja-se saber qual a identidade da família católica que participa e recebe a formação dentro da Pastoral Familiar.

Utilizar-se-á a Teoria da Autotranscendência na Consistência, que visa a verificar nas pessoas que professam a fé católica, se entre os valores proclamados e vividos há consistência. Mesmo que não se comprove tal fato, verificar-se-á uma identidade existente, que se manifesta nas atitudes.

Se existe uma configuração de família católica observante da doutrina, é possível procurar conhecê-la e observar qual sua verdadeira identidade, eis o propósito deste trabalho.

O primeiro Capítulo abordará a fundamentação teórica baseada no enfoque de Luigi Rulla e sua Teoria da Autotranscendência na Consistência. Fundamentada na interdisciplinariedade, a Teoria procura verificar as motivações vocacionais e suas consistências e inconsistências entre os valores proclamados e vividos. O fruto da vivência ou não dos valores gera identidade, que na família católica, mesmo alimentada pela doutrina, não é estática. Sendo dinâmica, ela se apresenta como um “problema”, pois tem uma razão de ser, e é confrontada com a realidade que circunda a vida familiar, numa constante dialética entre o Eu Atual e o Eu Ideal.

Contudo, sendo uma Teoria interdisciplinar, ela abre muitas possibilidades para explorar outras abordagens psicológicas sobre a pessoa humana, aproveitando aspectos da filosofia e teologia. Nesse caso, porém, o enfoque é mais restrito, pois pretende salientar aspectos da identidade da família católica inserida na Pastoral Familiar.

O Capítulo II apresentará algumas das concepções de família e os seus desdobramentos ao longo da história ocidental. Apresentam-se os modelos que no decurso histórico contribuíram para a formação da família contemporânea, esta marcada pelas revoluções do pensamento, o que levou a novos modos de ver a família. A família católica é apresentada como um modo de ser no mundo, alimentando-se da Doutrina da Igreja para preservar a sua identidade.

O Capítulo III tratará da formação doutrinal católica destinada à família, com o intuito de revelar os pressupostos para a realização de um matrimônio católico, já que essa modalidade de “ser social” vive em constante contato com as demais concepções. Nesse capítulo, podem-se observar as diversas etapas no processo formativo, desde a preparação remota, a próxima, a imediata até a pós-matrimonial.

É o Capítulo IV que trará as falas das famílias pesquisadas, num total de sete famílias e 22 pessoas que as compõem. Nessa etapa da pesquisa, procurou-se verificar quais valores essas famílias proclamam e como os vivem, como o contato com outras realidades familiares as afetam, como ajudam ou levantam questionamentos na formação da própria identidade.

As considerações finais vão evidenciar que há uma identidade católica, fruto do processo formativo nos parâmetros da Doutrina Católica; no entanto, as famílias sofrem as repercussões das tensões psicossociais, porque não estão isoladas, mas se relacionam com outras pessoas e seus valores.

É possível afirmar, através das falas dos participantes, que a Igreja tem produzido um movimento de formação de identidade nas famílias que aderem ao processo formativo. Por isso, a Igreja deve estar atenta com as novas configurações familiares e com a transmissão da sua própria doutrina, repropondo a maneira de intervenção que desencadeará novos processos psicossociais.

Este capítulo se propõe fazer uma síntese dos conceitos básicos da Teoria de Rulla, como: necessidades, valores, consistência e inconsistência, estímulos, conteúdos da personalidade e das três dimensões, além da identidade apreciada por alguns teóricos e a identidade contemplada pelo próprio Rulla. Assim, o intuito deste capítulo é, a partir do autor citado, observar qual a identidade do cristão, no caso, da família católica, que diz observar os valores doutrinários, Luigi Rulla (1971), especialista no estudo das motivações humanas, aplicadas aos processos vocacionais da vida cristã, realizou várias pesquisas que visam a esclarecer quais motivações levavam uma pessoa a buscar a vida consagrada, ao mesmo tempo em que procurava descobrir os elementos que faziam as pessoas permanecerem ou não naquele estado de vida.

A Teoria da Autotranscendência na Consistência é baseada na interdisciplinaridade, a partir de estudos e observações da realidade vocacional, partindo dos dados antropológicos da pessoa humana, com base nesses dados percebeu-se que a vocação à vida cristã consagrada, mais especificamente pelos votos ou pelo sacerdócio, deveria ser pautada na dinâmica psico-espiritual consistente, o que significa dizer que os valores evangélicos proclamados, juntamente com os valores naturais, precisam ser vividos por convicções e não por complacência. Essa vivência se realiza numa sociedade e suas estruturas menores, no caso, a família católica praticante¹.

Na perspectiva rullariana, os valores são marcados pela dimensão cristã, chamados de valores autotranscendentes. Muitas pessoas os conhecem, tentam vivê-los, mas na prática, às vezes, podem ser meramente fruto de emoções, não são internalizados.

Na Teoria da Autotranscendência na Consistência há um estudo verdadeiramente interdisciplinar que produziu uma teoria abrangente da personalidade humana, tendo como foco a formação sacerdotal e religiosa. A Teoria surge num momento eclesial importante, durante a efervescência dos pós-Vaticano II², quando a Igreja percebeu a necessidade de oferecer novos matizes de interpretação da realidade antropológica e espiritual, concernentes à vida daqueles que se consagravam inteiramente ao serviço dos povos por meio da Igreja.

Nesse período histórico houve rupturas profundas na humanidade assolada por novos modos de pensar, não escapando nenhuma instituição. A Igreja Católica, embora se diga de condição divina, não se furta de sua condição humana, inserida na problemática do homem em todos os tempos. A Instituição Igreja percebeu que muitos filhos seus não tinham

¹ Praticante é um termo usado para designar aquela pessoa que participa efetivamente da vida eclesial.

² Concílio Ecumênico da Igreja Católica Romana, acontecido de 25 de dezembro de 1961 a oito de dezembro de 1965. Nele muitas questões eclesiais foram discutidas e inculturadas nas novas realidades do mundo, sempre à luz do Evangelho. Os Documentos Conciliares foram publicados sob o título *Compêndio Vaticano Segundo*.

abraçado seus valores num processo de internalização, mas de complacência. Os mecanismos de sustentação eram externos, mais do que convicções internas profundamente enraizadas (EGENOLF, 2003).

O ser humano é constituído de uma força para a autotranscendência. No entanto, a pessoa também carrega consigo limites que tentam impedir sua autotranscendência, conhecida como dialética de base entre a tendência para autotranscendência limitada e a própria limitação (RULLA, 1987). Por isso, a seguir, uma síntese demonstrativa dos conceitos básicos da Teoria Rullariana.

a) Conteúdos da Personalidade: são os valores, necessidades e atitudes.

Valores: são divididos em finalísticos, isto é, o “o importante em si mesmo”, aquilo que o indivíduo pretende alcançar, como união com Deus e o seguimento de Jesus Cristo; e valores instrumentais, ideais de conduta para chegar ao fim último. Esses dois níveis influenciam as opções de objetos e conteúdos, pois um nível não bem desenvolvido pode reter a pessoa no processo de transcendência, deixando resíduos que influenciarão as escolhas dos conteúdos e as necessidades. (BALDISSERA, 2009). Em geral levam à autotranscendência, mas não sempre. Ser for um valor utilitarista, a pessoa proclama e até vive, mas com o intuito consciente ou não de obter gratificação ou evitar frustração. A função defensiva faz com que a pessoa se defenda de aspectos que a ameaçam. Ambos não levam à autotranscendência.

Necessidades: tende a levar o indivíduo a escolher o que é importante para ele, é o “importante para mim”; predomina nessa perspectiva os afetos. Isso é próprio da sua primeira infância, com o tempo isso deveria desaparecer. As necessidades são ambíguas no referente à autotranscendência. Mas também se se levar em consideração os valores evangélicos, algumas necessidades podem facilitar o crescimento da pessoa, naquilo que se propõe abraçar. Por isso, Rulla (1987), tendo como base Murray (1938), classifica sete necessidades dissonantes para a vocação cristã: exibicionismo, inferioridade, agressividade, dependência afetiva, gratificação erótica, evitar a inferioridade e defender-se. Também relaciona sete neutras: afiliação, reação, domínio, ajuda aos outros, ordem, conhecimento e realização (BALDISSERA, 2010)³. As segundas contribuem para o crescimento pessoal, porque impulsionam sair de si mesmo.

³ As necessidades dissonantes revelam imaturidades psicológicas, podendo assim não favorecer a internalização de valores, dessa forma, não contribuem para a vocação cristã.

Atitudes: estado em que a pessoa permanece de prontidão para responder a influências diretas sobre as atividades mentais e físicas. São realidades adquiridas a partir da experiência vivencial, com a idade, e dos fatores sociais (BALDISSERA, 2010). Podem servir aos valores ou às necessidades ou a ambos. Pode-se também qualificar como predisposição do indivíduo para avaliar algo de uma maneira favorável ou desfavorável, e que dispõe para a ação. As atitudes são adquiridas através das experiências específicas e pessoais, e em três campos da estrutura humana: afetivo, cognitivo e conativo. Esse último diz respeito ao objeto de uma atitude e a maneira como ele é percebido. No processo formador das atitudes, primeiro vêm a percepção e a interpretação do objeto, em seguida o estado emotivo, e em terceiro, a ação correspondente.

- b) Consistência:** trata-se de dois tipos de consistência e dois de inconsistência. No primeiro caso, as consistências acontecem quando valores e necessidade se acordam sem contradição; subdivide-se em a) Consistência Social, ou seja, necessidades compatíveis com valores e atitudes, b) Consistência Psicológica, necessidades conscientes ou inconscientes, é compatível com os valores e não com as atitudes (RULLA, 1987).
- c) Inconsistência:** nas inconsistências há contradição entre valores conscientes e necessidades inconscientes. Há também uma subdivisão em Inconsistência Psicológica, que ocorre quando a necessidade subconsciente está em desacordo com valores e atitudes; é dar para receber e não por altruísmo. Inconsistência Social ocorre quando uma necessidade subconsciente está em desacordo com os valores da vocação cristã, as atitudes ficam mais ligadas às necessidades que aos valores (RULLA, 1987).
- d) Dialética de base:** existe uma tensão entre o “eu” que transcende e o “eu” transcendido, na dinâmica do “importante para mim” e do “importante em si”. O primeiro, ligado às necessidades e o segundo, à avaliação reflexiva racional e aos valores (BALDISSERA, 2010).
- e) Dimensões:** são três as dimensões, conjunto de valores (naturais, autotranscendentes e ambos juntos). Com o tempo isso se transforma em disposições habituais, que insidem na vida cotidiana da pessoa. É necessário abordar a questão das três dimensões definidas por Rulla, quando se fala de consistência, para uma compreensão mais ampla da sua Teoria.

Para compreender a primeira dimensão, é necessário compreender o Eu Ideal, que é baseado naqueles valores cristãos que o indivíduo e/ou o grupo tendem a buscar como fim último. Difere do eu ideal da psicanálise, pois são valores escolhidos porque são “importantes em si”, diferente da perspectiva psicanalista que são “importantes para mim”. O Eu Atual é aquela realidade vivida no cotidiano, onde o projeto de vida imerso na dinâmica social, defronta-se dialeticamente com aquele desejo de contrair os valores autotranscendentes.

O Eu Ideal é derivado das estruturas conscientes, nas quais há uma maior ou menor harmonia entre o Eu Ideal consciente e o Eu Atual consciente. Portanto, nessa dimensão há uma maior capacidade para as escolhas, o que caracteriza as virtudes e o pecado⁴; a segunda dimensão parte da dialética entre as estruturas simultâneas do consciente e do inconsciente, deriva da harmonia entre o Eu Ideal e o Eu Atual consciente, e da oposição entre o Eu Ideal e o Eu Atual inconsciente. Nesse aspecto, dependendo da harmonia ou não do bem real e/ou bem aparente, ela se move entre os valores naturais e autotranscendentes. Há uma tensão entre o proclamar e o viver. A terceira dimensão tem a ver com os valores naturais e suas motivações, por isso, aqui podem ser caracterizadas a normalidade e/ou a patologia (RULLA, 1987).

Há, portanto, uma tensão dialética, a que o autor chama de “dialética de base”, que é a capacidade de a pessoa confrontar aquilo que ela escolhe por si mesma, Eu Ideal, e o que deseja ser e fazer e na sua realidade de como é no agora, “Eu Atual” (RULLA, 1987). Por ser algo dialético, mesmo na pessoa livre, o empenho por viver tais valores não significa que sejam vividos profundamente na dimensão do Eu Ideal, devido à resistência para a autotranscendência.

Os empecilhos para perpassar a questão da liberdade humana na dialética das três dimensões, que são disposições para estabelecer a harmonia ou desarmonia entre o Eu Ideal e o Eu Atual, ocorrem do processo de desenvolvimento da pessoa no contato com os valores e o ambiente (RULLA, 1987). As dimensões:

podem ser concebidas como níveis de funcionamento motivacional derivante de certos tipos de configurações estruturais operantes no quadro de uma certa finalidade ou horizonte. Comportam, pois, uma analogia com os estágios. Cada dimensão gera um sistema de forças motivacionais. Formalmente constituído, cada um desses sistemas não é exclusivo no sentido de que pode coexistir na mesma pessoa, com outras dimensões. A primeira dimensão exprime as forças motivacionais conscientes e livres e o horizonte prevalente é aquele de ideais, valores, teocentricamente

⁴ Pecado no sentido grego, refere-se à ação humana que leva a errar o alvo da vida; é mais que moralidade impositiva.

autotranscendentes. A segunda dimensão exprime as forças motivacionais não apenas conscientes e livres, mas também aquelas subconscientes, em um horizonte onde junto com os ideais teocentricamente autotranscendentes estão presentes ideias como valores naturais, nem sempre coordenados e em harmonia com os primeiros. A terceira dimensão exprime forças motivacionais subconscientes ou de alguma forma menos livres, em um horizonte de ideias prevalentes como valores naturais e tendo como fim um eu limitado em relação à autotranscendência (IMODA, 1996, p. 611).

A Primeira Dimensão tem como polo dialético a virtude e o vício (pecado). A maturidade nessa dimensão acontece quando a pessoa internalizou os valores autotranscendentes e estes motivam sua vida. Ela tem liberdade interior, porque tem consciência do seu ser no mundo, que a leva a ter consistência, fruto da harmonia dos processos simbólicos (necessidades conscientes e inconscientes). É “constituída pelas dinâmicas da pessoa, que se exprimem na soma das consistências centrais não defensivas”. É prevalentemente consciente (RULLA, 1987).

A Primeira Dimensão é vivida por quem é maduro, e procura se direcionar pelos valores religiosos e morais⁵, implicando a vivência da liberdade. A pessoa a vive quando internaliza os valores motivados pela autotranscendência (RULLA, 1987), o que corresponde a um indivíduo consistente, pois há uma harmonia entre os valores ideais e os valores vividos.

A Segunda Dimensão se move entre o bem real e o bem aparente. O bem aparente se apresenta como algo bom, mas como é pronunciado, é aparente, pode enganar a pessoa e difere da patologia, porque esta é um mal e assim se apresenta. Corresponde à dinâmica dialética entre os valores naturais e autotranscendentes, bem real e bem aparente. Este último pode ser uma falsificação do bem. Embora eles possam se manifestar através de necessidades inconscientes, há uma contradição em relação aos valores objetivos da vocação cristã, o que pode revelar uma busca de si mesmo, ao invés do bem em si.

No polo negativo da segunda dimensão, os processos simbólicos do sujeito ligados à necessidades inconscientes não são transparentes a respeito dos valores da vocação cristã, mas representa uma busca máscara de si mesmos. Kiely exemplifica, dizendo que é possível odiar a si mesmo em nome de uma falsa humildade, criticar outra pessoa de forma agressiva em nome de uma pretensa autenticidade profética; sonhar sucessos grandiosos enquanto deixa de lado possibilidades mais reais que a vida oferece (...) é possível perseguir várias expectativas falsas, com muita tenacidade de modo que conduz à frustração e à alienação inevitável, e fazer tudo isso com as melhores intenções (KIELY, 1982, apud, BALDISSERA, PUC, 2009, p. 51).

O polo negativo apresenta a dimensão das inconsistências vocacionais, isto é, há uma desarmonia entre uma necessidade inconsciente e os valores objetivos da vocação cristã, e das

⁵ Estes valores morais se referem aos estágios de Kohlberg (1981).

consistências defensivas, o que aparenta uma consistência vocacional, mas, que ao invés de levar à transcendência, serve para defender-se, criando falsas expectativas para satisfazer as necessidades (BALDISSERA, PUC, 2009). A maturidade nessa dimensão faz com que o indivíduo aja tendo em vista o bem real, mas sobre o consciente, o inconsciente pode influenciar.

É formada pela proporção entre a soma das consistências centrais não-defensivas da primeira dimensão, por um lado, e, por outro, a soma tanto das inconsistências centrais como das consistências centrais defensivas (RULLA, 1987, p. 394-395).

A Terceira Dimensão se move entre normalidade e patologia e tem a ver com valores naturais. Se há imaturidade, a pessoa fica limitada na sua liberdade. A maturidade nesta dimensão revela uma pessoa sadia, psiquiatricamente falando; acontece no processo de desenvolvimento do indivíduo, e psiquicamente define a pessoa no que se refere à normalidade ou à patologia. Quando a pessoa tem imaturidade, tenta proteger o *self* que não consegue se integrar bem no nível social, pois lhe falta liberdade na ação (RULLA, 1987).

Para a vida consagrada, que é um estado vivencial pelo qual os fiéis aderem a Cristo numa Congregação Religiosa, através dos Conselhos Evangélicos de pobreza, obediência e castidade, para procurar conhecer mais intimamente a Deus, através da busca de perfeição, da caridade e do serviço ao reino Deus. Caracteriza-se para a Igreja uma “família religiosa”, onde pessoas dos sexos masculino e feminino assumem livremente essa forma de vida, canonicamente erigida sob a autoridade eclesial (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983). A família composta por pais e filhos, de certo modo, não deixa de ser uma maneira de consagração a Deus, pois é constituída a partir dos parâmetros cristãos, semelhantes àqueles da vida consagrada: vida em comum, doutrina, alteridade, etc.

Então, o autor procura respostas a cinco questões, que servem também como pano de fundo para a dimensão familiar, porque pressupõem valores, ao mesmo tempo em que procura descobrir motivações psicossociais que a impeçam de viver a vocação. Neste caso, aplicar-se-ão à vida matrimonial:

- a) Ao procurar a vida de família, a pessoa o faz porque acredita na dimensão da vida familiar consagrada, ou pelo que aquela vida lhe proporcionará de ganhos espirituais e sociais.
- b) Essas motivações podem ser consideradas reais ou existiriam motivações inconscientes, tais como fugas, medos e busca de segurança.
- c) Havendo motivação consciente, qual parte a revela?

- d) A motivação de contrair a vida consagrada (ou matrimonial) persiste naqueles que abraçaram uma determinada vocação?
- e) A motivação de entrada pode proporcionar separações ou prejudicar a caminhada familiar.

Nas pesquisas de Rulla, muitos candidatos à vida consagrada tinham uma tendência irrealista, movidos por desejos pessoais que nem sempre estavam em consonância com a vida proposta pela Igreja. Idealizava-se, às vezes, por demais a Instituição, formando um Eu Ideal irrealístico em detrimento do Eu Atual, denotando uma falta de realismo na escolha, com um claro prejuízo da liberdade de escolher conscientemente.

Por isso, é necessário considerar brevemente a já mencionada concepção de Murray (1938) das necessidades dissonantes, que Rulla (1987) retoma como empecilhos para a internalização dos valores ideais autotranscendentes. A lista das necessidades definidas por Murray, que Rulla utilizou como análise para possíveis averiguações acerca do peso que cada necessidade tem, o sentido motivacional para sustentar ou não a perseverança vocacional. Classifica-as entre aquelas que são neutras e aquelas dissonantes em relação à vocação.

A preponderância como força central motivadora de uma ou mais dessas necessidades, quando é de nível inconsciente, pode comprometer com o passar do tempo, a perseverança nos compromissos em relação aos valores cristãos.

Para assumir uma vocação, a pessoa necessita de certo grau de saúde psíquica, por mais que ela proclame valores, e neste caso, valores religiosos. As necessidades dissonantes, quando acentuadas ou conjugadas trazem consigo uma considerável interferência no processo de boa assimilação dos ideais autotranscendentes, que por sua vez influenciarão.

Rulla (1987) parte da perspectiva de que a vocação se revela por valores evangélicos pregados e vividos por Jesus Cristo, que são valores finalísticos: seguimento de Cristo e comunhão com Deus, e os outros valores: fraternidade, amizade, serviço, amor, Eucaristia são instrumentos para alcançar os valores finalísticos.

Rulla direcionou seus trabalhos para o acompanhamento psicossocial – religioso dos futuros sacerdotes e religiosos, como já foi mencionado. No entanto, percebe-se que, fazendo um recorte, o emprego da Teoria, que versa sobre vocação, é aplicável às famílias, pois o Matrimônio é uma vocação propagada pela Igreja, embora se destaquem mais nos círculos religiosos, as chamadas vocações particulares: sacerdotes, religiosos e religiosas.

O que se espera de alguém que segue Jesus Cristo, isto é, daquela pessoa que sabe que a direção da sua vida tem a ver com a vocação para a qual foi chamada, e sendo uma pessoa

madura, como pressupõe a Teoria de Rulla, é que abrace os valores que correspondam a essa vocação, de modo coerente (BALDISSERA, 2009).

A família, na visão Católica, apresenta um modelo a ser seguido por quem o escolheu. Na pessoa de Jesus Cristo se encontra a fonte e o ápice, caracterizados pela consistência de um Projeto de Vida, modelo que pode ser escolhido e vivido ou não.

Segundo Rulla (1987), existem as consistências e inconsistências sociais e psicológicas. A consistência social existe quando o consciente e/ou o inconsciente estão em consonância com os valores, com as necessidades, e também quando as atitudes do indivíduo estiverem de acordo com esses valores. Quando as diversas forças motrizes que movem a pessoa não estiverem se digladiando, os elementos psíquicos ou forças motivacionais que agem em cada um podem dispor a pessoa para agir de acordo com os planos de Deus, nisto consiste uma boa adaptação social, pressuposto para o amadurecimento da Família Cristã, pois aquilo que proclama é fruto do que acredita, age de acordo com a crença porque sente que é uma necessidade interior.

Por isso, quem opta pela vocação matrimonial cristã, opta por um vir-a-ser, como fruto da tensão para a transcendência de si mesmo. A pessoa vive para realizar o que deseja ser, não o que é, contando sempre com o auxílio da graça de Deus. Ultrapassa a visão de realização de si mesmo da psicologia humanista. Esta é vista como um efeito, um produto colateral da autotranscendência. Concebe-se vocação cristã como superação do eu, na busca constante de orientar-se por valores transcendentos (MANENTI, 1987).

Para o autor há consistência psicológica quando a necessidade está de acordo com os valores. No entanto, não está de acordo com as atitudes do indivíduo, em que este desenvolve – consciente ou inconsciente – atitudes como egoísmo e agressividade (RULLA, 1986).

Por isso, a doutrina católica não concorda com a visão freudiana, que se baseia na concepção do homem como instinto e apresenta a libido como energia, força básica da personalidade humana. Rulla concebe o homem como uma globalidade, acenando que consciente e inconsciente estão juntos, para que, a partir de ações livres ele possa se autotranscender, quando livremente se autodetermina, nas instâncias dos valores naturais, morais e religiosos.

A pessoa tem possibilidade de se autotranscender. Não o fazendo, não se sustenta como alguém capaz de amar a outro no amor Eros: amor entre um homem e uma mulher, que se conquistam entre si. Já o amor Philia é aquele da amizade, que não cria dependência, e Ágape, aquele amor livre para a autotranscendência. Neles está o tripé daqueles que desejam abraçar a vocação matrimonial, como possibilidade de autotranscendência.

Rulla, para explicar a concepção de autotranscendência, utiliza-se também do pensamento de Bernard Lonergan, ao afirmar que o espírito humano e as suas forças são impulsionados para a autotranscendência, força intrínseca que Lonergan apresenta no seu Método Transcendental, delineadas em quatro níveis de operações, empírica, intelectual, racional e responsável (LONERGAN, 2006). Esses níveis são definidos como:

- 1) Experiência: que compreende as percepções sensoriais, as representações imaginativas mais ou menos atraentes do objeto em questão, ver o conhecimento;
- 2) Intelecção: é um ato de intuição prática, uma hipótese daquilo que se deve fazer praticamente, que faz surgir a pergunta sobre o que é;
- 3) Reflexão crítica: examina a hipótese feita em seus prós e contras, pesa as alternativas e emite um juízo de valor. Pergunta-se: serve para quê? Usa-se o juízo moral para saber se é bom ou mau;
- 4) Decisão: exprime um consenso ou uma recusa em agir de conformidade com o juízo. Se há consenso, passa-se do conhecer ao agir, mediante uma deliberação. Move o sujeito com sua liberdade e responsabilidade, no entanto, enquanto não decide, não é responsável.

A pessoa é constituída por vários níveis e não vive só de ideais, de projetos e intenções, mas de todas as forças que constituem antropologicamente a sua realidade, as suas necessidades, as suas emoções, os hábitos e a história individual. Os três primeiros níveis implicam conhecimento, o quarto implica decisão.

A isso Rulla chama “Eu atual”, que se direciona para um “Eu Ideal”, que transcende. Rulla entende esses níveis como operações que levam à transcendência, mas foca o quarto nível como aquele que revela a maturidade ou não da pessoa, pois é:

um termo com o qual queremos indicar a superação do próprio eu por parte do indivíduo que opta realizar na própria vida valores objetivos que o transcendem. Neste caso, o eu-ideal, isto é, aquilo que o indivíduo quer ser, não consiste na simples realização das próprias potencialidades (autorealização), mas corresponde a um chamado que vem de uma visão de fé. Na mesma perspectiva de fé, existe no crente a convicção na realização dos ideais autotranscendentes, o homem realiza plenamente também a si mesmo, como uma consequência de sua adesão ao convite de Deus. (...), essa tarefa não é fácil nem automática, mas pressupõe e exige um esforço de conhecimento de si e uma liberdade interna que leva a uma consistência nas atitudes do indivíduo entre seus valores proclamados e suas necessidades, tanto em nível consciente como subconsciente, isto é, entre o seu eu-ideal e o seu eu-atual (RULLA, 1987, p. 570).

O Eu Atual representa o que a pessoa realmente é, sabendo ou não das suas virtudes e limites, com suas necessidades e suas atitudes, com seu modo habitual de agir. Ao decidir, a

pessoa revela as duas dimensões do EU: “Ideal e Atual”, consonantes ou não. A vocação matrimonial está imersa nessa dialética do ser e do vir-a-ser.

Na concepção cristã, necessita-se de decisão para assumir a vocação, entendida como um apelo de Deus ao indivíduo. No caso do matrimônio, são duas pessoas, inicialmente, que cooperam no projeto que o próprio Ele traçou para elas. Na perspectiva de Rulla, os valores centrais estão relacionados ao diálogo com Deus em Cristo, tais como seguimento de Jesus e união com Deus. Assim, a autotranscendência se reporta aos valores religiosos e morais que fazem parte da família (VATICANO II, 1997).

No entanto, o apelo de Deus não vai encontrar um terreno neutro. No homem esse apelo vai encontrar duas realidades antropológicas; a primeira é a possibilidade e a capacidade de se autotranscender teocentricamente, ou seja, de ultrapassar a si mesmo, a tudo que pode pensar e adquirir, projetando-se para alcançar Deus como realidade última a ser conquistada; a segunda realidade antropológica que o apelo divino vai encontrar são as limitações intrínsecas ao ser humano, perpassando aspectos psicológicos. Estas podem podar a liberdade necessária para a autotranscendência, não possibilitando de modo favorável a cooperação da pessoa com Deus; as limitações impedem uma liberdade adequada e provoca obstáculos para a cooperação do homem com o Criador (RULLA, 1987).

Para alcançar tal finalidade, a pessoa necessita de maturidade, o que corresponde viver a vocação cristã e seus valores. Franco Imoda (1996) entende maturidade como o ápice do desenvolvimento; a pessoa madura é capaz de levar ou não a vida ao fim proposto. Para tanto, deve haver uma confluência das dimensões espiritual, intelectual e da liberdade, na dimensão psicológica a pessoa precisa ter harmonia interior, deve haver uma consistência.

Partindo da Psicologia Social, o tema tem sua relevância quando na perspectiva da identidade se verificar como os indivíduos, que compõem “um grupo de família”, que tem uma constituição social, a partir das suas histórias, interagem com o mundo que os cerca.

O ser humano nas suas relações psicossociais está ligado à sua necessidade de relacionar-se *com*. Por isso, sendo um ser social é capaz de fazer amizades, dar e receber ajuda, sentindo-se parte de uma família. No entanto, há que se levar em consideração que os indivíduos estão imersos nas suas respectivas culturas, as quais “se lhes impõem” modos de pensar, comportamentos e crenças.

Pessoas que não têm consistência porque não internalizaram seus respectivos valores, sejam culturais ou religiosos, não suportam pressões. As pressões surgiram e surgem das mais variadas realidades, da própria estrutura interna, dos apelos do mundo moderno, com a face da suposta liberdade individual.

Para viver e crescer na verdadeira liberdade, deve-se buscar construir o desenvolvimento de modo integrado, sem desprezar as realidades existentes na pessoa. Portanto, viver a humanidade sem a espiritualidade é deixar de lado um fator primordial da vida, e o contrário também é verdadeiro. No entanto, a autotranscendência teocêntrica (aquela que não esconde os valores do Evangelho), orienta e sustenta a liberdade (RULLA, 1987). Para quem integra as realidades antropológicas e teocêntricas, suas ações são caracterizadas pela eficácia, o que faz com que a ação não seja uma representação, mas que ela seja fruto de uma convicção – vivida.

Contudo, pode haver confusão entre eficiência e eficácia, pois os valores autotranscendentes, que representam o *bem em si*, podem ser vividos, tanto pelo indivíduo como pela instituição, como o *bem para mim*. Isso acontece quando ambos proclamam o valor teocêntrico, mas na realidade, vivem segundo os valores “prevalentemente” naturais ou humanísticos, que estão em contradição com os valores autotranscendentes, como por exemplo, a agressividade descontrolada. Assim, a eficiência toma o lugar da eficácia, isto é, o prestígio e a autorrealização tomam o lugar da autotranscendência, que não visa, por exemplo, este último, a glória, mas ao bem para todos (RULLA, 1986).

Sendo assim, a ação do indivíduo é sempre a partir de motivações que são movidas pelo *bem em si* e/ou pelo *bem para mim*. As motivações ou elementos psíquicos ou forças motivacionais que movem cada indivíduo podem também favorecer mais ou menos a ação de Deus. Quanto mais a pessoa for livre de bloqueios psíquicos, mais ela será capaz de realizar a sua missão de se autotranscender (MANENTI, 1997).

A Teoria da Autotranscendência na Consistência tem o cuidado de observar que, ante a vocação cristã e suas nuances, existe uma pessoa, que tem várias dimensões, inclusive a espiritual.

O ser humano é, de fato, o ser no limite dos dois mundos, aquele material e aquele espiritual. Presente com seu corpo em um mundo material, pode perceber a presença das coisas que rodeiam e ‘tocam’ a sua existência. Como espiritual, que conhece e compreende, pode determinar o seu significado. Enquanto se apresenta unilateralmente sobre vários aspectos ou perspectivas, e consegue perceber o próprio corpo apenas sobre um ponto de vista particular, a determinação intelectual atravessa os vários pontos de vista até atingir a intenção significante (IMODA, 1996, p. 78).

A teoria de Rulla, baseada na antropologia cristã, entende o ser humano como um vocacionado aos valores autotranscendentes. Contudo, não exclui a colaboração das ciências, estas como cooperadoras no processo de ajuda da caminhada humana rumo à

autotranscendência, sabendo que a verdade revelada não pode ser esgotada, explicada, por nenhuma ciência humana, e reconhecendo, inclusive, os limites da própria ciência teológica, que, ao falar de Deus, não pode pretender esgotar o discurso sobre o Ele. Mas o homem traz em si algo da verdade revelada, e é nesse aspecto que não se pode negar o papel das ciências do homem.

Portanto, não se quer tratar da essência ontológica do homem. A preocupação é o modo com o qual o ser humano opera e aparece nas suas relações, suas singularidades e pontencialidades, donde brotam os dinamismos e experiências, por isso, leva em conta a singularidade de cada pessoa. Essa teoria, mesmo tendo um método e utilizando-se dele, considera a pessoa como a fonte na qual as respostas são encontradas, sem fazer do indivíduo o centro de si mesmo. É um personalismo, não um antropocentrismo!

Existe uma vasta discussão, já há algum tempo, sobre o que vem a ser autotranscendência. No momento atual ela é muito pertinente, porque vem carregada de pensamentos filosóficos; sobretudo, influenciada pelos pensadores dos dois últimos séculos, quando as correntes do pensamento foram delineando autotranscendência como um debruçar-se sobre si mesmo, sem olhar o “objeto” a que se serve, o sujeito realiza-se em si mesmo.

No outro extremo, a dimensão filantrópica, sem razões teocêntricas, impulsionou uma visão de pessoa que ainda persiste. O pensamento cristão, coincidentemente com o de outros pensadores, como o judeu Victor Frankl (2004), vê a autotranscendência como deixar de debruçar-se egoisticamente sobre si mesmo e ir ao encontro do outro e de Deus. Dessa forma, o humanismo de Erik Erikson (1963) e Carl Rogers (1961) ajuda, mas não responde ao desejo de realização cristã da pessoa humana, pois a autotranscendência não é autorrealização (RULLA, 1987).

Mas a época atual é marcada pela diversidade e pela pluralidade, e traz conotações de uma crise⁶ profunda. Afonso Garcia Rubio (2001) destaca que na *pós-modernidade* a questão essencial é a existência de “uma sensibilidade distinta da época moderna, que afeta todos os domínios da existência”.

Essa maneira, (pós) moderna, de conceber a realidade desconfia da razão, das ideologias e ideias da modernidade, fruto da crise da própria razão, que afeta e incide na visão do simbolismo afetivo da subjetividade. Por isso, as ciências humanas, de modo especial a psicologia social pode contribuir muito para conhecer a crise e amadurecer o que nela se encontra.

⁶ Crise também pode ser algo muito positivo, tendo como raiz crisol, de aprisionamento. Pode-se dizer que ela proporciona uma nova modalidade de atualizar a realidade humana numa determinada época.

Assim, a Igreja não descarta a formação humana com parâmetros do humanismo, até se serve dela, como possibilidade de chegar ao *bem em si*, mas se preocupa que a vocação cristã seja entendida somente a partir de tal visão, pois ela pode desvirtuar o seu *vir a ser*, acenando para uma falsa autonomia, isto é, uma vocação cristã sem Cristo, baseada somente numa filantropia (RULLA, 1987).

O próprio São Tomás de Aquino (1990) recorda que “a graça pressupõe a natureza”, ao intuir já em tempos idos que a condição humana é complexa e pode trazer em si muitos entraves para a conquista da verdadeira liberdade. Lembra-se que a graça de Deus não invade deliberadamente a liberdade humana, mas uma vida construída no processo do desenvolvimento, tendo como base a fé proclamada e o esforço para vivê-la, possibilitando vislumbrar a liberdade com os parâmetros dos valores evangélicos. Nesse caso, o auxílio das visões filosóficas e psicológicas pode ser também uma valiosa ajuda para que a liberdade efetivamente seja direcionada para amar a todos.

Para a Teoria da Autotranscendência na Consistência, portanto, é importante que se preste atenção às diferenças entre a visão cristã da humanidade e as visões da humanidade implícitas nas psicologias humanistas. A vocação cristã à autotranscendência teocêntrica não é de modo algum reconciliável com algumas visões da humanidade, as quais vinculam suas capacidades de autotranscendência simplesmente em função da satisfação pessoal, ou para fins políticos e sociais. Ao invés disso, a visão cristã, tende para uma comunhão máxima com Deus. Na abordagem de Rulla é imperativo, portanto, que desde o início – mesmo na pesquisa psicológica – a pessoa seja orientada por valores éticos e religiosos, para uma autotranscendência teocêntrica (EGENOLF, 2003).

1.1 IDENTIDADE

Visto aspectos fundamentais da Teoria da Autotranscendência na Consistência, é necessário abordar também aspectos da identidade. Muitos teóricos versaram sobre esse tema. A visão de identidade é abordada igualmente por várias teorias psicológicas, sociológicas e antropológicas. Alguns falam das velhas identidades que estão desaparecendo para dar lugar a novas, fruto da fragmentação do mundo moderno, já que o pensamento anterior, baseado na racionalidade, determinava o que convinha pensar e agir, como possibilidade de melhorar os problemas humanos e sociais, através da tecnologia e do conhecimento científico (MAFFESOLI, 2004).

A sociedade atual tem uma base “impermanente”, busca uma múltipla percepção da realidade, para afirmar um novo escopo social. Procura uma recomposição a partir da diversidade e da diferença. Assim explica Hall, ao dizer que:

um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas (já desde) o fim do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2005, p. 9).

A diversidade chegou ao mundo religioso que, por sua vez, influencia e é influenciado pela sociedade. Portanto, essa realidade perpassa a teologia atual. Hoje se fala numa identidade cristã no mundo plural, onde o próprio Vaticano II, demonstra mudanças ocorridas na visão da Igreja Católica. A *Nostra Aetate* (1997) fala da relação das tradições religiosas no campo da ética, mas não perde de vista dessa identidade. No cristianismo a alteridade expressa na criatividade do viver é um traço essencial da identidade cristã. Portanto, é possível afirmar que “há um jeito cristão de ser homem, de ser mulher, de amar, de trabalhar, de viver, de sofrer, de ser feliz. Esse jeito cristão de ser e de viver o amor não é facilmente discernido no dia a dia” (PANASIEWICZ, 2007).

Ainda se diz que a identidade pode ser avaliada como constituinte fundamental da gênese de um ser social, igualmente da cidadania; é o viver profícuo em família que avaliza os indivíduos para que, nos seus distintos intercâmbios, adquiram capacidades de edificar o seu “eu” próprio, pois os processos de diferenciação e “assemelhamento” consentem desenvolver, tanto a individualidade e a personalidade, como a identidade e a consciência-de-si-mesmo (LANE, 1986).

No processo de edificação da identidade é que se desenha a busca de significação de si mesmo, das representações da pessoa e do seu modo de “estar” no mundo. Assim sendo, se o indivíduo se isola, torna-se alguém abstrato. A identidade é fruto e se concretiza na alteridade; ou seja, é nesse desenvolvimento que o indivíduo se desvenda diferente e distinto de outros (MARCÍLIO, 1998).

No processo da construção da identidade George Mead (1972) traz os conceitos de *eu* e *mim*. A aptidão de ver a si mesmo através de outros, implica que o *self* apresente duas realidades: o *eu* e o *mim*. O *eu* refere-se ao sujeito que empreende a ação. Os indivíduos são entes ativos, aptos para agir prontamente e por iniciativa própria. O *mim* se refere ao *self* como objeto, enquanto formador de uma imagem da própria pessoa que se vê através dos

outros. O *eu* vai reagir às atitudes dos outros. Portanto, a interação social é um colóquio ininterrupto entre o *eu* e o *mim* (MORRIS, 2010). Mead (1972) vai estudar o desenvolvimento social do *self*, observando a importância indispensável do indivíduo ser capaz de se colocar no lugar do outro, pela identificação ampla de papéis sociais.

Para pertencer a um grupo social, Mead salienta a necessidade de reproduzir valores e símbolos comuns a todos no grupo em que a pessoa se insere, por meio de adaptação, no entanto, sem perder a sua autonomia e sem se deixar massificar (MORRIS, 2010). Dessa forma, o *self* é fruto da influência mútua social e não está dado a priori, por condições lógicas ou biológicas. O *self* não nasce com o nascimento, mas insurge como produto de um processo de experiência e ação social, isto é, a partir das relações com outros sujeitos dentro desse procedimento (MEAD, 1972). A identidade é consolidada no equilíbrio entre o “*eu*” e o “*mim*”.

Desse modo, a conjuntura social e individual amolga-se interativamente, simbólica e subjetivamente, procurando caminhos de sustentação psicológica, no desejo de sobreviver e adaptar-se num mundo que passa por rápidas mudanças, onde os valores são constantemente confrontados, influenciando o processo de convivência social. A formação e a preservação da identidade, a partir dessas transformações, geram muitas visões na concepção de sujeito.

A identidade pode ser definida como constante processo, no qual há uma elaboração da pessoa sobre si mesma como indivíduo singular, mas que perpassa a adoção de valores que a insira numa realidade social (WEYTEN, 2002). Nesse contexto, o indivíduo forma o conceito de si mesmo e do o que os outros pensam sobre ele (SCHULTZ, 2002). A identificação com modelos de referências ajuda a formar a identidade e a inserir-se na estrutura social, para afirmar-se como indivíduo dentro de um grupo, ocupando um lugar no mundo, sem perder a sociabilização e a individualização.

O processo contínuo das relações vai formando a identidade, que não é estática. Nesse processo, a construção de valores passa por crises, frutos dos embates das forças psicológicas e das relações sociais, amparadas por outros valores. Devido ao momento atual, quando a “diversidade” é uma marca, esses conflitos ocorrem constantemente. Conviver com o diferente e ser tolerante é algo que se diz ser inerente ao mundo contemporâneo. Posicionar-se sobre o ele, aceitando-o ou divergindo dele no diálogo, deveria ser outra marca, que só ocorre quando a pessoa, ou grupo, é capaz de se nortear por um conjunto de valores estáveis, pois quem não sabe quem é, não sabe igualmente dialogar com o diferente.

Para formar sua identidade cristã, a pessoa necessita de estabilidade psicológica. Rulla (1987) chama essa estabilidade de consistência, que possibilita o adaptar-se socialmente –

sem se deixar tragar pelo meio, levando-a a conviver na pluralidade, mas não sendo fragmentada.

Devido às mudanças rápidas já recordadas, o conceito de identidade, embora possa ser apresentado como consistência, não pode ser visto meramente como unicidade (aquilo que é único e que caracteriza a pessoa), diferindo alguém de outro. No entanto, é necessário recorrer a outro conceito: semelhança (igual ou idêntico ao outro), por isso, identidade é um conceito muito controvertido. Essa controvérsia é perceptível através da psicologia social (relacionada a papéis e status social) e clínica (pessoa como símbolo de individualidade e singularidade: sexo: profissão, etc.)

Mas o conceito de identidade ultrapassa a psicologia, Bauman (1999), na sua sociologia aborda o tema a partir do conceito de “sociedade líquida”. O autor retoma o conceito de Modernidade, como forma de conhecer, classificar e ordenar o mundo. Tudo deve estar em ordem, e o que não se caracterizar assim deve ser controlado. Modernidade é ordem! Nesta perspectiva é evidente a ciência moderna.

A ciência moderna nasceu da esmagadora ambição de conquistar a Natureza e subordiná-la às necessidades humanas. A louvada curiosidade científica que teria levado os cientistas ‘aonde nenhum homem ousou ir ainda’ nunca foi isenta da estimulante visão de controle e administração, de fazer as coisas melhores do que são (isto é, mais flexíveis, obedientes, desejosas de servir) (BAUMAN, 1999, p. 48).

Porém, a modernidade passa agora por transformações, que chegam a influenciar o próprio conceito, denominando-o de pós-Modernidade, Modernidade líquida, segunda Modernidade, onde muitas realidades mudam rapidamente. Segundo Beck (2003), a última é marcada pela oposição natureza/sociedade, onde possibilidades e riscos chegam no mesmo processo, intensificados pela globalização. Outra característica marcante é a questão da produção do conhecimento, que acontece “a velocidade da luz”.

Bauman (2001) verifica que este rápido processo acontece em todas as esferas, na economia, nos costumes e nos valores, levando o indivíduo a fazer escolhas “mais” livres, dentro de um leque inchado de propostas. Ao mesmo tempo, a liberdade quase infinita, multiplica inúmeras vezes a possibilidade de escolhas inapropriadas.

A identidade (na pós-Modernidade) não é mais fruto do processo “seguro” de antes. Há uma hibridização de processos constitutivos da identidade, valores religiosos, culturais, que são colocados numa dinâmica de padronização, ao mesmo tempo em que parece favorecer a diversidade. Para Bauman (1998), a modernidade veiculou a identidade à questão

de realização, fruto da solidez e da coesão, levando a pessoa ao fim “imutável”, caso contrário, seria um problema.

Isso, contudo, não vale mais para os dias atuais, pois tudo que parece fixo, opõe-se ao transitório e, portanto, não é atrativo.

O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência. Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. O horror da nova situação é que todo diligente trabalho de construção pode mostrar-se inútil; e o fascínio da nova situação, por outro lado, se acha no fato de não estar comprometida por experiências passadas, de nunca ser irrevogavelmente anulada, sempre mantendo as opções abertas (BAUMAN, 1998, p. 112-113).

Já na segunda modernidade, ou pós-Modernidade, segundo Bauman (2001), as relações são estabelecidas pelo consumo de bens. A identidade não escapa a essa visão, por isso, torna-se transitória, descartável, líquida. Neste contexto nem o corpo resiste a tal ótica, pois deve ser adaptável a novas condições físicas e sensações. Cuidar do corpo tomou o lugar de saúde.

Assim, a identidade substitui a comunidade, como promotora das suas próprias regras, padrões de conforto e conduta, mas sem padrões sólidos, onde a identificação se torna frágil.

Identidade significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar, no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e depois disso, realizar ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos (BAUMAN, 2003, p. 21).

Assim, também, algumas comunidades familiares passam a se apresentar como voláteis e passageiras, agrupadas por interesses individuais, sobrepondo-se ao grupo. A nova identidade deve ser sempre flexível em torno daquilo que Bauman (2003) chama de comunidade estética, em detrimento da ética, que não favorece laços duradouros. Não existe mais a continuidade por toda uma vida. Aliás, isso não é bem visto pelos (pós) Modernos; esse modo de pensar seria a limitação da liberdade (BAUMAN, 2005).

Para Ciampa (2011), a identidade é formada por características múltiplas, é dinâmica, não está pronta e acabada, é como “eu” me identifico, como o “outro” se identifica e como a própria sociedade se identifica, desse modo, não há perfeição da identidade, porque ela se constrói no cotidiano em diálogo com o mundo.

A contemporaneidade revela um traço fundamental: a contrariedade. Esse traço permite às várias áreas do saber, inclusive a psicologia, descreverem a realidade objetiva e subjetiva da pessoa. Com isso, muitos falam de uma identidade conflitante, parte da dialética entre racionalidade/irracionalidade, integração/fragmentação, sujeito/sociedade (BRITTO, 2009).

Nesse aspecto dialógico, o lugar existencial, mais que o físico-geográfico, continua sendo, por excelência, espaço de formação da subjetividade, mesmo sofrendo as influências do cotidiano que, de um modo ou de outro, vai delineando a identidade.

“Quem você é? É uma pergunta que frequentemente nos fazem e que às vezes fazemos a nós mesmos... ‘Quem sou eu?’ quando esta pergunta surge podemos dizer que estamos pesquisando nossa identidade” (CIAMPA, 2011, p. 62).

A questão da identidade aparece nos mais variados momentos cotidianos, a tal ponto que a identidade de alguém reflete-se na identidade do outro e vice-versa. Quando se quer saber a identidade de uma pessoa, tem-se como objetivo saber o mais possível dela, o problema é como obter as informações reais e práticas, pois a igualdade e a diferença são a primeira noção de identidade. Socialmente a identidade vai sendo construída quando a pessoa se identifica com outro indivíduo ou quando se sente diferente dele (CIAMPA, 2011).

Segundo Britto (2009), o indivíduo de hoje, diferentemente do indivíduo do período auge da modernidade, não tem mais sua identidade centrada, definida, estruturada, pois as mudanças identitárias do sujeito deslocaram dos lugares da realidade social.

Aliás, é importante notar que os elementos que conferem sentido ao que chamamos identidade de um e de outro são também bastante diferenciados, representando paradigmas distintos, que caracterizam como conflito entre sujeito moderno e o sujeito pós-moderno (BRITTO, 2009, p. 22).

No entanto, no processo de alteridade, a identidade vai sendo constituída na relação com os diversos grupos em que a pessoa está inserida. Um desses grupos é a família, que pode marcar profundamente as relações recíprocas. Assim, a identidade se apresenta como um dado, mas é preciso analisar o processo.

Por isso, à pergunta de Ciampa (2011), “o que é identidade?” se segue uma análise do processo, fruto das questões biológicas, psicológicas e sociológicas. A individualidade a pessoa recebe biologicamente, ao mesmo tempo em que a constrói no processo relacional, a partir das representações. Assim, a criança já nasce sendo filha de alguém. Essa representação

vai sendo incorporada de maneira objetiva. Deste modo, não basta nascer filho de alguém, é preciso assimilar, identificar-se como...

Alguém parte de uma família biológica, ou família religiosa (católica) não só porque ali nasceu ou foi batizada, mas porque encontra a sua situação equivalente a de outros membros dessas famílias. A identidade, portanto, é fruto da unidade, aquilo que alguém é no momento, e a multiplicidade, o que acontece nas diversas realidades que o circundam.

A interação das dimensões pessoal – fruto daquilo que se traz desde o nascimento, e pessoal processual, que acontece nos diversos momentos existenciais, constrói e faz evoluir a identidade (DESCHAMPS & MOLINER, 2009). Algo interessante no tocante à identidade é que ela quando se construir positivamente pode vir a “discriminar” outros indivíduos, e sendo identidade de grupo, “discriminar” outros grupos, isso porque valoriza a si mesmo e ao grupo a que pertence.

Nesta perspectiva, chega-se a dizer que, quanto mais forte é a identidade social, menos importante é a pessoal, e quando mais proeminente a identidade pessoal, menos necessidade tem o indivíduo de uma identidade social, visto que identidade social como pessoal satisfazem uma necessidade, a de uma imagem positiva de si mesmo (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 65).

Estudar a identidade só é possível na relação do indivíduo e sociedade, mas ao mesmo tempo existe uma crise entre ambos, que impossibilita que um indivíduo reconheça o outro, e a si mesmo. Num processo dialético, ainda é definida a identidade como: “movimento, é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose. É Sermos o Um e o Outro, para que cheguemos a ser UM, numa infundável transformação” (CIAMPA, 2011, p. 63).

1.2 IDENTIDADE COMO PROBLEMA

A identidade, numa definição do senso comum, pode ser considerada como as características que condiz com a pessoa sobre a qual se fala. Mas existem outros modos de pensar que observam a identidade com outros olhos. É possível encontrar teóricos que acreditam ser a identidade uma oposição à alteridade, portanto, seria a negação do outro.

Na percepção da identidade como fruto da alteridade, ela é a realidade que faz com que o indivíduo seja aquilo que é – pela sua permanência – no seu ser, pois mesmo diante das mudanças que por ventura sofra, permanece aquilo que é, a sua essência não sofre uma transformação total, adapta-se e se ajusta em alguns aspectos.

Além disso, para Rulla (1987), identidade tem a ver com vocação cristã, como salienta Jeremias (JEREMIAS, 2002): é o chamado de Deus à pessoa humana para que ela coopere com Ele no seu projeto, num constante processo de alteridade.

Portanto, para Rulla (1987), identidade também tem a ver com consistência e inconsistência. A pessoa consistente é aquela que tem integradas as várias dimensões: psicofisiológica, psicossocial e racional-espiritual, não vive em contradição, pois o fato de acreditar no que anuncia e viver tal crença a faz “una”, na qual se vislumbra sua identidade. Não significa, no entanto, que não sofra adaptações ao se relacionar. A pessoa com necessidades inconsistentes⁷, por sua vez, não vive tal integração, nela há uma contradição entre o que se proclama e o que se vive, porque essas dimensões vivem em desordem (RULLA, 1987). Esta pessoa tem uma identidade que difere da identidade daquela pessoa “verdadeiramente” cristã.

A identidade para Rulla (1986), passa pela vivência das dimensões, quem vive predominantemente na primeira dimensão, vive os valores teocêntricos. Portanto, sua identidade tem tudo a ver com a pessoa de Jesus Cristo. O cristão é aquele que no mundo é sinal de amor, de justiça, de serviço, porque ouve o apelo do Senhor, que o escolheu para si e o destina para uma existência de comunhão com Ele e com o outro. Eis alguns aspectos que identificam o vocacionado cristão.

O cristão é sempre um vocacionado, pois foi chamado a participar do projeto de Cristo, esse chamado implica uma mudança radical de vida, primeiro é uma mudança de mentalidade, depois as atitudes vão mudando de acordo com a internalização desses valores. A identidade do cristão está intimamente ligada ao seguimento, pois diz Jesus: “quem quer me seguir, renuncie a si mesmo...” (MATEUS, 2002, p. 2356).

Assim, encontram-se vários testemunhos nas Sagradas Escrituras que se identificam com Jesus e seu projeto de vida. A vida de Jesus conduz a uma radicalidade que identificava os primeiros cristãos, claramente como seus seguidores (RULLA, 1986). Ao longo dos séculos, o cristianismo marcou o coração da humanidade pela identidade que lhe é própria, caracterizada em pessoas, como Francisco de Assis, João Bosco, Tereza de Calcutá, Dulce dos Pobres, Nhá Chica, etc. É essa marca que oferece a percepção de identidade para Rulla.

Podem-se elencar alguns aspectos como marcas identitárias do cristão: a) a radical exigência de se ter fé n’Ele, que é Caminho, Verdade e Vida; b) a capacidade de renunciar, pois “não se pode servir a dois senhores”, para tomar decisões que comprometem toda a vida;

⁷ São aquelas necessidades humanas inconscientes concebidas por Freud (1976).

c) uma entrega total, que não lhe permite nem enterrar seus mortos (MARCOS, 2002); d) que acredite na vida eterna (BALDISSERA, 2009).

Porém, devem-se fazer algumas considerações acerca do advento do Concílio Vaticano II como momento que constata novos ares na “vida religiosa”, social e cultural dos povos. Um olhar apurado no Documento Conciliar como um todo vai demonstrar que a Igreja percebeu mudanças relevantes da sociedade e que a faz olhar o mundo religioso e o mundo da cultura de outro modo.

A Igreja reconhece um pluralismo religioso de fato e de direito, sempre olhando o homem como um ser histórico e finito, proveniente de culturas diferentes, inclusive aqueles que são católicos (são católicos, porém, inseridos em culturas diversas), mas todos, inseridos na sua cultura eclesial, seja na China, na Arábia Saudita, no Uruguai, são cristãos, têm uma identidade. A identidade cristã passa também pelos símbolos e ritos, mas o que define verdadeiramente o cristão é sua capacidade de amar, relacionar-se e dialogar.

Por isso, é cabível dizer que há um jeito cristão de ser e que não é facilmente discernido no cotidiano, pois a identidade para alguns pensadores exclui a alteridade, e alteridade para o cristianismo é o que mais contribui para a identidade do cristão, já que Deus se encarna e se faz homem, e o faz por causa da sua relação trinitária: Pai, Filho e Espírito Santo, relação de alteridade. A condição divina e humana de Jesus realiza a identidade entre o concreto e o universal espiritual.

Mas a absoluta originalidade deste caminho está no fato de que o encontro salvífico de Deus com o ser humano ocorre na história não como um mito ou projeção de um acontecimento humano sobre a divindade, mas como uma real assunção da humanidade temporal por parte de Deus eterno na superação da morte com a ressurreição (IMODA, 1996, p. 101).

Por isso, a essência da vida cristã é transformar-se em Cristo, para dizer como São Paulo, “não sou mais eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim”, mas Rulla (1987) sabe que existe uma tensão entre o que a pessoa *deveria ser* e o que *realmente é*, como já anunciado. O cristão tende a agir pelo dever de acolher a pessoa de Jesus.

No entanto, a pessoa que se move pelas segunda e terceira dimensões⁸, também tem identidade, mas, dependendo do papel das necessidades, pode não corresponder à identidade cristã. Pode usar o nome cristão e até pode ter boas intenções, não quer dizer, porém, que seja

⁸ Segunda Dimensão: dialética entre o bem real e o bem aparente. Terceira Dimensão através dos valores naturais: saúde e patologia.

cristão de fato, “nem todo aquele que diz: Senhor, Senhor! entrará no Reino Deus, mas aquele que cumprir a vontade do meu Pai do Céu” (MATEUS, 2002, p. 2332).

Nesse caso, a alteridade não pode ser eliminada da experiência do ser humano. Ela deve ser enfrentada dentro do mistério do próprio homem, pois ela se encontra determinadamente dentro do desenvolvimento da pessoa humana, marcando a presença de si e do outro, do sujeito e do objeto, não é a negação do outro (IMODA, 1986). A identidade cristã passa por uma metanoia⁹, e está envolta na complexidade nos processos de desenvolvimentos da maturidade da pessoa. Esses processos são de cunho psicológico e espiritual¹⁰.

No entanto, abre-se um parêntese para considerar que a pessoa humana no momento presente, está imersa numa sociedade secularizada, algo que se acentuou com o iluminismo e tomou proporções maiores na pós-modernidade. Esse fato colocou as várias instituições que primam pelas “tradições” em cheque, isto é, lançou uma dúvida voraz sobre os chamados valores perenes, quis desvalorizar aquilo que, ao longo dos séculos, foi construído sobre a verdade revelada (RULLA, 1987).

A época atual, imersa na revolução científica com todas as suas nuances, vem, sobretudo nas últimas décadas, rapidamente, comprometendo a percepção do que são os valores teocêntricos. Todas as dimensões da existência humana estão afetadas por esse fato, inclusive a dimensão religiosa, o cristianismo não está imune, a vocação cristã, que é uma vocação para viver os valores autotranscendentes, sofre da dependência também nesse aspecto.

As famílias, que não vivem isoladas do mundo real, como salienta São Paulo, podem não ser do mundo¹¹, mas estão no mundo, por isso, são influenciadas pela realidade cultural. Daí a Teoria de Rulla servir-se da Psicologia, que pode apresentar as razões para certos comportamentos e, de modo interdisciplinar, a Psicologia Social, com a Filosofia e a Teologia vão oferecer melhores condições para a família viver os valores autotranscendentes, isto é, verificar a possibilidade de saber se existe consistência ou inconsistência nessa vocação matrimonial, portanto, se existe identidade cristã (RULLA, 1987).

Na concepção rullariana, que tem como pano de fundo a antropologia cristã, o homem como ser livre, tem a capacidade para decidir. Portanto, salvo às vezes em que a sua liberdade

⁹ Expressão grega filosófica que significa mudar de ideia, na Psicologia de Carl Jung (1953) denota um processo de reforma da psique, como forma de autocura.

¹⁰ O espiritual é um dado, ele está na realidade das pessoas.

¹¹ Concepção do Apóstolo Paulo (2002), que salienta que o cristão está no mundo, mas sua ação visa a um *dever ser*.

está comprometida por condicionamentos doentios, caracterizados pela incapacidade de se relacionar livremente, ele age para o bem ou não, caracterizando ações que levam a construir relações sadias ou que proporcionam aprisionamentos psicológicos ou dispersão social.

Rulla se utiliza do Método Transcendental de Lonergan (2006), definido como método cognoscitivo, que é um processo de progressiva autotranscendência, que deveria conduzir a um realismo crítico e se desenrola através de fases: a) experiência: que compreende as percepções sensoriais, as representações imaginativas mais ou menos atraentes do objeto em questão; b) intelecção: é um ato de intuição prática, uma hipótese daquilo que se deve fazer praticamente; c) reflexão crítica; examina a hipótese feita em seus prós e contras, pesa as alternativas e emite um juízo de valor; d) decisão: exprime um consenso ou uma recusa em agir de conformidade com o juízo; se há consenso, passa-se do conhecer ao agir, mediante uma deliberação.

Mas é importante recordar que a liberdade exige o conhecimento, neste caso, que ele saiba sobre a “matéria” da ação. Lonergan (2004), na sua obra *Insight* (Estudo sobre La Comprensión Humana), delinea o processo cognoscitivo para o exercício da liberdade. Na perspectiva cristã, a pessoa deve conhecer os preceitos e acreditar; portanto, sua ação de acordo ou não, denota virtude ou pecado, porque age livremente. Cabe perguntar como o indivíduo vê ambos, porque pode estar marcado por ideologias, concepções que os relativizam e/ou os valorizam exageradamente (RULLA, 1987).

A identidade cristã, no caso matrimonial, passa necessariamente pelo diálogo interpessoal, que se faz com Deus e entre os cônjuges e filhos. Para formar comunidade num relacionamento social, ela não se constrói no isolamento, na busca de satisfação meramente hedonista, da “realização pessoal”, mas na defesa e no crescimento também da vida do outro (TOMASI, 2010).

A identidade, na concepção de Rulla (1987), não é estática, ela vai integrando os novos conhecimentos e experiências, para colaborar na formação do núcleo da pessoa, este sim, que tende à estabilidade nas diversas etapas da vida, pois o indivíduo muda no processo, mas nele permanece algo que o caracteriza.

Assim, não negando, ao contrário, valorizando a contribuição da Psicologia Social e suas diversas correntes, o autor entende que além dos níveis fisiológicos e psicossociais, existe outro nível que não pode ser desprezado. Aliás, para a sua Teoria, é essencial a dimensão espiritual. Desse modo, a Teoria da Autotranscendência na Consistência define identidade como uma síntese do “material e do espiritual”. Portanto, a mensagem central da Teoria é:

salvo o primado e a proveniência insubstituíveis da graça divina, os dinamismos, as forças psicossociais do homem, conscientes e subconscientes, influenciam a liberdade para autotranscendência do amor próprio da vocação cristã, e assim podem afetar o processo vocacional em maneiras e graus diversos (RULLA; IMODA; RIDICK, 2006, apud BALDISSERA, 2010, p. 110).

Humanamente, retirando os aspectos espirituais, a identidade é formada pelos diversos elementos constitutivos da pessoa, sejam os individuais e/ou culturais; são inseparáveis e numerosos. O corpo e a fisionomia são aspectos desta realidade, o sexo de igual forma, todos são instrumentos de conhecimento, de identificação e diferenciação. A cultura e sua influência vão colaborar para a formação dessa identidade.

Soma-se aos aspectos individuais e culturais a religiosidade – como, acredita-se no cristianismo, meio de aperfeiçoamento da própria identidade, do ser pessoa, pois reconhecendo a sua origem teocêntrica e o seu *fim último*, o indivíduo percebe um valor infinitamente superior àquele psicossocial, que contribui para a sua estabilidade existencial (GOYA, 1999). Por isso, a interdisciplinaridade, fruto da colaboração das ciências da psicologia, sociologia, filosofia e teologia, coloca a questão vocacional numa compreensão maior, porque considera a pessoa humana portadora de elementos transcendentais e imanentes, sem os quais não se pode aprofundar o conhecimento sobre ela e dela sobre si. Particularizá-la através dos conceitos das ciências humanas ou da teologia, pode comprometer a compreensão da sua “complexidade”.

1.2.1 As estruturas do Eu

O homem na sua liberdade para a Autotranscendência no amor tem o seu “*self*”, sua personalidade, segundo Rulla, combinado do **Eu Atual**, composto de três aspectos: Eu Manifesto, Eu Latente e Eu Social e o **Eu Ideal**, este último tem uma composição formada pelo Eu Ideal Pessoal e o Eu Ideal Institucional.

1) Eu Atual: é aquilo que a pessoa é, sabendo ou não daquilo que a compõe, acompanhada das suas necessidades e atitudes. Mas o Eu Atual é composto de a) o Eu Manifesto, que envolve tudo o que é conhecido pelo indivíduo sobre si mesmo e é consciente; b) o Eu Latente, denota as características da pessoa, mas que ela não conhece, são inconscientes, é aquilo que ela é, mas sem saber, e exerce muita influência nos comportamentos; ainda faz parte c) o Eu Social, que significa aquilo que o sujeito pensa que é diante dos outros.

2) Eu Ideal, representa o *dever ser* da pessoa, composto pelo mundo dos desejos, sonhos e projetos e se divide num ideal pessoal e um ideal institucional. a) O Eu Ideal Pessoal são as escolhas para si mesmo, através de seus valores e projetos pessoais; b) o Eu Ideal Institucional, neste caso, a Instituição tem seus ideais e o indivíduo vai verificar se os seus propósitos coincidem ou não com os dela. Ele vai interpretar o que lhe propõe a Instituição e perceber se seus valores são mais ou menos compatíveis com os seus. Pode ser também que os valores do indivíduo sejam interpretados como contrários pela Instituição em relação aos seus (RULLA, 1987).

O homem, no exercício de seu Eu Ideal, é capaz de tolerar, de suportar uma condição que não só significa a realização de um ato de vontade, ou de uma pulsão, mas que, de fato, pode pressupor sua renúncia. Um exemplo são as diversas situações de renúncia requeridas na vocação cristã pelos ideais autotranscendentes (RULLA, 1987, p. 199).

Nota-se uma dialética opositiva entre o Eu Atual e o Eu Ideal, pois enquanto o primeiro expressa a limitação humana, naquilo que ele é ou faz, o segundo tende para a autotranscendência ilimitada, no *dever ser* do homem. No caminho da aquisição da identidade que, neste caso, se expressa na primeira dimensão e/ou na busca de internalizar os valores do Eu Ideal, a pessoa busca um valor moral, definido como o *bem em si*, mas ela é confrontada por passos que nem sempre aprecia o bem desejado por si mesmo, porque está imersa nas condições naturais do Eu Atual.

Verifica-se que nessa Teoria há uma tensão que move a pessoa. No entanto, é uma tensão para a transcendência de si mesmo. A identidade cristã não parte da relação da pessoa consigo mesma como *fim último*, ou como ela vê a si mesma, a sua relação se faz com aquilo que ela desejaria se tornar, aquilo que desejaria idealmente ser, diferente das outras correntes da Psicologia. Relacionar-se consigo mesmo, não é fim, mas efeito da autotranscendência, e não como algo que se deve buscar diretamente. A identidade cristã se edifica não no eu, mas sobre a sua superação (MANENTI, 1985).

Como se percebe, Rulla não coloca a identidade como algo estático. Embora o elemento da Verdade Revelada seja determinante para tal visão, a relação do indivíduo com essa Verdade é dinâmica. Outras teorias também concebem identidade de modo semelhante, pois a identificam não concebida como algo acabado e pronto; embora ela determina como a pessoa se identifica e como os outros e a sociedade a veem, não significa que no presente que se vê, percebe-se tudo, e que não há progressão (CIAMPA, 1994). A identidade é também uma conquista, por isso:

a conquista da identidade ou do “valor” do eu não pode vir exclusivamente de dentro, nem somente de fora, como um selo no lacre. A força do desenvolvimento depende, também neste caso, do poder e da vontade do sujeito, ainda que esta força e este poder sejam alcançados e estabeleçam por meios de mediações e contatos com o ambiente que pode condicionar essencialmente, enquanto favorável ou desfavorável ao desenvolvimento. O confronto/desencontro com o outro, (...), assume uma fundamental importância na formação do eu (IMODA, 1996, p. 499).

A identidade do cristão, passa pela acolhida do Cristo que se tornou “pobre” e servidor dos homens, para enriquecê-los. Assim, a identidade cristã passa pela conversão do homem aos desígnios de Deus no mundo, enfrentando ativamente os graves desafios da fome, da ignorância, da guerra, da injustiça, dando o melhor de si mesmo para contribuir para as soluções dos problemas no mundo como Deus quer.

A vocação cristã, isto é, a identidade, requer *também* uma conversão *pessoal* a Deus como disponibilidade radical a Ele e renúncia total de si mesmo. Infelizmente, parece que o homem contemporâneo é um tanto insensível a essa segunda conversão, que lhe recorda sua fraqueza e a necessidade de uma doação sem reservas (RULLA, 1987). Mas é aqui que a identidade cristã aparece, assim, a família cristã pode encontrar e manifestar sua própria identidade.

Salientado no início do trabalho, não é pretensão aqui esgotar a Teoria, seja pela sua amplitude, seja por ser interdisciplinar. Contudo, na conclusão deste capítulo, é importante esclarecer que a Teoria de Rulla difere da visão da psicanálise, que define a personalidade em base dos conceitos de Ego, Id e Superego. Para o autor, o conceito de personalidade tem dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é a estrutura, baseado nos conceitos de Eu Atual e Eu Ideal.

O outro aspecto são os conteúdos, contemplados por meio dos diferentes tipos de necessidades, que são tendências inatas próprias do ser humano, e os valores, princípios assimilados ou incorporados pela pessoa, que ocorre através da aprendizagem ao longo da vida.

Neste capítulo far-se-á uma breve reflexão sobre as diversas configurações familiares na atualidade, sem esquecer a sua história que, no decorrer dos séculos, foi se transformando e e ao mesmo tempo lançava as bases para aquilo que hoje conhecemos como família.

É comum encontrar a concepção de família como núcleo natural e fundamental da sociedade, e como tal deve ser resguardada, como se verifica no disposto na “Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.” No mesmo sentido, é crível ressaltar que outras convenções internacionais reforçam o fato de ser a família pedra fundamental da sociedade, tais como a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, o “Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos”, o “Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” e a “Convenção sobre os Direitos da Criança.” (SIQUEIRA, 2010).

Assim, na posição de principal e de mais respeitável instituição constituída na sociedade mundial, uma vez que é base de todas as outras, como salientam as convenções internacionais, a família deve ser avaliada como fundamento da unidade principal de desenvolvimento da pessoa humana.

Não obstante a enfática defesa da família por convenções e tratados, é necessário notar que o sistema familiar é muito complexo, exatamente porque passou por diversos períodos de desenvolvimento no percurso histórico. É evidente sua transformação através dos tempos, transformação que ocorreu por meio de mudanças religiosas, econômicas e socioculturais. No entanto, não se pode negar que o papel da família é marcante na existência do ser humano; ali convivem ódio e amor, alegria e tristeza.

Estudar a família, diferentemente do que se pode pensar, não é tarefa simples, sobretudo nos dias atuais, quando a pluralidade de concepções permeia a sua visão. Fala-se de família como sistema em constante mudança: mas que mudanças ocorreram e que provocaram impactos tão profundos nas relações familiares e, em decorrência, nas percepções que a sociedade manifestava em relação à família? Muitos avanços teóricos e conceituais foram introduzidos a partir da metade do século XX, no que tange aos estudos sobre o assunto (DESSEN, 2010).

Originalmente do latim, a palavra família (*famulus*) significa “escravo doméstico”, sendo uma forma de designar as relações sociais das tribos latinas. No Direito Romano a família é constituída pelo vínculo do casamento e de sangue (ALVES, 1977). Como se percebe não é, fora do âmbito católico, um conceito unívoco, sobretudo quando se reporta às outras culturas não ocidentais. Imaginar o que é família na China, no Paquistão, na Índia ou nas tribos africanas é algo bem distinto. O que se percebe é que são muitas as concepções de família com as suas variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas.

O contexto familiar do tempo presente apresenta uma variada gama de concepções familiares. A família é um sistema psicossocial em evolução. E é um sistema complexo, pois ela não é formada apenas pelos membros pai e mãe, e, quando há filhos, ainda assim, ela é maior que esse número de três, quatro ou mais membros.

Conhecer o que é família não passa pelo fato de conhecer alguns de seus membros separadamente, é necessário interagir para perceber a atmosfera que perpassa cada realidade, isso denota que família não significa simplesmente viver junto. É necessário construir relação, a partir da contribuição que cada indivíduo oferece no processo relacional. Ela proporciona uma maior proximidade entre as pessoas do próprio círculo, cria laços mais profundos de aconchego e proteção social, proporciona, aos que não são do círculo familiar, o convívio com pessoas mais integradas, fruto da socialização que experimentam.

No entanto, ainda assim, a finalidade familiar vai além, porque não basta que cada pessoa faça o seu dever, respeitando os outros. Necessita-se de uma adaptação recíproca para comunicar e interagir (MANENTI, 1998).

Transformou-se, deste modo, a percepção de família, anteriormente intensamente acoplada às implicações do matrimônio, que com sua visão religiosa gerava e normatizava as questões básicas dos cônjuges e demais membros. As leis do Estado passaram não somente a normatizar o formal do casamento, mas também a resguardar o grupo familiar. Desse modo, ela não tem mais sua base na compreensão religiosa, onde procriação e educação dos filhos era algo normativo.

Há também uma mudança na compreensão da lei, porque a concepção meramente normativa é observada em outra perspectiva, onde satisfação sexual, por exemplo, é contemplada, permitindo enxergar novas probabilidades no que se refere à instituição familiar, uma vez que o afeto torna-se pressuposto de algumas concepções familiares novas.

O que se percebe é que houve alterações significativas ocorridas nas sociedades ocidentais modernas que provocaram alterações importantes na estrutura e no funcionamento das famílias e nos entendimentos dos indivíduos sobre a genealogia “tradicional”. A nova configuração, portanto, é heterogênea, não limitada a uma concepção fechada.

Não é possível compreender tais mudanças sem a utilização de estudos sobre os períodos históricos. A análise do processo histórico e suas transformações ocorridas até então permite que haja outras maneiras de constituição familiar, dentre as quais está a família tradicional católica.

A instituição familiar não está isenta das percepções dos sistemas, na realidade, eles influenciam muito a maneira de olhar o mundo. O Cardeal Bergoglio (2013), hoje, Papa

Francisco, falando dos sistemas vigentes na contemporaneidade, diz que o comunismo, que muitos dizem transpor-se dos Estados para a dimensão cultural, paralisa a pessoa humana, não permite sua transcendência. O capitalismo quer domesticar a religião, tornando-a mundana, só lhe permite um pouco de “transcendência”. Dentro dessa perspectiva, também a família precisa ser vista como imersa na dialética dos referidos sistemas.

2.1 FAMÍLIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Antiguidade não se pode dizer que existia só uma configuração familiar, seria verídico sim, objetivar que as famílias mantinham estreita ligação com a questão religiosa, no entanto, não como uma única religião, cada família tinha sua devoção, às vezes, a deuses diferentes. A necessidade de subsistência determinava a composição dessa instituição, inclusive regulava a prole.

Para os ocidentais, marcados pela cultura cristã, a concepção de família recebeu influências significativas da cultura judaica, que na língua hebraica indica (*bet'ab*) ser a família casa do pai, assim sendo, todo o conjunto parental ampliou o corpo familiar pelos laços consanguíneos e habitação comum. A figura masculina do pai, nessa visão, agrega em seu entorno esposas, concubinas, filhos, escravos e servos, fatos constatados no Primeiro Testamento¹² da Bíblia. Assim, Abraão tinha a esposa Sara e a escrava Agar (GÊNESIS, 2002), Davi, o primeiro Rei de Israel tinha várias esposas e concubinas (2 SAMUEL, 2002).

Abraão, Jacó, Davi, Salomão e outros, tinham várias mulheres. Em (2 SAMUEL, 2002), Deus, falando através do profeta Natã, disse que se as esposas e concubinas de Davi não fossem suficientes, Ele teria providenciado outras mulheres para Davi. Salomão tinha 700 esposas e 300 concubinas, de acordo com (1REIS, 2002). Se Deus permitiu poligamia no Antigo Testamento, por que mudou de ideia no Novo Testamento¹³? É preciso recordar, no entanto, que se fala aqui de uma família dentro de uma cultura e de uma época onde se permitia a poligamia. Portanto, aqui não está em questão a moralidade do fato.

Davi foi adúltero e autor intelectual de assassinato, contudo, nós o veneramos como santo porque teve a coragem de dizer “pequei”. Humilhou-se perante Deus. Uma pessoa pode fazer uma grande bobagem, mas também pode reconhecê-la, mudar de vida e reparar o que fez (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 59).

¹² Nome dado aos Livros contidos nas Sagradas Escritura, escritos antes do advento Jesus Cristo. Na tradição Católica são 46 livros da Tradição Judaica. Comumente é chamado de Antigo Testamento.

¹³ Refere-se ao Segundo Testamento, na realidade, hoje, prefere-se usar Segundo e não Novo Testamento, porque os teólogos ressaltam que nada na Bíblia é velho, tudo é novo é feito de continuidade.

No contexto cultural, contudo, pode se pensar a poligamia como submissão da mulher, ou de família, com senso inautêntico, mas no caso bíblico a cultura é profundamente marcada pela religião (MOREIRA; CARVALHO, 2007). Houve uma época em que os enlances familiares – contemplavam pai, mãe, filhos, parentes, agregados, vizinhos, amigos, entre outros – perdiam-se em meio a uma grande sociedade. As relações familiares, como a do casal e a dos pais com seus filhos, eram permeadas por vínculos comuns, considerados mais importantes.

No século II da era cristã, nas famílias romanas se agregavam os esposos, os filhos e as escravas, tendo como cabeça o *pater-familias*. Já no século III, o conceito se justifica para os consanguíneos. Os germânicos que sucederam à autoridade romana no século V tinham a família como uma construção feita através do concubinato, do roubo, da compra ou do consentimento (SILVA, 2009).

Os séculos seguintes, por influência religiosa, colocaram a família como a instância formada por pai, mãe e filhos. No período da alta Idade Média (séculos V ao IX) houve uma redefinição de família, entendida como sociedade natural. Já no século XI, o matrimônio passou por um momento de desvalorização, pela afirmação da virgindade, tida como ideal de vida perfeita. O fato é que, com o advento do cristianismo, a mulher passou a ser valorizada, o homem passa a ser seu, isto é, ela não divide mais o marido com outras mulheres.

A nova visão da virgindade não pode ser desprezada, já que “*espirituan*” a família vigente e eleva uma classe não familiar constituída de pais e filhos, e que, através das Congregações Religiosas, cria outra modalidade de família, esta baseada em preceitos espirituais. Não por acaso, durante muitos séculos os “santos” foram reconhecidos basicamente, em maior parte, por pessoas advindas das Congregações¹⁴, isto é, homens e mulheres que participavam de famílias religiosas.

No período da Idade Média, era importante ampliar o conceito de casamento para além da dimensão religiosa, tendo em vista preservar as riquezas, a própria sobrevivência e a acessão política, pois na Idade Moderna, que se estendeu dos séculos XV a XVIII, a questão era perpassada pela solidariedade, feudos e comunidades. Foi com o passar do tempo, sobretudo no século passado, e neste atual, que os papéis sociais foram escolhidos mais livremente, e com a dimensão familiar, não foi e não é diferente.

¹⁴ São as famílias religiosas, constituídas por pessoas consagradas na Igreja Católica, através dos votos de Obediência, Pobreza e Castidade, especificamente. Cada família religiosa tem um carisma distinto, isto é, uma espiritualidade e um modo de agir no mundo, podem ser de Direito Pontifício ou Diocesano.

Foi no século XVIII que a Filosofia das Luzes questionou todas as tradições e hierarquias. A mulher, que estava subordinada ao homem, passou a ser valorizada em função do filho a partir de um novo discurso relativo à maternidade. Através dos ideais de Rousseau, o amor materno se converteu tanto em ideal valorizado socialmente, quanto em código de boa conduta para a mulher: a boa mãe. O amor materno passou a ser exaltado como um valor, ao mesmo tempo “natural” e social. Assim, deslocou-se o valor dado à autoridade paterna para o amor materno, entendido, a partir desse momento, como condição para a sobrevivência e a educação da criança. E muitas mulheres encontraram, desse modo, uma forma de reconhecimento de sua importância no discurso (KAMERS, 2011).

Com o advento da mulher mãe, a criança, o filho (a), passa a ter significação no contexto familiar, sobretudo com a Revolução Francesa (1789-1799) e o pensamento que dela surge. Desloca-se o poder patriarcal, dando aos filhos direitos dentro do grupo até então negados. Portanto, nasce uma nova modalidade de ver a família, onde a mulher passa a olhar a maternidade como experiência feliz, não somente como produtora de filhos para a casa e o trabalho.

Mas, no final do século XIX, a situação começou a mudar sensivelmente, quando a família deixou de ser mais oriunda de uma visão puramente religiosa e também não somente vista a partir da união estável e sacramental¹⁵. Com o advento da subjetividade e dos movimentos de lutas pela igualdade dos sexos, passa-se então, a uma visão de família constituída por pessoas que já contrairam outros laços matrimoniais no passado.

Atualmente, existem famílias mescladas, reconstituídas, ampliadas, homoafetivas, de recasados. Dessa forma, verifica-se que a sua concepção atualmente pode ser pensada sob os mais variados aspectos. Pode ser uma unidade doméstica, unidade que assegura as condições necessárias à sobrevivência, uma instituição natural ou de cunho religioso, grupos de afinidades, laços parentais, etc. (VILHENA, 2011).

Como pensar as funções parentais hoje, na nova realidade familiar, se em muitos lares o feminino ocupa o lugar outrora do masculino, como por exemplo, cuidar dos filhos? Existem aquelas em que os filhos são consanguíneos. Além disso, como pensar as famílias dos casais homossexuais, sendo esta uma realidade que despontou nas últimas duas décadas e vai se afirmando cada vez mais?

Percebe-se que não é mais possível pensar em um único tipo de família com seus papéis estabelecidos, como há 100 anos. A partir disso, fala-se em famílias que mantêm um padrão, caracterizadas por aquelas que são constituídas por pai, mãe e filhos, e que preservam valores religiosos como indissolubilidade, diálogo, amor, respeito entre seus membros,

¹⁵ União Sacramental, refere-se ao modelo de Casamento com as bênçãos de Deus, como concebe a Igreja Católica. O Sacramento do Matrimônio é realizado entre pessoas batizadas.

gerando pessoas sadias, para esse conceito; famílias que não têm esse padrão, na maior parte dos casos, são geradoras de indivíduos inseguros, carentes de valores, de afeto, prejudicados socialmente, sem força de atuação na própria vida e também no convívio social.

Nesse contexto, a religião se insere como uma realidade saudável que leva ao encontro com o Outro,¹⁶ ao mesmo tempo plenifica a pessoa humana, levando-a ser propositiva, dialógica, com as diversas realidades que a circundam, fazendo assim com que a família seja estruturada, vivendo em meio a sociedade, dialogando com ela, contudo preservando os seus valores (BERGOGLIO; SKORKA, 2013).

2.2 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A família não pode ser tratada como conceito fechado, nem por aquilo que significa para as diversas concepções, nem pelo que apresenta, como realidade vivencial, ao longo da história. Deve-se recordar que os mais variados ambientes sociais, políticos, culturais, econômicos e religiosos determinam as composições familiares. Assim sendo, a estrutura familiar sofreu variações e implicações conforme a época histórica, a latitude e outros fatores, inclusive religiosos, que num determinado momento definiu a cultura (OSÓRIO, 1996).

Antes das revoluções do pensamento moderno, sobretudo com a Revolução Francesa e o Iluminismo, viu-se a perpetuação da concepção familiar romana, com a autoridade do pai, dando-lhe a chefia da “casa”, pois os filhos e a esposa, eram-lhes submissos, além da concepção sacramental perpetuada ao longo dos séculos do cristianismo. Nesses casos, a existência da família é concebida a partir do casal, homem, mulher e filhos, estes últimos como parte da finalidade da vida conjugal, a procriação, transformando a família, assim, numa categoria zoológica, para a sobrevivência da espécie (OSÓRIO, 1996).

Segundo Galano (2006), a civilização ocidental, através do tempo, gradativamente, criou muitas maneiras de construir pouco a pouco subjetividades simbólicas e concretas, que servem de base para a concepção de família na atualidade. Então, as novas configurações são expressões de um processo que teve início há muitas décadas, senão séculos. A difusão das relações igualitárias fez cair a autoridade patriarcal, assim como a família vista a partir da privacidade e do isolamento. Surgiu o princípio da solidariedade entre os seus membros.

As instituições tradicionais, dentre elas a família, são questionadas profundamente por meio das rápidas transformações sociais. Nas últimas décadas, todas as instituições vêm

¹⁶ Na concepção teológica o totalmente Outro é Deus.

experimentando mudanças dramáticas, que as desafiam tanto no campo ético-moral, como no campo político e religioso. Assim, o matrimônio tradicional sofre modificações no processo de alteridade com as novas configurações que surgem. O Papa Francisco constata tal percepção na sua primeira Exortação Apostólica, ao dizer que:

a família atravessa uma crise cultural profunda, como todas as comunidades e vínculos sociais. No caso da família, a fragilidade dos vínculos reveste-se de especial gravidade, porque se trata da célula básica da sociedade, o espaço onde se aprende a conviver na diferença e a pertencer aos outros e onde os pais transmitem a fé aos seus filhos. O matrimônio tende a ser visto como mera forma de gratificação afetiva, que se pode constituir de qualquer maneira e modificar-se de acordo com a sensibilidade de cada um. Mas a contribuição indispensável do matrimônio à sociedade supera o nível da afetividade e o das necessidades ocasionais do casal. Como ensinam os Bispos franceses, não provém do sentimento amoroso, efêmero por definição, mas da profundidade do compromisso assumido pelos esposos que aceitam entrar numa união de vida total (FRANCISCO, 2013, n. 66).

Basta pensar que o casamento não mais é visto na contemporaneidade, sobretudo, como meio para geração dos filhos, como era comum ser interpretado no passado. Para Minuchin (1990), a família se encontra em constante transformação e por isso é um sistema aberto, inclusive tendo em vista as suas relações extrafamiliares. O advento do mundo industrializado e urbano traz consigo uma interferência voraz na vida matrimonial ao questionar funções, antes delimitadas aos membros da família. Um exemplo, o papel da escola na educação ética dos filhos, outrora quase exclusivamente função dos pais.

Portanto, passou-se de vários modelos anteriores: família nuclear burguesa, fruto de uma época quando era concebida a partir do pai, mãe e filhos; família idealizada: que se caracterizava pela composição heterossexual, monogâmica e patriarcal, isto é, o pai desempenha papel preponderante sobre a mulher e os filhos, o homem é o chefe e a mulher, a dona da casa (SARTI, 1995).

Outros elementos adentraram a perspectiva da “nova família”, além do papel da mulher, a relação com a infância, o amor como direito de escolha, provocando uma comunicação livre e aberta.

As mudanças significativas ocorridas na Europa e nos Estados Unidos da América chegam ao Brasil com mais força a partir da década de 1950, com as transformações das estruturas da sociedade, remodelando as configurações familiares. Mas, nos anos 1990 as transformações ocorreram de modo mais rápido.

O início dos anos 90 começou, portanto, fortemente marcado pelas profundas transformações ocorridas na década de 80. O divórcio teve seus índices aumentados

significativamente, em até três vezes, nos anos 90, fato que repercutiu decisivamente nas novas configurações familiares. Aproximadamente 47% dos domicílios passaram a se organizar na ausência de, pelo menos, um dos pais, crescendo a incidência de novos arranjos, embora o modelo nuclear de família ainda continuasse sendo maioria. Novas configurações de famílias surgiram – as monoparentais e as cangurus – as primeiras constituídas por apenas um dos cônjuges e os filhos, e, as segundas, por um dos cônjuges e seus filhos que voltaram a morar com os pais (GALANO, 2006; PEREIRA, 2003; DESSEN, 2010).

O que chama atenção, é que a partir da década de 1950, houve uma aceleração nos países desenvolvidos, que, através da cultura, foram também imprimindo um modo de pensar a família não mais somente tendo como via a Igreja Católica e o cristianismo em si.

2.2.1 Estrutura familiar contemporânea

Mostrar-se-ão, ainda que de modo reduzido, os diversos tipos de constituição familiar. Existem distintos tipos de famílias, ela é uma instituição que muda constantemente, no sentido de evoluir no tempo, mas pode mudar radicalmente, quando surge algo totalmente novo daquilo que está estabelecido, ou seja, ao longo dos anos têm aparecido novas configurações familiares. Pode-se dizer que ultimamente existem inúmeros tipos. Na nova dinâmica familiar, segundo Dessen (2010), é possível identificar esses tipos de famílias, numa variada gama de configurações. Eis algumas delas.

Nuclear simples¹⁷: é a família heterossexual, monogâmica, no qual pai, mãe e filhos se fazem presentes no mesmo espaço, a casa. Neste caso, os filhos são do casal. O pai é o provedor, um pater múnus, chefe da família.

Na antiga mentalidade, o pai tinha todo poder sobre os filhos, como o senhor sobre os seus escravos; eles pertenciam-lhe em propriedade plena, porque os fizera; ele nada lhes devia. Na nossa mentalidade contemporânea, pelo contrário, o fato de os ter feito confere-lhe mais deveres do que direitos para com eles. Eis uma virada fundamental dos princípios da moral familiar (FLANDRIN, 1995, p. 147).

É uma modalidade de família cada vez menos presente, mas que pode ser encontrada ainda em muitos ambientes, sobretudo no religioso cristão mais tradicional, com o pai como único provedor e a mãe basicamente como única responsável da educação, pois é ela que acompanha os filhos, já que o pai se responsabiliza mais pelas necessidades materiais. No que se refere ao casal, o comportamento passa mais pelos papéis que pelo comportamento

¹⁷ A expressão Nuclear pode também ser reivindicada por outras modalidades de família, entendida como parte central em torno da qual outras partes se agrupam, mas, neste caso, é usado para definir a família tradicional heterossexual.

expressivo, é bastante baseado na responsabilidade perante a comunidade. Mesmo assim, já há uma mudança significativa daquela configuração antiga, no entanto, apesar da abertura há um roteiro tradicional de diálogo, suplantando a espontaneidade.

Nuclear extensa: com a percepção de família e do desempenho de pai, mãe e filhos, veem-se os papéis reais e ideais, mas a família recebe influências em virtude das modificações das relações estruturais e familiares. Isso provoca a interrogação sobre o seu próprio conceito e normas. No entanto, é preciso compreendê-la como sistema complexo, pois na mesma casa existem menores ou adultos sob a responsabilidade do casal, parentes ou não. Como se percebe, a Família Nuclear Extensa é composta pelos avós, tios, primos, irmãos, cunhados, etc. Dentro dessa concepção pode existir a Família Substituta: escolhida e aceita _ de forma declarada ou não – para funcionar como família nuclear extensa. A busca de família, mãe ou pai substituto se dá quando a pessoa necessita preencher um espaço vazio de uma ligação afetiva provocada por morte, separação, distância física e também por outros motivos. A família de origem continua sendo uma referência para a pessoa e a substituta oferece mais um espaço de afeto importante para a saúde física, psicológica, social e mental do indivíduo. Por isso, a escolha e a vivência em uma família substituta deve ser incentivada e encarada como um ganho e não como uma perda. Exemplo: crianças que não têm o pai presente, têm um tio ou um avô que ocupa esse lugar.

Monoparental feminina simples: embora pareça novo, o tema da chefia feminina não é algo recente nas classes mais pobres, em vários países, inclusive no Brasil. No país é algo novo a existência dos chamados grupos domésticos monoparentais na classe média. É sabido que o feminino e os padrões familiares de classe média sofreram transformações que atingiram a própria condição feminina. Assim, percebe-se que a chefia feminina deixou de ser algo restrito àquelas camadas pobres, auferindo nova importância, associada ao aparecimento dos estudos de gênero. Nesse caso específico, monoparental feminino simples, na casa não há a presença do pai, a mãe detém toda a responsabilidade de chefe da família; os menores de 18 anos são filhos da mesma mãe. Algumas pessoas e ideologias que pensam ser a família nuclear o modelo correto, a definem com uma mulher sem marido, isto é, a figura feminina, que não tem companheiro coabitando.

Monoparental masculina (simples ou extensa): organizada em torno da figura masculina, que é pai e não tem companheira coabitando, com agregados adultos (maiores de dezoito anos), morando juntos, tendo o direito à livre escolha. Mesmo neste caso ainda existe uma prescrição no tocante às normas de comportamento de todos os membros, o pai é o responsável pela casa – com seus filhos, no caso simples. No caso extenso, é organizada em

torno da figura masculina, que não tem companheira coabitando, mas podem existir também menores e outros vivendo na mesma casa. Contudo, há um crescente na visão da diversidade e ausência de um parâmetro norteador único.

Monoparental feminina extensa: organizada em torno da figura feminina, que é mãe e não tem companheiro coabitando, com agregados adultos (maiores de dezoito anos), morando juntos. Assim, a hierarquia da família foi se tornando mais maleável em relação à coincidência de papéis entre os progenitores, as relações conjugais se modificaram, inclusive as concernentes aos parentes, o diálogo, o respeito e o afeto se tornaram predominantes na relação parental. Nesse caso específico, mãe e filhos vivem na mesma residência, tendo outros menores ou adultos sob sua responsabilidade, parentes ou não, o que demonstra uma nova modalidade completamente diferente da tradicional.

Família Convivente: Os elementos de uma família participam do mesmo apelido herdado dos antepassados diretos, ou não, pode ser família por partilhar de um espaço comum, como fruto da escolha de conviver. Nesse caso, na mesma casa vivem duas ou mais famílias, cada família pode ser tradicional: pai, mãe, filhos; pai e filhos; mãe e filhos; pessoas sem filhos, parentes ou não, e ainda de diferentes gerações.

Família nuclear reconstituída: um dos cônjuges, pai, mãe, está num novo relacionamento legal ou consensual, além de um deles trazer consigo seus próprios filhos para o mesmo domicílio, como também de outras pessoas. Isso acontece quando há separação, ou ainda, quando um dos cônjuges vem a falecer. Faz-se necessário observar que o elevado número de divórcios tem proporcionado o aumento de famílias reconstituídas, às vezes, mais de uma ou duas vezes, pois está frequentemente mais comum observar cônjuges que já passaram por vários casamentos. Nesse caso, quando um dos cônjuges tem filhos, a esposa é chamada de madrasta e o pai de padrasto e há os conflitos, em alguns casos, da adaptação dos filhos em ver os pais se relacionando com outra pessoa.

Família de genitores ausentes: existentes outros adultos responsáveis na falta do pai ou da mãe, nesse caso, seriam avós, tios, outros parentes, organizada em torno de adultos ou adolescentes, com ou sem vínculos sanguíneos, sem a presença dos pais, que coabitam por questão de sobrevivência material e/ou afetiva; podem ser também pessoas que moram sozinhos, casais de homossexuais femininos ou masculinos.

Família nuclear com crianças agregadas: pai, mãe e filhos e também outros menores pelos quais são responsáveis.

Família Homoafetiva: A família homossexual é uma realidade nova, a única diante da qual se pode dizer que há verdadeiramente um preconceito, mas que tem buscado se

configurar no contexto familiar. Consiste em que duas pessoas do mesmo sexo estejam “casadas” e compartilhem o mesmo domicílio. O casamento civil homossexual já consentido em muitos países, tais quais, os Países Baixos, Bélgica, Espanha, Canadá, Noruega, Suécia, Portugal, alguns Estados dos Estados Unidos, recebeu também no Brasil parecer favorável do Supremo Tribunal Federal, STF. O Estado brasileiro já determinou o casamento homossexual em cartório.

Há também as relações livres, onde pessoas de sexo oposto, ou do mesmo sexo moram juntas, mas não querem nenhum laço jurídico, não estão preocupadas em se configurar como família. Uma parte dessas novas configurações, por sua vez, inclusive homoafetiva, luta para o reconhecimento religioso, onde se busca a bênção de Deus, por isso, algumas denominações religiosas já fazem o chamado matrimônio homossexual. Já existem também denominações cristãs que manifestam uma tendência de interpretação teológica onde homossexuais são aceitos para casar-se com as bênçãos de Deus.

Nesse âmbito vivem duas pessoas do mesmo sexo, sós, ou com filhos de uma das pessoas, filhos adotivos, e/ou com adultos, filhos ou parentes, um dos pais de uma das pessoas. Em todas essas circunstâncias, as famílias deparam-se organizadas de maneiras diversas, de acordo com suas próprias necessidades e probabilidades, para encarar os desafios modernos com os quais a família se defronta. Até pouco tempo, tais diferenças eram analisadas como produtoras da desestruturação familiar em processo. No Brasil só recentemente, esses fatos passaram a ser entendidos como novas configurações familiares. Porém, ainda com inúmeras questões a serem discutidas, pois o casamento civil deve significar algo, como amparo na lei, concretização de um estado de vida, ou ainda, para alguns, uma afronta à moralidade.

Essa nova configuração familiar passa pela discussão social acerca de alguns princípios outrora reservados às famílias constituídas em outros âmbitos. A adoção, por exemplo, de uma criança ainda não é legalizada, e enfrenta muitos entraves, pois coloca em discussão a questão das figuras paternas e maternas, embora os estudos de gênero tentem enfrentar essa questão. Por outro lado, a contenda também questiona se uma criança não poderia ser amada por um casal que pode proporcionar-lhe um lar.

Esse assunto, nos últimos 10 anos, vem sendo pautado em muitos ambientes, por isso, muitas são as críticas, porque alguns questionam se a situação é um desejo de toda a sociedade, ou só de uma minoria. Porém, a questão das minorias é amplamente discutida na sociedade hodierna. Existe um percentual proporcional que corresponda ao tamanho da

discussão? Afirmando ou negando, os casais homoafetivos buscam um reconhecimento diante da sociedade.

Sobre essa questão, o então Cardeal Bergoglio se manifestou, dizendo que:

a religião tem o direito de opinar, pois está a serviço das pessoas. Se alguém pede um conselho, tenho o direito de dá-lo. O ministro religioso às vezes chama a atenção sobre certos pontos da vida privada ou pública dos fiéis. Mas não tem o direito de forçar nada na vida privada de ninguém. Se Deus na criação correu o risco de fazer livres, quem sou eu para me meter? Nós condenamos o assédio espiritual quando um ministro impõe de tal modo as normas, as condutas, as exigências, que priva a liberdade do outro. Deus deixou em nossas mãos até a liberdade de pecar. Temos que falar muito claro dos valores, dos limites, dos mandamentos, mas o assédio espiritual, pastoral não é permitido (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 97-98).

Observando o pensamento de Bergoglio, que não admite assédio espiritual e pastoral, também a dimensão do Estado laico que, por um lado pode ser a possibilidade de livremente escolher, deveria, no entanto, recordar que muitas vezes quer impor a todos que aceitem certas práticas, negando, por exemplo, a família tradicional, incentivando outras maneiras de ver e agir diante da família isso pode-se configurar assédio estatal, pois não se admite o pensamento discordante, exatamente o que criticam na Igreja que tem uma visão diferente de parte da sociedade.

O Papa Francisco (2013) ressalta o direito natural que aparece na Bíblia, da união entre um homem e uma mulher, reconhece também que na história de várias sociedades o homossexualismo sempre existiu, mas sem a pretensão de status matrimonial. Ressalta ainda que as sociedades que tiveram momentos de expressões mais afloradas de homossexualismo, estavam em crise. “Toda pessoa precisa de um pai masculino e uma mãe feminina que ajudem a criar sua identidade” (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 99).

Todas essas configurações são temas muito pautados nas discussões psicossociais, pois fazem pensar sobre novas organizações familiares - ou novas famílias, novos arranjos familiares que, para além das já citadas, englobam famílias homoparentais, adotivas, concubinatos, temporárias, produções independentes, etc. E as mudanças não terminam por aí, aparecem novas modalidades que poderão influenciar a visão de famílias a partir das condições de procriação, por exemplo, “barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de espermatozoides anônimo, e, talvez, muito mais breve do que se pensa, a clonagem” (CECCARELLI, 2007).

A família, como instituição, tem a basilar função da socialização, da comunicação de valores, de gerar princípios, à sua civilização e sistema de ideias. A família não tem apenas o

papel de cuidar e abrigar os filhos, prover as precisões capitais de alimentação e habitação, mas também ajudá-los a desenvolver a personalidade. A ampliação de ligações afetivas e sociais são funções muito importantes no contexto familiar, pois sem amor e afeto a pessoa não cresce com a perspectiva da alteridade.

Nesse contexto novo, cada vez menos os aspectos físico, social e psíquico têm relações de dependência entre eles. Não se pode esquecer que as novas técnicas de reprodução provocam nos genitores uma desvinculação sem precedentes, pois a linhagem necessariamente não precisa ser biológica, o que faz surgir uma percepção de um novo modelo de produção de subjetividade.

Na perspectiva das ciências humanas e sociais, outro fator de mudança ocorre na estrutura familiar e nos papéis, a questão de gênero, que é algo mais recente e coloca em discussão processos de socialização das famílias, sobretudo na relação dos papéis de mãe e de pai.

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1998) traz novidades no que se relaciona à família, não só a reconhecendo como base da sociedade, mas abrindo novos pressupostos para além da família tradicional, igualando papéis do homem e da mulher no que se refere a deveres e direitos. Assegura o direito ao livre planejamento, e o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. No Artigo 227, introduz diversos direitos à criança e ao adolescente, modificando, desse modo, os parâmetros familiares de outrora.

Não obstante tantas modalidades que aparecem no horizonte, a família é vista, já foi falado, como espaço de socialização do sujeito, pois a percepção do mundo, o modo como ela se porta diante deste, a aquisição de valores, etc., contribuem decididamente para a formação da identidade do indivíduo (SZYMANSKI, 2005).

No modelo dito “tradicional”, homens e mulheres tinham lugares e funções bem definidas. O pai, que trabalhava fora, dirigia o carro e passeava com a família nos finais de semana, - *cabeça da família* - era o provedor que detinha um poder inquestionável. Os cuidados da casa – a comida, a faxina... – enfim, o necessário para que o bem-estar de todos fosse o melhor possível, eram garantidos pela *rainha do lar*. Neste arranjo, todos pareciam felizes e tudo concordava com uma ordem imutável. Unidos para sempre, “para o melhor e para o pior”, pelos laços sagrados do matrimônio, as desavenças do casal não constituíam ameaças à estabilidade do lar. Até hoje este modelo é defendido por muitos como o único capaz de sustentar a ordem social e de produzir subjetivações sadias. Em um documento publicado em 31 de julho de 2004 - *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo* - o atual (emérito) Papa (Bento XVI), quando era ainda o Cardeal Prefeito Ratzinger presidente da Congregação da Doutrina e da fé, novo nome dado ao antigo tribunal da Inquisição, defende esta posição. Ali, Ratzinger (Ratzinger, 2004) sustenta que as mulheres devem estar “presentes, ativamente e até com firmeza, na família, que é a sociedade primordial e, em certo sentido, soberana, porque é nesta que, em primeiro lugar, se plasma o rosto

de um povo; é nesta onde os seus membros adquirem os ensinamentos fundamentais.” Quando isso não ocorre “é a sociedade no seu conjunto que sofre violência e se torna, por sua vez, geradora de múltiplas violências” (CECCARELI, 2007).

Dentre as várias configurações existe, como um direito institucional da família, a visão cristã. Embora ela não seja a única, pois é acompanhada por uma parte significativa da sociedade ocidental. Ainda que o padrão nuclear tenha sido protestado, nenhuma outra instituição ou grupo social substituiu a família. Paralelamente, enquanto isso, instaura-se o exagero do individualismo, o que leva à flutuação das identidades pessoais e das relações familiares.

O Papa Francisco (2013) diz que as coisas humanas têm sua autonomia, dada pelo próprio Criador, e que é importante lutar pelo justo desenvolvimento da ciência, da moral e da educação, assim, não negar as marcas identitárias dos povos e das novas configurações de famílias. Não há desrespeito pelos que não pensam como as famílias tradicionais cristãs. Todavia, no processo da alteridade, a família católica reivindica o direito de ter a sua identidade, pois traz consigo diferenças que a caracterizam no proceder e no existir de modo diverso das outras configurações familiares.

2.3 CONCEPÇÃO CATÓLICA DE FAMÍLIA

A Igreja Católica com adesão dos que a ela se agrupam através do Batismo¹⁸ é, internamente, reconhecida como família. Quando se refere à família como um grupo de pessoas do qual fazem parte pai, mãe e filhos, ela não a vê como uma realidade meramente natural. Esse grupo é algo querido pelo Criador, que faz surgir no coração, inicialmente, de duas pessoas, o desejo de se conhecerem profundamente para formar um consórcio, que é sacramentado pela bênção de Deus.

Dessa forma, a Igreja ensina que a família é um dos bens mais preciosos da humanidade. Esta preciosidade se dá pelo fato de ser parte do plano de Deus, na construção da vida presente e da vida eterna. Assim, o homem e a mulher, ao formarem família, colaboram com Deus na tarefa criadora.

¹⁸ Batismo é um sinal visível da graça de Deus. O primeiro dos sete Sacramentos da Igreja Católica, também conhecido como Sacramento da Iniciação Cristã, tem como finalidade apagar os pecados. Da criança apaga o pecado das origens, referindo-se a “Adão e Eva”, no adulto apaga todos os pecados, inclusive aqueles deliberadamente cometidos.

Segundo o Papa João Paulo II, no encontro mundial das famílias, no Rio de Janeiro em 1997, a família é patrimônio da humanidade inteira, por isso, a Igreja é chamada a trabalhar para que ela não esqueça a sua missão de colaboradora do Criador.

A Família cristã está fundada no sacramento do matrimônio entre um homem e uma mulher, sinal do amor de Deus pela humanidade e da entrega de Cristo por sua esposa, a Igreja. A partir dessa aliança se manifesta a paternidade e a maternidade, a filiação e a fraternidade, e o compromisso dos dois por uma vida melhor (CELAM, 2007, n. 433).

Nas Pessoas divinas, a saber, Pai, Filho e Espírito Santo, a família se origina, ao mesmo tempo em que tem seu modelo e motivação bela e destino último. Deus dispôs o homem e a mulher um para o outro para que “não fossem mais dois, mas um” (MATEUS, 2002, p. 2361). O Catecismo da Igreja Católica (1993) salienta que a família deve viver no amor, sendo fecunda e tornando-se sinal de Deus, num amor transbordante.

Diz a Igreja que o Criador constituiu a família como princípio e base da sociedade. Os pais têm papel fundamental tanto na vida da Igreja como na vida civil, porque são testemunhas e colaboradores da graça de Deus (VATICANO II¹⁹, 1997).

Segundo o Catecismo da Igreja Católica (1993), quando as famílias se constituem segundo o plano de Deus, são fortes, sãs e felizes, por isso, permitem a ascensão humana e espiritual dos seus componentes, colaborando na renovação de toda a sociedade e também da Igreja. A família cristã pelos seus méritos sociais e espirituais propicia e contribui para a comunhão eclesial; por esse motivo, portanto, é designada como uma *igreja doméstica*, pois é uma comunidade de fé, de esperança e de caridade, revestindo-se duma importância singular na Igreja.

A Igreja Católica tem seu ensinamento e doutrina baseados no tripé Sagrada Escritura²⁰, Magistério²¹ e Tradição²², as duas últimas partes, embora interpretem a realidade

¹⁹ Conjunto de Documentos elaborados pelo Concílio da Igreja Católica, acontecido entre 1961 e 1965, na Cidade do Vaticano, onde no século XVI havia acontecido outro Concílio intitulado Vaticano I.

²⁰ Bíblia, pequena biblioteca, no catolicismo composta por setenta e três livros.

²¹ Magistério refere-se à função de ensinar que é própria da autoridade da Igreja e que, por isso, deve ser obedecido e seguido pelos demais católicos. O significado da palavra *magistério* possui variantes conforme o contexto em que é utilizado e ao longo da história da Igreja Católica. Segundo a Encíclica *Veritatis splendor*, de João Paulo II, “o encargo de interpretar autenticamente a palavra de Deus, escrito ou transmitida, foi confiado exclusivamente ao Magistério vivo da Igreja, ao Papa e aos Bispos em comunhão com ele, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo”.

²² Tradição é a autoridade e a ação contínua da Igreja Católica que, através dos Apóstolos, hoje bispos, transmite “tudo aquilo que ela é, e tudo quanto [ela] acredita”, para todo o mundo ininterruptamente desde o advento salvífico de Cristo até a atualidade. A “*Dei Verbum*”, diz que esta ação contínua de “transmissão da mensagem de Cristo” (ou Evangelho) é feita “mediante a pregação, testemunho, as instituições, oculto e os escritos inspirados”, para assegurar que os católicos vivam a fé de um modo fiel à Verdade revelada por Deus.

da fé, procura não fazê-lo desvinculado da primeira. Desde modo, a doutrina matrimonial encontra seu fundamento primeiro na própria Bíblia. Nessa tradição, oriunda dos povos do deserto, o cristianismo bebeu na fonte e adotou muitos dos conceitos judaicos. No que tange ao matrimônio, já no livro das origens encontra-se referência à realidade do homem e da mulher, quando em (GÊNESIS, 2002), há o relato da criação da pessoa humana simbolizada em Adão e Eva, aos quais o cristianismo chama de primeiros pais. Ao criar, Deus os fez à sua imagem e semelhança e os abençoou, ordenando-lhes crescer e multiplicar-se para povoar a terra. Para tanto, numa relação conhecida atualmente como tradicional, mandou que o homem e a mulher se unissem para formar a comunidade de vida e amor conjugal que é o matrimônio (GÊNESIS, 2002).

Ao considerar a Família Santuário da vida, a Igreja a vê como sagrada, donde surge a vida humana e onde esta é cultivada e formada. É missão sagrada da família, guardar, revelar e comunicar ao mundo o amor e a vida. Nela Deus habita, é reconhecido, amado, adorado e servido.

Os cônjuges cristãos, enfim, pela virtude do sacramento do Matrimônio, pelo qual significam e participam do mistério da unidade e fecundo amor entre Cristo e a Igreja (cf. Ef 5,32), ajudam-se a santificar-se um ao outro na vida conjugal bem como na aceitação e educação dos filhos, e têm para isso no seu estado e função um dom especial dentro do Povo de Deus. Desde consórcio procede a família, onde nascem os novos cidadãos da família humana, que pela graça do Espírito Santo se tornam filhos de Deus no batismo, para que o povo de Deus se perpetue no decurso dos tempos. É necessário que nesta espécie de Igreja doméstica os pais sejam para os filhos pela palavra e pelo exemplo, os primeiros mestres da fé. E favoreçam a vocação própria de cada qual, especialmente a vocação sagrada (VATICANO II, 1997, n. 11).

O Documento do Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes* (1997), recorda que: “a salvação da pessoa e da sociedade humana estão intimamente ligadas à condição feliz da comunidade conjugal e familiar” (p. 195), é essa família o fundamento da sociedade. É Deus o autor da família e a dotou de vários bens e fins para o bem social e de cada membro da própria família. Essa união, ressalta o Documento, é uma “doação recíproca de duas pessoas, e o bem dos filhos exige a perfeita fidelidade dos cônjuges e sua indissolúvel unidade” (p. 196).

A doutrina, portanto, considera a família como a primeira e fundamental expressão da natureza social da pessoa humana, ela é o espaço e também o instrumento mais dinâmico de personalização da coletividade; coletividade esta que excepcionalmente vem sendo cada vez mais despersonificada, segundo o modelo católico, vem sendo desumanizada, sobretudo, com

o aumento lascivo da violência, das drogas, e de outras dimensões que ferem o âmago da família.

A Igreja acredita que se a família for destruída, a sociedade também o será, não por acaso, ao acreditar no Criador, o próprio Catecismo Católico (1993) diz que a família é “vestígio e imagem da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sua atividade procriadora e educadora é o reflexo da obra criadora do Pai” (n. 2205), pois o Filho Jesus, nasceu, cresceu e desenvolveu sua atividade missionária a partir de uma família e não por coincidência realizou seu primeiro milagre²³ nas Bodas de Caná, relatado em (JOÃO, 2002).

A igualdade do homem e da mulher acontece pela união matrimonial confirmada por Deus, conferindo-lhes uma dignidade de pessoas que não subjugam um ao outro, mas devem viver no amor mútuo e perfeito, com espírito de sacrifício, no amor doação e na oração, atitudes que potenciarão o testemunho de fidelidade e harmonia desse amor, tanto da educação dos filhos, como do engajamento sociocultural e psicológico do bem da sociedade (VATICANO II, 1997).

É na verdade, às famílias do nosso tempo que a Igreja deve levar o imutável e sempre novo Evangelho de Jesus Cristo, na forma em que as famílias se encontram envolvidas nas presentes condições do mundo, chamadas a acolher e a viver o projeto de Deus que lhes diz respeito. Não só, mas os pedidos e os apelos do Espírito ressoam também nos acontecimentos da história, e, portanto, a Igreja pode ser guiada para uma inteligência mais profunda do inexaurível mistério do matrimônio e da família a partir das situações, perguntas, ansiedades e esperanças dos jovens, dos esposos e dos pais de hoje (JOÃO PAULO II, 1981, n. 4).

A Exortação Apostólica²⁴ *Christifideles Laici* (n. 40), recorda que a pessoa humana, na sua estrutura psicossocial é chamada à comunhão consigo mesma e com as outras pessoas. Desse modo, a família é possibilidade da sociabilidade humana querida por Deus, porque a primeira expressão dessa sociabilidade é o casal e a família. Por isso, “o casal e a família constituem o primeiro espaço para o empenhamento social dos fiéis leigos” (JOÃO PAULO II, 1998, n. 40).

²³ Do latim *miraculum*, do verbo *mirare*, que significa maravilhar-se. É também um fato que viola as leis naturais, atribuído muitas vezes a Jesus de Nazaré.

²⁴ Exortação Apostólica refere-se aos documentos e decretos utilizados pelo Papa, sendo "*todos importantes*", e "*exigem respeito e acatamento*", tratando de assuntos doutrinários, disciplinares, governamentais e etc, sendo "*designados por diversos nomes*": Bula, Carta Encíclica: (Social, Exortatória ou Disciplinar), Encíclica Epístola, Motu próprio, Breve, Carta Apostólica.

Observando a doutrina católica²⁵, baseada na Sagrada Escritura, percebe-se que a família não é somente um dado sociológico; na concepção de coexistir um com o diferente, ou na aceção econômica de amparo, ainda que, igualmente envolva isso, a família é o ambiente onde a pessoa aprende a se desenvolver integralmente como ser humano.

Observa-se, pois, que a família é a primeira sociedade humana, saída do coração de Deus, de um valor imensurável para o ensino e para a transmissão dos valores culturais, éticos, sociais, espirituais e religiosos, através das quais contribui de modo único e insubstituível para o bem da sociedade.

Assim se pronuncia o Concílio Vaticano II:

o Concílio sabe que os esposos encontram muitas vezes obstáculos na organização harmoniosa da vida conjugal por certas condições modernas de vida. (...). Existem os que ousam trazer soluções desonestas a esses problemas e não recuam até mesmo diante da destruição da vida. Mas a Igreja torna a lembrar que não pode haver verdadeira contradição entre as leis divinas sobre a transmissão da vida e o cultivo do autêntico amor conjugal (VATICANO II, 1997, n. 51).

Essa modalidade de família se vê ameaçada e atingida, dizia o Papa João Paulo II, pelo divórcio, “por uniões livres”, aborto, eutanásia, do chamado “amor livre”, “sexo seguro”, “produção independente”, uniões homoafetivas, etc., produtos de uma época imersa na sociedade de consumo e utilitarista, e que fez uma opção pelo hedonismo. Não que o prazer não seja parte constitutiva da pessoa, mas a sua exacerbação a desfigura.

A Igreja recusa a ideia de que a família se torne objeto, onde os esposos e os filhos, às vezes, são vistos como obstáculos uns para os outros, por isso, o divórcio, o não ter filhos, considerando a instituição familiar como embaraço para a liberdade dos que a compõem. Ela não corresponde ao projeto de família cristã (JOÃO PAULO II, 1994). Portanto, a Igreja reconhece como família natural aquela dentro dos moldes da doutrina católica. Outros modelos seriam a falsificação e o caminho da destruição da sociedade, o que provoca sofrimento às próprias pessoas, e, sobretudo, aos inocentes.

No entanto, a *Gaudium et Spes* (1997) ressalta que não quer se colocar contra a realidade dada em relação ao matrimônio e à família vistos na modernidade, mas propor um diálogo com o mundo e suas mudanças socioculturais e religiosas. Contudo, dialogar não é se eximir da necessidade de conscientização sobre as condições reais da vivência matrimonial no

²⁵ Doutrina Católica é o conjunto de todas as verdades de fé professadas pela Igreja Católica, que foi ensinada por Jesus Cristo e os Apóstolos, para mostrar aos homens o caminho da salvação e da vida eterna. As suas partes mais importantes e necessárias são quatro: o Credo, o Pai Nosso, os Dez Mandamentos, os Sete Sacramentos.

contexto do bem-estar individual e social, para o qual a comunidade conjugal e familiar é indispensável.

A Igreja insiste em não desvincular sua doutrina dos ensinamentos deixados pelo Mestre²⁶, por isso, alerta que sem uma consciência da fé, portanto, com a ajuda da graça de Deus e vivendo verdadeiramente o Evangelho, não é possível realizar plenamente o projeto de Deus sobre o matrimônio e a família. Dessa forma, na raiz da cultura atual está uma vasta desvinculação entre o valor proclamado como fé cristã e a própria vivência familiar.

Quando a deslealdade, o egoísmo e a insensatez dos pais entre si e com respeito aos filhos são os preceitos de comportamento, toda a sociedade se vê danificada pela decomposição, pela fraude de costumes e pela violência.

Deve haver urgentemente, uma conscientização da responsabilidade de criar condições que favoreçam o bem-estar matrimonial e familiar dessa modalidade de vida, inclusive inculturando a doutrina, com o auxílio das ciências sociais e humanas, sem com isso, perder o tesouro da fé (VATICANO II, 1997).

As transformações culturais das últimas décadas influenciaram profundamente a opinião clássica da família. Todavia, a família é uma microsociedade natural, dotada de uma formidável vitalidade, com ampla habilidade de reação e conservação. Nem todas essas alterações foram perniciosas, e por isso, o cenário hodierno a respeito da família se pode dizer que está miscigenado de aspectos incluindo os negativos.

Mesmo não observando a concepção familiar católica, alguns autores não deixam de reconhecer que frente ao fenômeno dinâmico e multifacetado é necessário resgatar os aspectos que são imprescindíveis para que a família continue cumprindo o papel social de ser a célula principal da sociedade (WAGNER, 2011).

Não obstante a dificuldade de dialogar do mundo secularizado com conceitos cristãos sobre o matrimônio, não é possível esquecer que o sentido cristão da vida atua significativamente para que na coletividade gere uma consciência viva da liberdade e dos encargos individuais no seio da família; a perspectiva cristã deseja que as relações entre os cônjuges e deles com os filhos sejam “virtuosas”, no sentido de criar uma identidade madura; a doutrina católica traz consigo uma preocupação com a dignidade da mulher; uma atenção especial à paternidade e à maternidade responsáveis, não esquecendo o cuidado com a educação da prole, e ainda, preocupa-se com as famílias para que se relacionem e se ajudem entre si.

²⁶ Expressão recorrente usada no Cristianismo para definir Jesus Cristo, o Senhor, não se refere aos mestres das escolas de outrora e de hoje.

A Igreja, embora haja quem a conteste, acredita na plena realização do projeto de Deus sobre o Matrimônio, concretizado na família que tem seus fundamentos no Evangelho. Sabe que o momento histórico de mudança atinge fortemente a visão cristã de família, por isso, sente que é sua missão proclamar a todos, os desígnios de Deus sobre o matrimônio e a família. Essas mudanças repercutem no Projeto de Vida das famílias brasileiras, deteriorando os valores basilares da comunhão familiar, no qual a religião foi colocada de lado, o ser humano se explica por si mesmo, e Deus se tornou supérfluo e embaraçante (CNBB, 2003). Porém, há quem diga que existe uma crise da família tradicional, naqueles moldes cristãos.

Partindo então da premissa de que já não temos parâmetros que definam de forma precisa o conceito de família, sua concepção e funcionamento, é imprescindível que se faça uma análise mais aprofundada das famílias atuais. Rios-González (2005) que a quatro décadas tem se dedicado à prática clínica com famílias e casais, observe que, no lugar de alardear que a família está em crise, é importante enfocar o que ocorre, na verdade, é uma crise do modelo tradicional de família (WAGNER, TRONCO; ARMANI, 2011, p. 21).

Contudo, e neste caso, a crise talvez se justifique, a família e o casal vivem numa dimensão relacional e dialética, influenciada de modo profundo pelos fatores da época e do pensamento que os cercam. A crise então, é uma possibilidade de trazer para o presente, de modo inculturado, os valores tradicionais, assim deixa entrever o Documento Conciliar *Gaudium et Spes* (1997). A família não é, portanto, estática, pois desenvolve uma dialética *ad intra* e *ad extra*, dialogando consigo e interagindo constantemente com a sociedade que a envolve, que a Igreja observa como algo positivo, apesar das “tentações” existentes que tentam vulnerabilizar a visão cristã.

Assim, o amor adequado, adotado como um dos fins basilares do casamento, descobre uma nova valorização, pois ele envolve o bem de toda pessoa; portanto, é capaz de enobrecer as expressões do corpo e da alma e de enriquecê-los com especial dignidade (VATICANO II, 1997), pois é a família tradicional cristã uma escola que enriquece a humanidade.

Bento XVI, em mensagem para o dia Mundial das Missões em 2010, disse que a Igreja Católica Romana tem uma visão, que se aproveita de muitos pontos de vista, para caracterizar o casamento como algo sagrado, como uma vocação querida por Deus. Sendo o casamento uma vocação caracterizada, sobretudo, pelo relacionamento, exige-se uma formação psicossocial, para que a convivência harmônica seja fonte de crescimento da família (VATICAN.VA, 2010)

Com a doutrina, tenta-se conscientizar as famílias sobre as implicações da vida matrimonial. A família, em qualquer época, e de qualquer estilo, precisa tomar decisões que promovam sua adaptação aos desafios da vida. Se não assumir nenhuma mudança no seu sistema funcional, o fará de modo não funcional, o que produzirá sintomas. Essas escolhas do estilo de vida a ser adotado, podem produzir famílias maduras ou com patologias (MANENTI, 1998).

A eclesiologia católica não se exime de chamar atenção para as muitas consequências reveladas pelo rechaço ao casamento cristão, como fruto do amor de Deus pelos homens e mulheres da nossa época. A sua crítica se volta para uma equivocada concepção da independência dos esposos, de igual modo a concepção de autoridade nas relações entre pais e filhos, e sem dúvidas, as dificuldades para que a família transmita os valores humanos e cristãos. É conhecida por todos, a discordância da Igreja em relação às uniões não sacramentais que, segundo ela facilita o crescente número de separações.

O que se verifica é a apresentação de soluções simplificadas, através da esterilização, do aborto e da mentalidade antinatalista, frequentemente difundida entre as famílias. Igreja não se furta também de chamar atenção para as condições éticas de adversidade, precariedade e do materialismo, resultando num grande número de crianças de rua, fruto da falta de sensibilidade social do Estado e dos indivíduos, que as pune não tendo uma política de inclusão, não combatendo a pobreza que possibilite aos pais protegê-las. Mas também há insensatez ou inabilidade educacional de alguns pais e da sociedade em geral para trabalhar e fortalecer os laços familiares.

A Igreja propõe, ao verificar tais situações, um modelo como meio de construir família e com ela a proteção social; não deseja condenar ninguém, mas propor, através de seus ensinamentos, aquele caminho tradicional, fruto da síntese entre amor, sexualidade, união dos parceiros e paternidade, elementos que proporcionam aos cristãos que constituem famílias vivenciar e realizar positivamente o casamento na história (BLANK, 2006). O sentido cristão da vida fará com que sempre prevaleçam os sinais positivos sobre os negativos, por mais que estes nunca falem. Não afirmar com isso, que outras configurações familiares não possam oferecer segurança, amor e proteção, por exemplo.

Olhando para a família de Nazaré²⁷, a doutrina católica procura crer e ressaltar que o divino Mestre nasceu de em uma família constituída nos padrões tradicionais. A ela obedeceu

²⁷ Família de Nazaré é a terminologia teológica para definir a família de Jesus, composta de três membros: José, Maria e o filho de Deus

em tudo (LUCAS, 2002) e aprendeu com eles a crescer como verdadeiro homem. Assim, pois, a família de Cristo é exemplo e modelo para toda família.

Questiona-se, no entanto, se esse modelo da Sagrada Família²⁸ é válido para os dias atuais. Não só, mas pela sua própria dimensão psicossocial, a Família de Nazaré²⁹ alcança as pessoas de todos os períodos e civilizações, porque o único jeito de impetrar a realização subjetiva é criar um lar no qual afeição, o respeito, a lealdade, as tarefas, o serviço abnegativo prevaleçam.

Cada católico vocacionado à construção de família deve ser responsável de um modo ou de outro pela sociedade em que vive, e, portanto, da instituição familiar, que é o seu embasamento. Os esposos devem ter a consciência do papel cristão de construir uma família formada segundo os desígnios de Deus.

2.3.1 Propriedades teológicas do matrimônio católico

2.3.1.1 Unidade

O Casamento não se restringe ao aspecto simplesmente corporal do relacionamento sexual, vai muito além, pois abrange e envolve a habilidade absoluta e incondicional da doação de si mesmo a outra pessoa (PAULO, 2002). Caracterizam o dever dos cônjuges a valorização mútua, altruísmos, consistência das duas partes, anseios de participar e acolher um ao outro.

“A unidade do matrimônio é também claramente confirmada pelo Senhor, mediante a igual dignidade do homem e da mulher enquanto pessoas, a qual deve ser reconhecida no amor mútuo e perfeito” (VATICANO II, 1997, n. 355).

O casamento monogâmico de duas pessoas de sexo oposto pela doação total e exclusiva de si mesmas, contrapõe-se de modo incisivo à poligamia e a poliandria³⁰. Também se opõe às formas livres e descomprometidas da vida sexual que, segundo o diretório familiar seria, se adotadas, a permissão de uma sociedade com práticas de poligamia e poliandria (CNBB, 2004).

²⁸ A Sagrada Família é o termo usado para designar a família de Jesus de Nazaré, composta segundo a Bíblia por José, Maria e Jesus.

²⁹ Família de Nazaré é a mesma Sagrada Família.

³⁰ Do grego: poly- muitos, andros- homem: entende-se a união em que uma só mulher é ligada a dois ou mais maridos ao mesmo tempo.

2.3.1.2 Indissolubilidade

Sendo naturalmente um consórcio, pelo sacramento que ocorrer através da aliança do amor conjugal, entre um homem e uma mulher, que segundo a Bíblia “já não são dois mais uma só carne” (GÊNESIS, 2002; MATEUS, 2002), os cônjuges são chamados a desenvolver sucessivamente na comunhão integral a lealdade do dia a dia e do mútuo afeto. A comunhão matrimonial distingue-se pela coesão de vida, assim como pela sua indissolubilidade. “Testemunhar o valor inestimável da indissolubilidade e da fidelidade matrimonial é uma das tarefas mais preciosas e mais urgentes dos casais cristãos do nosso tempo” (JOÃO PAULO II, 1981, n. 20). A indissolubilidade torna eterno o liame nupcial, contrapondo-se assim ao desquite³¹, como ato de dissolução da união matrimonial.

A família tradicional, tal como ensina a Igreja, é também um bem ao qual os filhos têm direito, portanto, na linha da indissolubilidade, os filhos, que nos últimos tempos passaram a fazer parte do contexto familiar, como sujeitos, deveriam ser olhados como sujeitos de direito. Assim, esta modalidade de família não só pode existir, como pode se tornar um bem para toda a sociedade, ao primar também por outros indivíduos da família o que vai além dos cônjuges. A Igreja prima pela indissolubilidade do casamento e repudia o divórcio, embora respeite a autonomia da sociedade, assim recorda o então Cardeal Bergoglio:

hoje, no entanto, na doutrina católica recordamos a nossos fiéis divorciados e casados de novo que não estão excomungados – embora vivam em uma situação à margem daquilo que a indissolubilidade matrimonial e o sacramento do casamento exigem -, e lhes pedimos que se integrem à vida paroquial (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 95).

Para demonstrar a nova postura eclesial para com os que estão em outras uniões, a Igreja tem criado grupos da Pastoral Familiar voltados para esses casais, nos quais são acolhidos e impulsionados a olharem mais o que podem fazer e receber, do que permanecer olhando para aquilo que não lhes é permitido. No momento, a Igreja convocou um Sínodo de bispos, para estudar essa situação.

³¹ A Igreja ao preservar o casamento tradicional, diz que este é o “modelo ideal”, trabalha para que ele seja constituído e preservado, mas não deve deixar de acolher os que estão em novas uniões, separados, etc. A Igreja deve ser mãe para todos.

2.3.2 Finalidades teológicas do matrimônio católico

2.3.2.1 Bens do cônjuge

Ao relacionar os bens dos cônjuges, a Igreja não se refere necessariamente à dimensão material, mas refere-se à oblação mútua entre ambos que se constitui para toda a vida de modo definitivo. A anuência conjugal implica lealdade tanto no bem-estar como na doença, o que significa que livremente os “amantes” se dão por toda a vida sem reservas das ocorrências em que concerne à doença e à saúde, às alegrias e os tristezas (RITUAL DO MATRIMÔNIO, 2003).

Os dois se implicam mutuamente a viver o amor, o respeito cotidianamente por toda a vida, numa confiança sem obstáculos, observando que o matrimônio católico não é meramente um acordo instável e que admite revisão jurídica, que admite elementos simplesmente transitórios. Dessa forma, os valores ideais não comungam com a percepção de viver juntos para sempre.

2.3.2.2 Geração e educação da prole

A difusão biológica é um serviço basilar da família. Ela se concretiza através da história, que em última instância é a maneira com que o Criador abençoa e transmite a sua própria imagem divina pela prole (GÊNESIS, 2002). A família e o amor nupcial por sua própria natureza se dispõem à procriação e educação dos filhos, porém, não somente a isso.

Para o cristão, ser fecundo é também uma bênção e sinal do amor conjugal. É uma das maneiras que o casal tem de testemunhar a plena doação mútua dos consortes: o amor conjugal em todas as suas nuances, que leva à formação de estrutura familiar segura são pressupostos da cooperação corajosa dos esposos com o amor do Criador e do Salvador que, por mediação dos cônjuges, acrescenta e enriquece cotidianamente a família (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1993).

Na geração e educação da prole emerge o direito dos não nascidos, pois nascer é um direito natural, assim, faz parte do direito ecológico. Nesse ponto a discussão da família e aborto toma uma conotação importante, sabendo que o aborto não deve ser tratado somente como direito de alguns, que no caso, é sempre do mais forte, daqueles que podem se

expressar. “O aborto só é possível para quem não foi abortado” (COSTA, 2012). O direito à vida é um direito fundamental do homem, porque é dele que decorrem todos os outros direitos.

O problema moral do aborto é de natureza pré-religiosa, porque, no momento da concepção, está ali o código genético da pessoa. Ali já há um ser humano. Separo o tema do aborto de qualquer concepção religiosa. É um problema científico. Não deixa avançar o desenvolvimento de um ente que já tem todo o código genético de um ser humano não é ético. O direito à vida é o primeiro de todos os direitos humanos. Abortar é matar quem não pode se defender. O problema de nossa sociedade é que ela perdeu, em grande medida, o respeito pela sacralidade da vida. O primeiro ponto problemático é falar do aborto como se fosse um tema simples e o mais normal do mundo. Não é assim; por mais que seja uma célula, estamos falando de um ser humano (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 93).

A Igreja não condena a pessoa, mas o ato, que pode ser fruto do desespero, sobretudo, da mentalidade consumista e hedonista do tempo presente. Ao analisar objetivamente essa problemática, precisa-se verificar se há uma ideologia que a move, igualmente a situação de cada pessoa, em que circunstância tal ato foi praticado.

2.3.2.3 Os filhos na doutrina católica

O Papa João Paulo II (2001) ressaltava que os filhos são como uma primavera da família e da sociedade, por isso, a doutrina os tem como valor da família em si mesma, chegando a afirmar que se constituem no dom mais extraordinário da vida conjugal. Formam um benefício elevado para os progenitores e ainda são dádivas de uma participação particular na obra fecunda de Deus, "crescei e multiplicai-vos" (GÊNESIS, 2002).

Sendo os filhos coparticipação na Obra de Deus, o são desde a concepção, pois na dinâmica da fé a vida de todos os seres humanos deve ser reverenciada de caráter incondicional do princípio ao término. “A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1993, n. 2270).

Tudo o que atenta contra à própria vida como qualquer espécie de homicídios, o genocídio, aborto, a eutanásia e o próprio suicídio voluntário, tudo que viola a integridade da pessoa humana, (...) e as tentativas de dominação psicológica; (...) é efetivamente digno de censura (VATICANO II, 1997, n. 284).

A Igreja não concorda que o Estado seja o instrumento que disciplina e educa a prole, mas a família que desde a primeira convivência dos filhos com os outros, aprendam os comportamentos sociais e cristãos.

A família, como átomo da sociedade civil, conforme preconizada pela Igreja Católica, tem como uma de suas funções o gerenciamento dos interesses privados das pessoas, cujo bom funcionamento é imprescindível para a organização da vida social e o bem estar da coletividade. Ela, pela união indissolúvel no casamento, gera filhos e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Também dá garantia da continuidade da espécie humana e zela pela educação, cidadania e civilidade das novas gerações. Além do mais, espera-se que a família garanta uma continuidade entre o amor à família e à pátria, que são instâncias que se reproduzem, tendo por base uma hierarquia de valores alicerçada na tradição patriarcal, onde o patriarca possui a hegemonia no poder de tomar decisões sobre a família e o capital (ECCO CLÓVIS, 2011).

A partir daquilo que é possível verificar na literatura em relação à concepção de família, e especificamente dentro da concepção tradicional católica, a identidade se constrói no processo cotidiano e relacional, o que pressupõe uma formação, pois não é possível falar da família como algo estático e definitivo com se fazia nas décadas anteriores, hoje existem inúmeros tipos de famílias.

Os sistemas humanos são fruto da interação das pessoas e o meio; a família contemporânea está imersa numa complexidade social até então nunca vista, que é a chamada sociedade (pós) moderna e sua pluralidade. É sabido que individualmente cada pessoa e em grupo, cada “família” reage de forma diferente aos acontecimentos e processos para atingir um determinado objetivo. A família católica nessa perspectiva convive com outras identidades, e para reconhecer e marcar as suas próprias características não poderá fazê-lo sem um amplo processo de formação.

O individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares. A ação pastoral deve mostrar ainda melhor que a relação com o nosso Pai, exige e incentiva uma comunhão que cura, promove e fortalece os vínculos interpessoais. Enquanto no mundo, especialmente nalguns países, se reacendem várias formas de guerras e conflitos, nós, cristãos, insistimos na proposta de reconhecer o outro, de curar as feridas, de construir pontes, de estreitar laços e de nos ajudarmos «a carregar as cargas uns dos outros» (*Gal 6, 2*). Além disso, vemos hoje surgir muitas formas de agregação para a defesa de direitos e a consecução de nobres objetivos. Deste modo se manifesta uma sede de participação de numerosos cidadãos, que querem ser construtores do desenvolvimento social e cultural (FRANCISCO, 2013, n. 67).

Se a humanidade passa por uma crise, é também verdade que esta sempre a acompanhou, pois a história revela que a humanidade sempre atravessou tensões. Podem-se

citar como exemplo, os primeiros séculos de nossa era, quando cresciam o cristianismo em meio ao paganismo, as transformações do feudalismo pelos liberais e as transformações com o surgimento da industrialização e das duas grandes guerras.

No caminho da era cristã não foram poucas as correntes que se insurgiram contra a Igreja, tanto no campo dos governos como no campo filosófico. Essas oposições imprimiram “pré-conceitos” acerca da concepção tradicional cristã, que provocaram as mudanças já auferidas.

O cristianismo se desenvolveu a partir de um solo tão corrupto que nele todo o natural, todo valor natural, toda *realidade* se opunha aos instintos mais profundos da classe dominante – surgiu como uma espécie de guerra de morte contra a realidade, e como tal nunca foi superada. O “povo eleito” que para todas as coisas adotou valores sacerdotais e nomes sacerdotais, e que, com aterrorizante lógica, rejeitou tudo que era terrestre como “profano”, “mundano”, “pecaminoso” – esse povo colocou seus instintos em uma fórmula final que era conseqüente até o ponto da auto-aniquilação: como *cristianismo*, de fato negou mesmo a última forma da realidade, o “povo sagrado”, o “povo eleito”, a própria realidade *judaica*. O fenômeno tem importância de primeira ordem: o pequeno movimento insurrecional que levou o nome de Jesus de Nazaré é simplesmente o instinto judaico *redivivus*(1) – em outras palavras, é o instinto sacerdotal que não consegue mais suportar sua própria realidade; é a descoberta de um estado existencial ainda *mais abstrato*, de uma visão da vida ainda mais *irreal* que a necessária para uma organização eclesiástica. O cristianismo de fato *nega* a igreja... (NIETZSCHE, O Anticristo, XXVII).

Nietzsche, juntamente com outros pensadores modernos, colocaram pressupostos duvidosos sobre a vida cristã e sua doutrina. O Rabino Skorka (2013), analisando o pensamento de Marx que considerava a religião ópio do povo, e que Deus havia sido morto pelo homem, recorda que as religiões estavam numa crise, de busca de valores. Segundo ele, o cristianismo cresceu numa crise do paganismo. Na modernidade, os credos, embora tendo valores, não souberam apresentá-los coerentemente, abrindo espaço para essas filosofias.

Não se devem repetir os erros do passado. A Igreja, por isso, é convidada a ajudar a descobrir o caminho familiar como algo que identifique os membros da “casa”. A formação vai além dos atos litúrgicos que acontecem também no dia da celebração do matrimônio.

Quando os atos litúrgicos vão se convertendo em atos sociais, perdem a força. Um exemplo é a celebração do casamento; em alguns casos, nos perguntamos o que há de religioso nessa cerimônia, porque o ministro dá um sermão de valores, mas muita gente anda em outra sintonia. Casam-se porque querem a bênção de Deus, mas esse desejo parece tão escondido que não se faz visível (BERGOGLIO; SKORKA, 2013, p. 54).

A Igreja respeita a diferença que as demais configurações apresentam, embora se impute o direito de pensar diferente, discordar, sem necessariamente se impor. Da mesma forma deseja que essa prerrogativa também lhe seja atribuída, isto é, ao respeitar as diferenças, quer ser respeitada embora sua concepção de família não seja igual a de outras configurações familiares, não se impondo com sua doutrina, deseja que não lhe imponham uma doutrina que lhe seja estranha.

Percorridas algumas facetas das concepções familiares ao longo dos séculos, e, sobretudo, a abordagem contemporânea, com suas estruturas e configurações, inclusive a concepção católica, abordar-se-á no capítulo seguinte o que propõe a Igreja Católica à família, a partir de sua doutrina.

A Pastoral Familiar³² é o conjunto de ações desempenhadas na Igreja, com a Igreja e pela Igreja, de modo preparado, projetado, revisado, por meio de atores especiais, com procedimento adequado na perspectiva religiosa, tendo como alvo a proclamação da Boa Nova³³ do Casamento e da família, proporciona os meios imprescindíveis para o desenvolvimento das pessoas (antes e depois do casamento), levando os cuidados pastorais a todas as famílias, mesmo às “irregulares”, visando à transformação social e à conversão das pessoas.

A formação doutrinal católica que se destina à família, passa necessariamente pelos conceitos anteriormente relatados acerca da família. A formação em si acontece por meio de cursos realizados nas paróquias³⁴ e dos encontros periódicos ocorridos nos grupos de casais, utilizando-se dos conteúdos doutrinários voltados para os valores autotranscendentes.

A Igreja devota uma estima especial à família e ao casamento. Não por acaso o Magistério Eclesial tem se esforçado para oferecer textos, fruto de estudos sobre o referido tema, ao mesmo tempo que incentiva a santidade dos indivíduos dentro da família cristã. Por isso, a Igreja reconhece a família como a) um dos bens mais preciosos da humanidade; b) fundamento da própria sociedade; c) primeira escola de virtudes sociais (CNBB, 2003).

Passando por um momento especial de transformação, a família precisa de imediato e organizado socorro. Para tanto, é necessário empregar forças para afirmar e desenvolver essa pastoral, porque a Igreja acredita que a evangelização dos povos passa fundamentalmente pela família.

Desse modo, a formação doutrinal é, indiscutivelmente, base para sustentar a instituição familiar.

A Pastoral Familiar abarca a família em todos os seus aspectos. Pretende atingir todos os seus integrantes, nas diferentes idades e diversas situações. Dirige-se a todos os tipos de família: bem constituída, irregulares e também os casos especiais.

³² Pastoral Familiar é o conjunto de ações que se interessa por toda e qualquer realidade familiar e da Igreja. É uma pastoral ampla, abrangente, que age unida a outras pastorais. Tem contudo, uma atuação própria, específica. Por isso precisa de agentes especializados. Ela é muito mais abrangente que os movimentos familiares e os serviços à família com a pastoral familiar. A pastoral familiar é muito ampla, pois está associada a outras pastorais e Movimentos, e tem dimensões próprias. É muito importante deixar claro que a pastoral familiar não pode ser substituída pelos Movimentos e serviços familiares. Ela coordena e une estes, para alcançar os objetivos de pastoral. Os movimentos e serviços, por sua vez, oferecem a espiritualidade, a ação especializada, para que as diversas situações da família sejam atingidas.

³³ Boa Nova é uma expressão muito usada na linguagem cristã para expressar a novidade que é o próprio Jesus.

³⁴ Paróquia do grego paroikia (παροικία), significa originalmente Igreja da Casa. Hoje é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco e, quando possível, ao vigário, sob a autoridade do Bispo Diocesano (Cân. 515 § 1º). Determina ainda o direito canônico que “toda diocese ou outra Igreja particular seja dividida em partes distintas ou paróquias” (Cân. 374 § 1º). Em geral as paróquias são circunscrições eclesiais, circunscrições territoriais que compreendem todos os fiéis de um determinado território.

A todas, quaisquer que sejam a realidade e as circunstâncias, a Igreja, através da Pastoral Familiar, deseja levar palavra de apoio, orientação, conversão, sempre animada e impulsionada pelo espírito do Bom Pastor (CNBB, 2003, n. 7).

Existem inúmeras iniciativas nas paróquias e dioceses³⁵, que variam na ação, mas todas baseadas na doutrina. São exemplos de tais atividades os cursos de noivos, congressos e encontro para famílias, atendimento e orientação na cidade e zona rural para famílias, casadas, recasadas, celebração da Semana Nacional da Família³⁶, centros de atendimento e orientação, escolas de famílias, associação de famílias cristãs, etc. (CNBB, 2011).

Por isso, é preciso uma adequada preparação matrimonial para os noivos que querem abraçar o casamento católico. O intuito, então, é de fazer conhecida e aceita a realidade sacramental que a pessoa, livremente, quer abraçar. Numa sociedade plural, inclusive no tocante a religião, não é mais imperativo casar na Igreja, isto é, com as bênçãos da doutrina católica, aliás, não é preeminente casar mesmo na lei civil. Portanto, e isso sim é imperativo, que ninguém case só para marcar a celebração religiosa como evento social. E quem deve colaborar nessa conscientização é a própria Igreja.

3.1 PRESSUPOSTOS PARA UM MATRIMÔNIO CATÓLICO

Parte-se do pressuposto que um Matrimônio à maneira católica, “para sempre” depende em grande parte, do grau de maturidade dos indivíduos. Isso implica em examinar as diferentes etapas do seu desenvolvimento; a qualidade das relações no namoro e no noivado, enfim, com desenvolvimento dos sujeitos. Deve-se recordar que a vida a dois, duradoura, não é fruto do acaso ou de relações infantilizadas.

Nas palavras do Papa Emérito Bento XVI, por ocasião de uma Conferência para a Cúria Romana³⁷ (2005), exatamente quando falou sobre o valor do Matrimônio, ele apontou a importância dos valores autotranscendentes na vocação matrimonial para atingir seu objetivo.

É necessário prestar a máxima assistência pastoral à preparação ao Matrimônio, porque aqueles que estão para se casar são os mais interessados em celebrar um Matrimônio

³⁵ Diocese, do grego antigo διοίκησις, dióikessis, do latim dioecēsis, é uma unidade territorial administrada por um bispo. É também referida como um *bispado*. A diocese é a unidade geográfica mais importante da organização territorial da Igreja, composta pelas paróquias daquele território, cujo representante é o bispo.

³⁶ É uma Semana anualmente dedicada à família, com temas e subsídios que fazem uma reflexão da complexidade da família nos dias de hoje, e geralmente acontece no mês de agosto. A Conferência nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, elabora os materiais com o auxílio de especialistas das diversas áreas acadêmicas.

³⁷ Cúria Romana é um tipo de *ministério* do Vaticano, o organismo central administrativo da Igreja Católica, que auxilia o Papa no seu Governo, e é formada por Congregações, neste caso, significa departamentos. Cada Congregação é dirigida por um prefeito, que é um cardeal.

válido. Assim professam quando procuram a Igreja, sabendo que o casamento católico é para sempre. Bento XVI exortou a Igreja a desenvolver uma ação pastoral eficaz, com o objetivo de prevenir as declarações de nulidade matrimonial, tendo em vista que a nulidade é a declaração do fracasso de duas pessoas que quiseram formar uma só carne, portanto, uma declaração explícita de que a preparação dos indivíduos no período de noivado foi ineficaz.

Diante da atual crise da família, o Papa emérito convidou a Igreja a fornecer uma melhor e mais intensa preparação e assistência aos casais que estão prestes a contrair o Matrimônio e aos que já contraíram, sem fazer do processo formativo dos cônjuges, mera formalidade.

Bento XVI observou ainda a existência de uma mentalidade, segundo a qual, os bispos, padres, (responsáveis da pastoral familiar), deveriam ser mais abertos ao admitir os casais ao sacramento do Matrimônio, mentalidade esta que se baseia no "direito natural das pessoas se casarem". Nesse contexto, o Pontífice explicou que as exigências pastorais de admissão ao Sacramento do Matrimônio não são pretensões subjetivas, que devem ser satisfeitas apenas com um mero reconhecimento formal, independentemente do conteúdo efetivo da união. Na visita *Ad Limina Apostolorum*³⁸, dos bispos do Mato Grosso do Sul, em 2009, o Papa perguntou, com palavras semelhantes, se um bispo teria coragem de dar um diploma de formação a um profissional liberal, apenas com um final de semana de encontro formativo (REDOVINO RIZZARDO, Bispo de Dourados, MS. Relato pessoal).

Conforme o Pontífice, o direito de contrair o Matrimônio – Sacramento administrado pela Igreja – pressupõe que se possa e se queira celebrá-lo realmente, portanto, na verdade da sua essência, assim como é ensinado pela Igreja. Ninguém pode afirmar que “tem direito a uma cerimônia nupcial”. O direito de se casar no religioso – o *ius connubii* – se refere ao direito de celebrar um autêntico Matrimônio.

“Um sério discernimento nessa etapa poderá evitar que impulsos emocionais ou razões superficiais induzam os noivos a assumirem uma responsabilidade, que depois, não saberão honrar” – disse Bento XVI (BENTO XVI, 2011).

As futuras famílias devem ser levadas a descobrir a verdade de sua vocação ao Matrimônio, com suas características de unidade e indissolubilidade, do valor autotranscendente. Nesse contexto, o exame pré-matrimonial não pode ser considerado uma mera “etapa burocrática”. É uma ocasião na qual, através de um diálogo desenvolvido num

³⁸ Visita quinquenal feita a Roma pelos bispos residenciais, a fim de prestar contas ao Papa do estado de suas dioceses.

clima de respeito e de cordialidade, os indivíduos se colocam seriamente diante da verdade de si mesmos e avaliam sua vocação humana e a cristã ao Matrimônio.

No processo doutrinal formativo é necessário estabelecer um diálogo no qual se espera total sinceridade por parte dos membros, a santidade de vida, meta última de qualquer vocacionado.

É preciso atuar a fim de que se interrompa, na medida do possível, o círculo vicioso que frequentemente se verifica entre uma ‘pretendida’ admissão ao Sacramento do Matrimônio, sem uma preparação adequada e sem um sério exame dos requisitos previstos para a celebração; e uma também “pretendida” fácil declaração de nulidade matrimonial por parte da Sacra Rota, baseando tal pretensão apenas na falência do casamento – disse o pontífice. A nulidade matrimonial não pode ser pretendida apenas porque “a convivência não deu certo” (BENTO XVI, 2011).

Passando da dimensão da fala papal, é importante recordar que a Bíblia ressalta o *casamento no Senhor*, como aliança nupcial entre Deus e seu povo. Por isso, Israel havia preparado a nova e eterna aliança na qual o Filho de Deus, encarnando-se e entregando sua vida, uniu-se de certa maneira a toda a humanidade - salva por Ele, preparando, assim, “as núpcias do Cordeiro” (JOÃO, 2002, p. 2970).

O Catecismo da Igreja Católica (1993, n. 1613) diz que “no limiar de sua vida pública, Jesus opera seu primeiro sinal a pedido de sua Mãe, por ocasião de uma festa de casamento”. A Igreja atribui grande importância a esse fato da presença de Jesus nas núpcias de Caná (JOÃO, 2002). Vê nela a confirmação de que o casamento é uma realidade boa e o anúncio de que, daí em diante, ser ele um sinal “eficaz” da presença de Cristo.

Desses pressupostos, claros, é que a Igreja percebeu a urgência de uma preparação mais qualificada no contexto da antropologia filosófica, psicológica e teológica para os noivos e casais, que também devem ser auxiliados na tomada de consciência de fatores psicológicos que podem influenciar a imaturidade comportamental que, advinda da não assimilação das fases do desenvolvimento, podem atrapalhar e/ou até desfazer o casamento. Para que, conforme o Catecismo da Igreja Católica (1993), não se pense que Jesus tenha imposto um fardo impossível de carregar, mas para descobrir que os valores evangélicos doados por Ele vieram para restabelecer a ordem inicial da criação, perturbada pelo pecado, e que Ele mesmo dá a força e a graça para viver o casamento na nova dimensão do Reino de Deus.

3.1.1 Preparação remota

Mas para que a preparação dos noivos seja eficaz é necessária uma preparação, que se chamará remota à dimensão religiosa.

A preparação remota abraça a infância, a pré-adolescência e a adolescência, e desenrola-se, sobretudo na família, e também na escola e nos grupos de formação, inclusive grupos religiosos, como auxílios válidos, cada vez mais difíceis de serem concretizados, sobretudo em relação à família que se encontra crescentemente com dificuldades, segundo o pensamento religioso. É um período em que é comunicada e como que insuflada a estima por todo o autêntico valor humano, seja nos relacionamentos interpessoais, seja nos sociais, com tudo o que isso significa para a formação do caráter, o domínio e a estima de si, o reto uso das próprias inclinações, o respeito também para com as pessoas do outro sexo. Requer-se, além disso, especialmente para os cristãos, uma sólida formação espiritual e catequética. (JOÃO PAULO II, 1981).

Na Carta às Famílias (1994), João Paulo II recorda duas verdades fundamentais na tarefa da educação: a primeira é que o homem é chamado a viver na verdade e no amor; a segunda é que cada homem se realiza através do dom sincero de si. A educação das crianças começa, por isso, antes do nascimento e continua na infância, dado que a educação é, “sobretudo, uma oferta de humanidade por parte de ambos os pais: estes comunicam juntos a sua humanidade madura ao recém-nascido” (JOÃO PAULO II, 1994, n. 16).

A educação cristã no seu sentido incondicional, que alude à difusão e à solidificação dos valores humanos e cristãos, como afirma o Concílio Vaticano II, é a mais eficaz maneira de proporcionar a maturidade. Por isso, tem

... a Igreja um papel específico a desempenhar. À luz da tradição e do magistério conciliar, pode-se justamente dizer que não é questão de apenas confiar à Igreja a educação religiosa e moral da pessoa, mas de promover todo o processo educativo da pessoa juntamente com a Igreja (JOÃO PAULO II, 1994, n. 16).

Não pode faltar, nesse período, também uma leal e audaciosa educação para a castidade³⁹, para o amor como dom de si. A castidade não é crucificação do amor, mas categoria de fidedigno amor. De fato, se a vocação ao amor nupcial é vocação ao dom de si no

³⁹ Castidade não celibato, é uma virtude que diz respeito a um bom uso da sexualidade. É relacionado à fidelidade conjugal e um sentido profundo da relação sexual, respeito mútuo por parte dos cônjuges. A relação sexual tem como um dos objetivos a comunhão do casal, sendo assim não deve ser ofensiva a nenhuma das partes. O que leva o casal a evitar certas práticas contrárias à natureza e que ocasionam satisfação a apenas um dos dois.

Matrimônio, é imprescindível chegar a possuir-se verdadeiramente a si mesmo para poder se doar (SANTOS, 2010).

Nesse sentido é preciso recordar que a preparação remota, mesmo quando se detém em conteúdos doutrinários de caráter antropológico e psicológico, colocados na perspectiva das núpcias nas quais o amor humano se torna aliança-participação, o amor conjugal faz presente entre os homens o próprio amor divino tornado manifesto na redenção. No caminho ou câmbio de um nível de fé mais exterior e elusivo, próprio de muitos jovens, a descoberta do mistério cristão é uma passagem eficaz e categórica: uma fé que alude à comunhão de Graça e de amor com o Cristo Ressuscitado.

A incubação remota terá atingido os seus basilares objetivos no momento em que tenha acatado assimilar os fundamentos para adquirir, cada vez mais, os parâmetros de um correto juízo acerca da hierarquia de valores indispensáveis para recomendar o que de melhor apresenta a sociedade.

O estilo cristão de vida, testemunhado pelos lares cristãos, que pressupõe uma real maturidade humana é já uma evangelização, é o próprio alicerce da preparação alongada. De fato, outra meta é formada pela apresentação da incumbência educacional dos próprios pais. “Se os pais, ao darem a vida, tomam parte da obra criadora de Deus, pela educação (na fé), tornam-se participantes de sua pedagogia conjuntamente paterna e materna” (JOÃO PAULO II, 1994, n. 16). Para isso, os pais têm a precisão de cabíveis e adaptados auxílios.

A Sacrosantum Concillium (1997), ressalta que entre eles, noivos, deve-se incluir, antes de qualquer coisa, a Paróquia como lugar de formação eclesial cristã; é nela que se aprende um estilo de convivência comunitária. Não devemos esquecer, além disso, a escola, as outras instituições educativas, os movimentos, os grupos, as associações católicas e, obviamente, as próprias famílias cristãs.

Têm particular evidência, nas metodologias educativas dos jovens, os meios de comunicação de massa, que careceriam ajudar positivamente a missão da família na sociedade e não causar-lhe dificuldades, como infelizmente se observa dia após dia, nas novelas, reality shows, e outros programas, onde o casamento é cada vez mais banalizado.

É preciso, por isso, idealizar (que é a proposta que se faz em relação à preparação de noivos) modalidades de formação permanente para os jovens. As famílias, unidas nas paróquias, nas instituições, em diversas formas de associações, ajudem a criar um clima social em que o amor responsável seja saudável e, nos casos em que ele é influenciado, por exemplo, pela pornografia, possam reagir apoiadas no direito da família. Tudo isto faz parte de uma ecologia humana (JOÃO PAULO II, 1997).

3.1.2 Preparação próxima

A preparação próxima desenvolve-se durante o período do noivado. Articula-se em cursos particulares específicos e é diferente da imediata, que geralmente se concentra nos últimos encontros entre os noivos e os agentes de pastoral, curso de final de semana, antes da celebração do Matrimônio. Parece oportuno que, durante a preparação próxima, seja dada a possibilidade de averiguar a madureza dos valores humanos, próprios da afinidade de amizade e de diálogo que individualizam o noivado.

Em vista do novo estado de vida, que será vivido como casal, é necessário aprofundar a vida de fé e, sobretudo, aquilo que se refere ao conhecimento da sacramentalidade da Igreja. É essa uma etapa muito importante de evangelização, em que a fé deve incluir a dimensão pessoal e comunitária, tanto dos noivos quanto de suas famílias. Nesse aprofundamento será também possível perceber as suas eventuais dificuldades em viver uma autêntica vida cristã.

O período dessa preparação deve combinar em geral, com o período da juventude; pressupõe-se, portanto, tudo o que é próprio da pastoral juvenil⁴⁰ propriamente dita, que se ocupa do crescimento integral da fé. A pastoral juvenil não pode se separar do âmbito da família, como se os jovens formassem uma espécie de classe social separada e independente. Ela deve reforçar o sentido social dos jovens, em primeiro lugar com os membros da sua família, orientando os seus valores para a futura família que formarão (CELAM, 2007).

Os jovens terão já sido coadjuvados no discernimento da sua vocação através do empenho pessoal, e com a ajuda da comunidade, principalmente dos pastores. Isso deve iniciar-se ainda antes do compromisso do noivado. Quando a vocação se concretiza em direção ao Matrimônio, será apoiada, em primeiro lugar, pela graça e depois por uma preparação adequada. A dita pastoral juvenil terá, contudo, presente que, por dificuldades de vários gêneros, como o fato de uma “adolescência prolongada” e, portanto, mais longa permanência na família – fenômeno novo e preocupante, o compromisso matrimonial dos jovens de hoje é, não poucas vezes, excessivamente adiado (CNBB, 2011).

Tal preparação próxima deverá basear-se, antes de tudo, numa catequese pautada pela escuta da Palavra de Deus, interpretada com a direção do Magistério da Igreja, em vista de uma abrangência cada vez mais plena da fé, e de um testemunho na vida sólida. A doutrina deverá ser proposta no conjunto de um grupo de fé entre famílias, especialmente no âmbito da paróquia, que – para tal fim participam e colaboram segundo os próprios carismas e as

⁴⁰ Pastoral Juvenil é todo serviço evangelizador e social que a Igreja Católica dedica à juventude.

próprias funções, para a formação dos jovens, alargando a sua influência a outros grupos sociais.

Os noivos deverão ser formados sobre as requisições naturais, ligados ao relacionamento interpessoal, homem-mulher, no plano de Deus sobre o Matrimônio e sobre a família, assim como as realidades humano-psíquicas que podem ajudar ou atrapalhar o conhecimento em ordem à liberdade de consentimento como fundamento dessa união; a unidade e a indissolubilidade matrimonial, a reta compreensão de paternidade-maternidade responsável, os aspectos humanos da sexualidade conjugal, o ato conjugal com as suas cobranças e escopos, a reta instrução dos filhos. Tudo isso, guiado para o conhecimento da verdade moral e para a formação da consciência pessoal.

A preparação próxima deverá certamente prever que os noivos possuam os elementos basilares de caráter psicológico, pedagógico, legal e médico, concernentes ao Matrimônio e à família. Todavia, especialmente no que se refere à doação total e à procriação responsável, a formação teológica e moral deverá ter um aprofundamento particular. De fato, o amor conjugal é amor total, exclusivo, fiel e fecundo (PAULO VI, 1967).

Nesse aspecto, os noivos não podem ficar alheios a nada que se relaciona ao Matrimônio e suas implicações. Essa preparação deverá, contudo, garantir que os noivos tenham ideias claras, e um sincero sentir com a Igreja sobre o próprio Matrimônio, sobre os papéis mútuos da mulher e do homem no casal, na família e na sociedade, sobre a sexualidade e a abertura aos outros. Por isso, se o processo de desenvolvimento e a internalização de valores não forem bem assimilados, tudo pode ser mal aproveitado durante os anos de Matrimônio.

É também óbvio ressaltar que se deve ajudar os jovens a tomar consciência de eventuais carências psicológicas e/ou afetivas, especialmente da incapacidade de abrir-se aos outros, e de formas de egoísmo que possam podar o empenho total da sua doação. Tal ajuda levará, todavia, a descobrir as potencialidades e cobranças de desenvolvimento humano e cristão da sua existência. Por isso, os pastores ou responsáveis pela pastoral familiar preocupar-se-ão, também, em formar solidamente a consciência moral dos noivos, para que estejam preparados para a livre e determinante escolha do Matrimônio, que se manifestará na aceitação recíproca dada diante da Igreja, por meio do pacto conjugal.

Durante esse período, serão feitos encontros frequentes, num clima de diálogo, de amizade, de oração, com a participação de pastores e de catequistas. Estes deverão enfatizar que:

a família celebra o Evangelho da vida com a oração diária, individual e familiar: nela, agradece e louva o Senhor pelo dom da vida e invoca luz e força para enfrentar os momentos de dificuldade e sofrimento, sem nunca perder a esperança (JOÃO PAULO II, 1997, n. 93).

Segundo os sadios princípios pedagógicos da gradualidade e da globalidade do desenvolvimento da pessoa, a preparação próxima não deve indeferir a formação para as tarefas sociais e eclesiais próprias daqueles que deverão, com o seu Matrimônio, dar início às novas famílias. A camaradagem familiar não seja idealizada como intimismo fechado em si mesmo, mas antes como capacidade de interiorizar as riquezas humanas e cristãs, ingêntas na vida matrimonial, em vista de uma doação cada vez maior aos outros. Por isso, a vida conjugal e familiar, numa concepção aberta da família, exige dos cônjuges que se reconheçam sujeitos que têm direitos, mas também deveres para com a sociedade e a Igreja. A esse respeito, será muito útil convidar a ler, e a refletir, os seguintes documentos da Igreja: Familiares Consortio, Família na Doutrina Social da Igreja, Humanae Vitae, Evangelium Vitae, Carta de João Paulo II às Famílias e Evangelii Gaudium do Papa Francisco, Diretório da Pastoral Familiar, Carta às Famílias⁴¹, que são uma densa e “encorajante” fonte de sabedoria humana e cristã.

Assim, a preparação próxima dos jovens fará compreender que o esforço que vão adquirir dando a sua concordância diante da Igreja, ordena já no período do noivado, que se inicie – repudiando, se tal for o caso, práticas adversas – a um caminho de lealdade mútua. Esse empenho sensível será valorizado pelos dons peculiares que o Espírito Santo concede aos noivos que o chamam.

O Matrimônio é uma singular comunhão de pessoas. Na base de tal comunhão, a família é chamada a tornar-se comunidade de pessoas. É um compromisso que os noivos assumem diante de Deus e da Igreja, como lhes recorda o celebrante no momento em que mutuamente trocam o consentimento (JOÃO PAULO II, 1994, n. 29).

Para essa múltipla preparação, é necessário descobrir e cultivar um processo adequado de formação. Será cabível, portanto, criar um grupo, com diferentes níveis de “atores” que saibam ser guiados pela Igreja, constituído notadamente por cônjuges cristãos, em meio aos quais não falem, possivelmente expertos em medicina, em leis, em psicologia, um padre, religioso, religiosa, para que sejam preparados para as funções a exercerem.

⁴¹ Estes Documentos estão na bibliografia da Dissertação.

Por isso, os cooperadores e responsáveis sejam indivíduos de doutrina garantida e lealdade irrefutável ao Magistério da Igreja, de maneira que possam comunicar, com conhecimento satisfatório e arraigado e com o testemunho de vida, as verdades de fé e os encargos ligados ao Matrimônio. É mais do que evidente que esses agentes pastorais, como acompanhantes, deverão estar, além disso, munidos de competência de acolhimento aos noivos e casais, qualquer que seja o seu nível sociocultural, a sua formação intelectual e capacidade concreta. Além disso, o seu testemunho de vida fiel e de alegre doação é uma condição indispensável para desempenharem o seu serviço. Essas provas de vida e as suas dificuldades humanas poderão ser ponto de arrancada para clarear os noivos com o bom senso cristão.

Destarte, a consequência final dessa ocasião de preparação próxima será formada por uma clara noção das notas eficazes das bodas cristãs: unidade, fidelidade, indissolubilidade, fecundidade; a consciência de fé sobre a precedência da Graça sacramental, que integra os cônjuges, agentes e ministros do Sacramento, ao amor de Cristo, esposo da Igreja; a disponibilidade em viver a incumbência adequada das famílias, no campo formativo social e eclesial.

Do mesmo modo, tudo o que se refere ao dom da vida, os pais devem acolher de modo responsável, com alegria, como cooperadores do Senhor. É bom que nos cursos seja privilegiado, o que se alude não só a uma liberdade madura e prudente daqueles que desejam contrair Matrimônio, mas igualmente à missão própria dos pais, primeiros formadores dos filhos e primeiros catequistas.

3.1.3 Preparação imediata

Onde tenha sido percorrido e assimilado um itinerário conveniente ou cursos específicos durante o período da preparação próxima, as finalidades da preparação imediata poderão consistir em:

- a) sintetizar o percurso do itinerário precedente, especialmente nos conteúdos doutrinários, morais e espirituais, preenchendo assim as eventuais carências da formação básica;
- b) realizar experiências de oração (retiros espirituais, exercícios para nubentes) em que o encontro com o Senhor possa fazer descobrir a profundidade e a beleza da fé;
- c) realizar uma conveniente preparação litúrgica que preveja mesmo a participação ativa dos nubentes, com cuidado especial no sacramento da Reconciliação;

d) valorizar, por um conhecimento mais aprofundado de cada um, os colóquios canonicamente previstos com o pároco (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, 2005).

Essas finalidades serão conseguidas através de encontros especiais, de modo intensivo e, sobretudo, se priorizado o acompanhamento personalizado.

A Igreja tem ciência de que a conveniência pastoral e a experiência positiva dos cursos de noivos para o casamento levam a dispensá-los exclusivamente por causas proporcionalmente graves. Por isso, onde, por tais motivos se apresentem aos noivos com o prenúncio urgente da celebração do Matrimônio, sem a preparação próxima, o sacerdote e seus cooperadores terão o cuidado de lhes proporcionar determinadas ocasiões para recuperar o conhecimento adequado dos aspectos doutrinários, morais e sacramentais que foram expostos, como próprios da preparação próxima e, finalmente, os inserirem na etapa de preparação imediata.

Isso se requer pela necessidade de personalizar em concreto os itinerários formativos, aproveitando-se todas as ocasiões para aprofundar o sentido daquilo que se realiza no sacramento, sem afastar, por motivo da ausência de algumas etapas de preparação, aqueles que revelam uma adequada disposição em relação à fé e ao Sacramento.

A preparação imediata para esse Sacramento deve encontrar momentos apropriados para iniciar os noivos no rito matrimonial. Nessa preparação, além de se enraizar a doutrina cristã sobre o Matrimônio e a família, com particular menção aos deveres morais, os noivos devem ser auxiliados a tomar parte consciente e ativa na celebração conjugal, apreendendo, além disso, o sentido dos sinais e dos textos litúrgicos.

Essa preparação para o Sacramento do Matrimônio deveria ser a conclusão de uma catequese que auxilie os noivos cristãos a percorrer de novo, conscientemente, o seu trajeto sacramental. É importante que eles saibam que se ligam no Matrimônio quando batizados em Cristo, que na sua vida familiar devem comportar-se em sintonia com o Espírito Santo. Convém, portanto, que os futuros cônjuges se preparem para a celebração do Matrimônio, para que este seja válido, incorruptível e frutífero, e recebam o Sacramento da Penitência⁴² (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1993).

A família é o ambiente mais adequado onde os pais, em virtude do sacerdócio comum, podem desempenhar ações sagradas e administrar alguns sacramentais, a mandato do

⁴² Confissão ou Penitência é um dos Sete Sacramentos instituído por Jesus Cristo, para que os cristãos possam ser perdoados de seus pecados e receber a graça santificante. Também chamado de sacramento da Reconciliação, encontra-se na passagem bíblica de Jo 20, 22-23.

Ordinário da diocese, como por exemplo, nas situações da Iniciação Cristã, nos episódios contentes ou dolorosos da vida cotidiana, na bênção da mesa. Um lugar característico é dado à oração em família. Ela deve indicar uma atmosfera de fé no cerne do lar e será um meio para viver, em relação aos filhos, uma paternidade-maternidade mais inteira, formando-os na oração e introduzindo-os na descoberta progressiva do mistério de Deus e no diálogo pessoal com Ele. Lembrem-se os pais que, através da formação dos filhos, adotam a sua incumbência de proclamar o Evangelho da vida (JOÃO PAULO II, 1997).

Os cursos mais elaborados, mas, sobretudo, o acompanhamento personalizado, que fazem parte da preparação imediata é uma das maneiras apropriada para se iniciar uma pastoral matrimonial e familiar continuada. Desse ponto de vista, é preciso procurar que os esposos conheçam a sua missão na Igreja, que pode ser de alimentar, pelo testemunho cristão e pela pastoral, uma vida em caminho da santidade. Como é bonito vislumbrar o Matrimônio como caminho rumo aos valores autotranscendentes. Nisso podem ser ajudados pela riqueza que oferecem os diversos movimentos familiares, a cultivar a espiritualidade conjugal e familiar e o modo de realizar a sua tarefa na família, na Igreja e na coletividade.

A indicação do que é proposto criativamente pelas várias comunidades para tornar mais profundas e adequadas também essas fases da preparação próxima e imediata, será um dom e um enriquecimento para toda a Igreja (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, 2005).

Desse pressuposto, o Matrimônio, segundo a percepção da Igreja, está imbuído de valores autotranscendentes e que, em última instância são valores, da eficácia evangélica. Segue um esboço de um dos cursos de noivos.

Casar-se deve ser a primeira questão a ser sabida e aceita por quem realmente quer contrair esse Sacramento. Não se pode deixar que tudo transcorra à mercê do modismo, onde o rito do casamento não passa de encenação. Os noivos devem tomar consciência de que casar significa reconhecer que aquela união conjugal corresponde aos desígnios de Deus. Para que se cumpram os desígnios de Deus, o casal precisa da potência (da misericórdia) divina que supera a “morte” e o cansaço, o desgaste e eventuais infidelidades. A luz de Cristo invocada e acolhida é necessária para o equilíbrio de ambos.

No Matrimônio não poderia ser diferente, se o vocacionado à “consagração” precisa de elementos que venham integrar suas três dimensões, não só para cumprir o papel que a Instituição lhe confia, mas, sobretudo, para ser feliz. Não existe outra maneira de pensar o casamento cristão, contraído dentro desses parâmetros.

Uma das modalidades de preparação é o acompanhamento de oito meses, onde os futuros cônjuges passam por um processo formativo, através de encontros personalizados e coletivos:

a) Primeiro encontro: O Matrimônio na visão bíblica

O intuito no primeiro encontro é “ruminar” com os noivos acerca do Sacramento do Matrimônio na Sagrada Escritura, e por isso, são utilizados alguns textos significativos que tratam do tema. Esses textos são predominantemente do Segundo Testamento, mas quando necessário, reporta-se a passagens do Primeiro Testamento.

É esclarecida a dimensão vocacional como algo inerente à vida de todas as pessoas, por isso, o casamento deve ser inserido no contexto das vocações, pois toda vocação é chamado, e todo “chamado” é feito por Deus.

Parte-se inicialmente de uma leitura atenta de (MATEUS, 2002), que vai inicialmente situar os noivos no contexto do pensamento bíblico em relação ao Matrimônio - em contradição com a dureza do coração humano.

No texto bíblico citado, a vocação ao Matrimônio e ao celibato é muito evidente – como algo potencializado por Deus. Porém, uma indagação sempre surgiu: (MATEUS, 2002), é permitido divorciar-se em caso de adultério? O texto deixa entrever que sim, nas entrelinhas, mas é também muito claro que quem casar-se novamente comete adultério. Por isso, propõe-se outra passagem, onde São Paulo fala:

quanto ao que escrevestes – que é melhor o homem não tocar em mulher-, digo-vos que para evitar a imoralidade, cada homem tenha a sua mulher e cada mulher o seu marido. Cumpra o marido o seu dever com a mulher, e o mesmo faça a mulher com seu marido. A mulher não é dona do seu corpo e sim o marido, igualmente o marido não é dono do seu corpo, e sim a mulher. Não vos priveis um do outro, se não for de mútuo acordo e por algum tempo, para dedicar-vos à oração. Depois, uni-vos de novo para que Satanás não vos tente, aproveitando-se de vossa continência. Digo-vos isso como concessão, não como obrigação, pois desejaria que todos fossem como eu (casto); só que cada um recebe de Deus o seu carisma, alguns estes e outros aquele. Aos solteiros e às viúvas digo-lhes que é melhor ficar como eu. Porém, se não podem conter-se, casem-se: é melhor casar do que abraçar-se. Aos casados ordeno, não eu, mas o Senhor: a mulher não se separe de seu marido; se, porém, se separar, não case com outra, ou então reconcilie-se com o marido, e o marido não se divorcie de sua mulher (PAULO, 2002, p. 2747).

O Papa Bento XVI, na sua primeira Encíclica⁴³ (2005), quando fala das três dimensões do amor, começa falando do amor Eros, como uma possibilidade, se bem compreendido, de chegar a Deus, pois diz o Papa, “ao amor entre homem e mulher, que não nasce da inteligência e da vontade, mas de certa forma impõe-se ao ser humano, a Grécia antiga deu o nome de *Eros*. E ele pergunta: “O cristianismo destruiu verdadeiramente o Eros?”

A esta forma de religião, que contrasta como uma fortíssima tentação com a fé no único Deus, o Antigo Testamento opôs-se com a maior firmeza, combatendo-a como perversão da religiosidade. Ao fazê-lo, porém, não rejeitou de modo algum o *eros* enquanto tal, mas declarou guerra à sua subversão devastadora, porque a falsa divinização do *eros*, como aí se verifica, priva-o da sua dignidade, desumaniza-o (BENTO XVI, 2005, n. 4).

Por isso, o Eros não pode ser relacionado a puro sexo, pois se torna mera mercadoria. Feitas essas considerações aos noivos, faz-se ver que eles procuram um Sacramento que é dom de Deus, não merecido por qualquer ser humano, porque tudo que vem de Deus é dom. Assim, ao pedirem o Matrimônio à Igreja, devem – no diálogo – compreender o que pedem. É nesse diálogo que se pede abstinência sexual até a lua de mel. Quase chega ser um escândalo para alguns, porque a castidade não passa mais pela cabeça de muitos. No entanto, recorda-se aos noivos que existe uma doutrina e que esta não está para o seu mal, ao contrário, existe com uma única finalidade, de cooperar para o bem de ambos.

Com sexo ou sem sexo, deve-se também ajudá-los a descobrir as reais motivações para o Matrimônio, e com o sexo - depois do casamento, as motivações cristãs.

Nesse aspecto do desenvolvimento das fases, de modo equilibrado, é que Erikson (1963), Kohlberg (1981) e, sobretudo, Fowler (1992), podem oferecer uma boa contribuição quando se apresenta aos noivos a possibilidade de perceber a fé como algo que se dá mediante um processo evolutivo e em etapas, e que tem na dimensão psicológica, possibilidades e entraves. É tanto, que em alguns casos, pede-se que psicólogos os ajudem num caminho paralelo ao acompanhamento.

b) Segundo encontro: Os Sacramentos a serviço do crescimento integral

⁴³ É um documento papal, literalmente significa “carta circular”, dirigido aos bispos do mundo inteiro, onde o Papa manifesta o seu magistério ordinário acerca dos mais variados temas: fé, costumes e doutrina, mas numa encíclica não se definem dogmas (verdade de fé). Bento XVI escreveu sua primeira encíclica intitulada: Deus Caritas Est.

O encontro número dois parte do conhecimento dos Sete Sacramentos, tendo em vista a vida sacramental do futuro casal que, na experiência de paróquias, constatou-se, tem sido muito defasada. Destaca-se, como bem salientou a Conferência Episcopal da América Latina⁴⁴, (2007), que muitas pessoas são “batizadas não evangelizadas”.

James Fowler (1992) destacou que no segundo estágio do desenvolvimento da fé, esta é algo a ser adquirido, mesmo que de modo ainda simbólico e ritual, às vezes, até só ritualista. Porém, é uma crescente conscientização, que introduz a pessoa no processo de amadurecimento, mas que não aconteceu porque faltaram famílias de fé que a ajudasse. Por isso, é necessário fazer uma nova evangelização. Trabalha-se, dessa forma, passo a passo cada sacramento.

c) Terceiro encontro: motivações para o Matrimônio

No terceiro mês, depois de conhecer um pouco mais a realidade eclesial, através dos Sacramentos, já se faz necessário que os noivos percebam quais razões os levam à vida matrimonial.

Esse passo tem como objetivo clarificar e descobrir a dimensão religiosa do casamento e verificar se subsiste a motivação fundamental para fazer do Matrimônio um meio para chegar a Deus; procura-se possibilitar ao futuro casal que descubra quais motivações conduzem para uma vida a dois, por toda a vida.

Nesse momento do acompanhamento, aplica-se um questionário. A partir dele, e das observações feitas nos encontros anteriores e em cada um, faz-se uma análise dos aspectos que facilitam ou não a vivência da vocação matrimonial. A análise completa do questionário será oferecida aos candidatos no penúltimo encontro, depois da reunião com os pais da noiva.

d) Quarto encontro: o Matrimônio e a cultura (pós) moderna

A Igreja anuncia que uma das principais causas do esfacelamento dos Matrimônios seja também a incapacidade de renúncia, pois numa sociedade profundamente hedonista, sacrifício é algo estigmatizado.

⁴⁴ Conferência Episcopal da América Latina, CELAM, é um organismo da Igreja Católica fundado em 1995 pelo Papa Pio XII a pedido dos bispos da América Latina e Caribe. O CELAM presta serviços de contacto, comunhão, formação, pesquisa e reflexão às 22 Conferências Episcopais que se situam desde o México até o Xcabo de Hornos, incluindo o Caribe e as Antilhas.

O Documento de Aparecida (2007) diz que o Evangelho exige fidelidade ao conteúdo que é anunciado e ao caminho que se percorre para anunciá-lo, por isso, conteúdo e caminho se entrelaçam. Quando estes não estão ligados, pode-se estar transmitindo um conteúdo doutrinariamente correto, mas falho como ação evangelizadora. O anúncio que até poderá chegar à mente, pode ser eficiente, porém, chegando ao coração e à vida dos destinatários, não significa ser eficaz.

Constata-se que no passado as transformações aconteciam somente em alguns aspectos da vida, os critérios de julgamento permaneciam firmes, quase inalterados. No novo contexto sócio-histórico, chamado de “Mudança de época”, não são apenas mudanças em alguns aspectos, atinge praticamente e principalmente os critérios de julgamento, como captar, compreender e julgar a vida na sua totalidade (CELAM, 2007).

É evidente que existem novas relações com o espaço e o tempo, novas formas de relacionamento humano e convívio interpessoal, novas maneiras de compreender o ser humano e os projetos de sociedade. Basta olhar as novas concepções de família.

A atual mudança de época coloca alguns aspectos em baixa e outros em alta. Aspectos que, até poucas décadas atrás, eram considerados importantes, hoje são vistos como relativos e até mesmo descartáveis. Ao contrário, aspectos que não recebiam grande importância são, atualmente, neste alvorecer de uma nova época, elevados aos primeiros lugares na hierarquia dos valores.

A partir desses aspectos, o Matrimônio deve ser visto como um Sacramento do dia a dia e que permanece, no decorrer de toda a vida, a realidade vai se transformando e construindo a relação, com o tempo passa de “fragilidade”, mais vinculada às emoções, a uma relação mais profunda, fruto da internalização dos valores matrimoniais.

Fica evidente que existem perigos, e os principais não são reconhecer as mudanças de época e mergulhar nessas mudanças sem discernimento, como se faz na nova maneira de ver o casamento. Em ambos os casos há um perigo: perder a capacidade de interpretação.

“A nova mania de crer, sem pertencer” é a maneira que vai se delineando nessa nova modalidade de ver a vida. Isso tem a ver com a transmissão da fé, algo que se procura recuperar com o acompanhamento, porque em Aparecida se verificou que é necessário passar de uma pastoral de conservação, para uma pastoral eminentemente missionária (CELAM, 2007).

Utilizam-se os estágios do desenvolvimento de Erikson, apresentando resumidamente, procurando esclarecer como o desenvolvimento – com desfecho positivo ou negativo – pode influenciar muito a vida conjugal.

Mas, se não houver problemas patológicos, a Igreja acredita que a “conversão”, depois num processo de acompanhamento, pode sanar muitas dificuldades. Por isso, insiste-se na evangelização que leva a pessoa ao encontro pessoal com Jesus Cristo, para os não batizados e para batizados não evangelizados suficientemente.

e) Quinto encontro: a caridade e a correção fraterna

As primeiras comunidades cristãs tinham o sadio hábito de fazer a correção fraterna, preservada por muitas famílias religiosas e que são práticas salutare para qualquer realidade na qual vivem pessoas. Ressalta-se que essa vivência pode ser uma grande ajuda espiritual e até psicossocial.

A correção deve ter como base o bem que se quer ao outro. Portanto, tudo que se diz no tocante aos aspectos positivos e negativos, tem como finalidade fazer o outro crescer, e habituar aquele que fala e ouve a viver na verdade e caridade. Assim, a correção fraterna é um gesto de caridade.

Aproveita-se desse encontro para apresentar o pensamento de Kohlberg e seus seis estágios, contidos nos três níveis. Eles podem oferecer aos noivos uma visão do desenvolvimento moral e de como ele acontece ao longo da vida, podendo ajudar na compreensão de reação às circunstâncias cotidianas. O sexto estágio, por exemplo, se for fruto do desfecho positivo, poderia levar o indivíduo a fazer a correção fraterna com mais tranquilidade, pois estará primando pelo bem de ambos e pela justiça.

f) Sexto e sétimo encontros: deixa pai e mãe...

Os pais são fontes de bênçãos para os filhos, mas podem, por excesso de zelo, no decorrer do casamento, começar a criar problemas, às vezes, intrometendo-se nas suas vidas de modo inadequado. O sexto e o sétimo encontros querem fazer pensar sobre isso, sejam os pais ou os filhos. Todavia, esses encontros são oportunos para que os pais falem, a partir de suas visões, o que pensam do Matrimônio.

A Igreja considera a família um dos tesouros mais importantes. Por isso, faz-se convite ao trabalho para que a família assuma sua missão na sociedade. Sendo que cada pessoa vem de uma família, é que se encontra agora com os pais da noiva, com o intuito de ouvi-los, de saber quais são os seus desejos para o futuro casal e de perceber possíveis influências dos pais na vida deles.

g) Oitavo encontro: o Matrimônio construído sobre a rocha

Esse último encontro acontece na casa do futuro casal e tem como objetivo subliminar, dizer-lhe que a Igreja está próxima dele, e assim como o acompanhou até então, quer continuar a fazê-lo. Também é uma forma de o casal sentir mais de perto o carinho da família católica.

Nessa altura é importante um pouco de eclesiologia, para que a Igreja não seja vista como uma Instituição sem forma. O Matrimônio é uma comunhão para a participação especial na obra criadora de Deus, o texto bíblico usado é (MARCOS, 2002), quando Jesus reza na Montanha na presença de Pedro, Tiago e João e os Apóstolos se encantam com aquele momento da transfiguração, quando contemplam a glória e o esplendor de Jesus. No entanto, Jesus os conduz para a planície da vida, aos problemas concretos, à rotina. Todo casal vive esses dois momentos!

Na Montanha, deve-se contemplar a beleza e a grandeza do Matrimônio. Mas precisa-se voltar à planície e viver a união no cotidiano. O desafio é estar na planície, com o olhar voltado para a montanha. Por isso, o rito do Matrimônio pressupõe tal realidade ao dizer: “Eu te recebo como minha esposa e te prometo ser fiel, amar-te e respeitar-te na alegria e na tristeza, na saúde e na doença”, na riqueza e na pobreza, na beleza e na feiúra, “todos os dias da nossa vida”. Se a vida matrimonial é uma, nem sempre ela é celebração da alegria ou da festa. É também “celebração” da doença, do cuidado e da tristeza, celebração da cumplicidade e do conflito, celebração do perdão. No Casamento, toda a existência se torna carregada de sacramentalidade.

3.2 FAMÍLIAS CONSTITUÍDAS: FORMAÇÃO PÓS-MATRIMÔNIO

A Igreja não cessa de evangelizar, por isso, muitos frutos vieram no decorrer dos séculos. Não é diferente nos tempos atuais, embora haja um forte processo de descristianização que traz consigo perdas muito graves para a cultura ocidental forjada no cristianismo, pois este não é “apenas uma ‘boa nova’, uma comunicação de conteúdo, mas uma comunicação que gera fatos e muda a vida” (BENTO XVI, 2007, n. 2).

A formação doutrinal familiar pós-matrimonial prima por liberdade, docilidade, sentido de responsabilidade, pois a identificação com Jesus Cristo requer a livre colaboração humana. A Igreja sabe que, na origem do amor, só os seres livres estão em condições de amar

e serem felizes. E não há fidelidade sem a decisão livre e firme de se identificar com a Vontade de Deus.

No que tange à questão humana, a formação visa a fortalecer os valores e a cooperar para a conformação do caráter. A morada da santidade está sobre bases humanas, pois a graça pressupõe a natureza. Por isso, o Concílio Vaticano II aconselha aos fiéis leigos que tenham muita consideração àquelas virtudes, tais como honestidade, o espírito de justiça, a sinceridade, os bons sentimentos, a fortaleza de alma, sem as quais não se pode dar uma autêntica vida cristã (VATICANO II, 1997).

Uma adequada individualidade, à maneira católica, edifica-se na família, na escola, no trabalho, nas relações de amizade, nas diversas circunstâncias da existência. Ultimamente, é indispensável redescobrir a estima às virtudes humanas, percebê-las não em aversão à liberdade, à espontaneidade. Por isso, as famílias são chamadas a apresentar com o próprio exemplo, a formosura de uma vida íntegra, isto é, plenamente humana, uma vida feliz.

Outro aspecto que tem destaque na concepção de Pastoral Familiar é a face da formação espiritual, em conformidade com a Vontade do Pai, na entrega aos irmãos na caridade e na justiça (JOÃO PAULO II, 1988).

O Papa Bento XVI tem lembrado que:

o caminho formativo do cristão – embora sem descuidar a inteligência sistemática dos conteúdos da fé – assumia sempre um caráter de experiência, em que era determinante o encontro vivo e persuasivo com Cristo, anunciado por autênticas testemunhas (BENTO XVI, 2007, n. 64).

A vida de adesão ao Senhor, implica procurar a santidade, alimentar-se da espiritualidade, através do conhecimento dos ensinamentos católicos, vida litúrgica e sacramental, acompanhamento espiritual.

A formação doutrinal da família requer formação acadêmica teológica, porque quem ama lealmente a Deus, deseja conhecê-lo sempre mais e melhor; não se acomoda com uma relação aparente; busca entender com sagacidade tudo o que se diz do Senhor.

Revela-se hoje cada vez mais urgente a formação *doutrinal* dos fiéis leigos, não só pelo natural dinamismo de aprofundamento de sua fé, mas também pela exigência de “dar a razão da esperança” que há neles, face ao mundo e aos seus graves e complexos problemas. Tornam-se assim absolutamente necessárias uma sistemática ação de *catequese*, que se graduará segundo as idades e as diversas situações de vida, e uma mais decidida promoção cristã da *cultura*, como resposta aos eternos interrogantes que agitam o homem e a sociedade de hoje (JOÃO PAULO II, 1988, n. 60).

Essa formação perpassa também a dimensão apostólica, pois o conhecimento intenso e verídico da religião, assim como alguns aspectos éticos e morais, antropológicos e psicológicos que se alistem mais de perto no exercício das tarefas pessoais, são necessários também para realizar um extenso laboro apostólico⁴⁵ no espaço profissional em que cada um vive. É serviço dos católicos espalhar, com paz e perseverança, o Evangelho de Jesus, que elimina a estupidéz religiosa através da transmissão dos ensinamentos revelados.

São abundantes as realidades que colaboram para fazer crescer o reino de Deus. A família tradicional, diz a Igreja, precisa de que se reafirme o seu *humus* originário, querido por Deus na criação. Além do que, possa fazer em colaboração com outros, pessoalmente pode-se ajudar, por exemplo, a que os cônjuges se perdoem mutuamente e compreendam que a sua vida é uma entrega ao outro; e se se trata de um casal cristão, a que compreendam que participem num mistério: na união de Cristo com sua Igreja. Essa fidelidade de ambos, que, com o correr dos anos, é manifestação do amor verdadeiro, traça também o caminho para chegar ao Céu.

Geralmente, a transmissão da doutrina, através da Pastoral Familiar, acontece além das diversas etapas, nos grupos de casais nas paróquias⁴⁶ que, por sua vez, se baseiam no setor da família das Conferências Episcopais de cada país.

A partir da *Familiares Consortio* (1981), a Comissão Episcopal Pastoral para a Família e a Vida⁴⁷, constitui-se uma estrutura para a Pastoral Familiar no Brasil. Porém, a estrutura não é rígida, o que há de comum é a doutrina que, além dos grupos paroquiais, também é usada pelos Movimentos,⁴⁸ serviços e Institutos Familiares (CNBB, 2011).

Tem a responsabilidade de promover a formação contínua para a vida conjugal, familiar e comunitária. Utiliza-se, para isso, de recursos diversos: contatos individuais, organização de eventos festivos, cursos, ciclos de conferências, encontro de reflexão e trabalho, grupos de estudo e apoio para a vida em família, etc. O subsídio “Hora da Família”, os módulos de estudo do INAPAF e a Revista Vida e Família (...), publicados pela Comissão Episcopal Pastoral para a Família e a Vida,

⁴⁵ Apostolado é o nome dado às atividades de evangelização que os fiéis cristãos desempenham no decurso da vida.

⁴⁶ Os grupos de casais seguem aquilo que foi estabelecido nas paróquias, sendo que estas se baseiam nos materiais da própria Igreja.

⁴⁷ A Comissão Episcopal Pastoral para a Família e a Vida é um organismo da CNBB, que tem como fim organizar melhor os trabalhos ligados às questões da família e os novos desafios éticos, morais e científicos.

⁴⁸ São grupos ligados à Igreja, mas que têm uma metodologia própria. Os movimentos deitam suas raízes já na época anterior ao Concílio Vaticano II em realidades como “Movimento por um Mundo Melhor” do Pe. Lombardi e pela presença da Ação Católica na Igreja. Certamente os textos conciliares acentuaram essa tendência. Basta examinar a Constituição Dogmática sobre a Igreja no capítulo IV, o número 43 da *Gaudium et Spes*. Não é, portanto, de se estranhar que os novos movimentos recebam um tratamento próprio na Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (1989), que reconhece o fenômeno como “uma nova era agregativa dos fiéis leigos”, agregações estas “bastante diferentes umas das outras”, mas com “profunda convergência na finalidade que as anima: a de participar responsabilmente da missão da Igreja” (*ChL* 29).

contêm, entre outros, temas para a formação da família, o cultivo da convivência familiar e a promoção da vida espiritual. Igualmente, ajudam nesse sentido a realização de retiros, seminários, fóruns, congressos e assembleias (CNBB, 2011, n. 464).

No entanto, o mais comum é que nas paróquias, os grupos se reúnam duas vezes por mês, com cronograma de reunião e material que utiliza passagens bíblicas e outros escritos do Magistério Eclesial que ressaltam os valores católicos e sociais da família. Os grupos são geralmente de sete casais, um pouco mais ou menos.

A família é uma instituição social dentro da sociedade. No caso católico, a família constituída de pai, mãe e filhos é uma instituição dentro da Instituição Igreja. A Igreja defende seus princípios religiosos e morais. Quando a Instituição propõe seus valores, ela provoca uma reação nos indivíduos, que podem adaptar suas atitudes aos valores da Igreja, porque é uma Instituição organizada, tendo suas atividades (religiosas) sociais e grupais (MEAD, 1972).

Para Mead (1972), a Igreja é uma Instituição rígida, sobretudo para os tempos atuais. A adesão à Igreja deve ser uma adesão sem coerção, deve ser livre. Dessa forma, a Igreja procura trabalhar na formação da consciência das famílias católicas, através da sua doutrina e da metodologia da Pastoral Familiar.

Refletir sobre a família contemporânea e seus desafios psicossociais diante da realidade heterogênea requer uma releitura de conceitos que, no passado, foram basilares, pois é necessário pensar em qual tipo de família se quer falar. No entanto, mesmo fazendo uma releitura, esta pesquisa, tem como foco as famílias que optaram pelo matrimônio católico. Frente à dinamicidade do momento histórico, é importante resgatar aspectos da vida familiar para que ela siga desempenhando o papel de principal célula social, sem excluir a diversidade do momento (WAGNER, 2011).

Depois de percorrer o itinerário formativo e doutrinal daqueles que desejam assumir o matrimônio católico, constituindo assim famílias vocacionadas ao transcendente, que visam a crescer nas dimensões humana, psicológica e espiritual, parte-se no próximo capítulo, para a exposição da Teoria da Autotranscendência na Consistência, que analisará os pressupostos do matrimônio cristão-católico e sua identidade.

A pesquisa foi iniciada com um questionário autoaplicável, distribuído a 30 casais participantes da Pastoral Familiar da Paróquia situada na cidade de Laguna Carapã, MS, que se propuseram participar da investigação, dos quais sete devolveram no prazo estabelecido, por isso eles foram naturalmente selecionados para as entrevistas gravadas em audiotape. Sete casais (com respectivos cônjuges) e filhos, totalizando 22 pessoas envolvidas. O intuito da entrevista era verificar os valores proclamados e vividos nos referidos lares, para confrontar as falas e verificar a identidade existente nessas famílias. O questionário pretendia verificar a disponibilidade das famílias em participar da pesquisa, assim como, proporcionar que ao menos um casal de grupo, sete ao todo, pudesse ser objeto de análise.

Os conteúdos do questionário também poderiam proporcionar uma análise na escolha das famílias que participariam da entrevista em audiotape, o que foi desnecessário, pois só sete famílias devolveram e aceitaram participar.

Convém salientar que são famílias que têm uma convivência formativa dentro da instituição Igreja Católica e, por isso mesmo, foram escolhidas, não negando assim, uma parcela significativa da realidade familiar, que hoje é ampla e complexa. Contudo, o objeto desta análise é a constituída nos moldes católico e tradicional, isto é, casal heterossexual, casado na Igreja e permanecendo no primeiro matrimônio.

Salienta-se que a Igreja Católica não exclui quem formou outro tipo de família, ela acolhe, embora incentive a formação de famílias tradicionais, sem “condenar” as demais.

Os nomes são fictícios para manter a privacidade dos envolvidos na análise. O uso de F1, F2..., tem o objetivo de facilitar a redação.

4.1 ASPECTOS RELEVANTES DA PESQUISA

Foi perguntado aos casais participantes da pesquisa sobre os valores recebidos dos pais e demais membros para fazer um breve histórico familiar, depois compreender como vivem atualmente essas famílias, através dos valores proclamados e vividos cotidianamente. O material recolhido em audiotape, foi a base da pesquisa. No entanto, além disso, procurou-se utilizar os questionários escritos dos sete casais escolhidos, na confrontação de dados. No caso específico do audiotape o material, depois de transcrito, novamente foi revisado a partir da escuta das falas. Segue então, separadamente, a apresentação dos valores proclamados, logo depois os valores vividos, para em seguida fazer uma confrontação de ambos. Os nomes citados são fictícios.

Os casais falam de um modo de vida que já foi predominante no passado, quando não havia divórcio, e o casamento era monogâmico, heterossexual e católico era a única via para constituir família. Neste trabalho, não se pretende apresentar a família católica como a única via, mas como uma via possível e observável.

É necessário ressaltar que as famílias pesquisadas, para os padrões do município de Laguna Carapã, MS, podem ser consideradas classe média, exceto duas delas. Quatro, dentre as sete, têm nível superior.

4.1.1 Valores proclamados

João e Bernadete: A F1⁴⁹ é formada por quatro membros, pais com um pouco mais de 40 anos, 20 de casados (casaram virgem), dois filhos, o mais velho, um adolescente de 17 anos na época da pesquisa, e uma menina de 15 anos. Os esposos responderam quais valores receberam da família. Declaram que:

todos esses valores, como por exemplo, respeito, religião, ética, têm muita importância para nossa família, pois é na Família que temos uma base para o futuro, é na Família que se tem uma base firme para os desafios do dia-a-dia.

Nessa família, percebe-se a proclamação de valores autotranscendentes que vêm da religião católica, mas que vão além, pois valores éticos não são exclusividade do cristianismo. Contudo, essa prática revela que a religião se insere na dimensão social dessa família. Na fala a seguir revela-se a base anterior dos cônjuges, a partir do clima religioso proclamado por seus pais, pois:

quando namorávamos preservamos os valores recebidos, foi um período muito bom em nossas vidas (a fase melhor da vida), apesar da distância geográfica que nos separava, nunca perdemos a confiança e o amor um pelo outro. Namoramos quatro anos, e noivamos, após um ano e meio nos casamos. Tudo ao seu tempo e como manda a nossa religião e também com exemplo de nossos pais, e, dando tempo ao tempo para provarmos para nós mesmos que o amor era suficiente para nos casarmos. Com certeza!

Os filhos, dois adolescentes cursando o final do ensino médio, agora numa escola particular, também expuseram quais valores marcaram e marcam suas vidas no atual contexto dessa família. São adolescentes bastante comunicativos que parecem viver a normalidade da idade. A casa não lhes é um ambiente estranho, inspira confiança, por isso declaram que os

⁴⁹ F1, F2, F3..., é um modo abreviado de nomear as famílias envolvidas na pesquisa.

valores religiosos os ajudam a viver a juventude: “nossos pais estão passando o exemplo para gente... Porque seria muito mais difícil se eles não fossem à igreja”.

Os pais manifestam bastante segurança no procedimento familiar no qual estão inseridos. Os filhos por sua vez, sentem segurança nos conselhos dos pais, isto é, nos valores, apesar da pressão social que recebem vindo de fora da família, na escola, no convívio com amigos. É curioso notar nas falas, que os filhos conseguem conciliar vida eclesial e social, sem aquela dicotomia observada em outras pessoas da mesma idade. Diante do convívio social são capazes de continuar proclamando que não têm “vergonha diante dos amigos porque somos religiosos, porque aqui todos os nossos amigos, se for olhar, vão à igreja”. Mesmo diante dos amigos que falam: “Ah, fica na igreja, dorme na igreja, não sei o quê, sei lá... e etc. As pessoas ainda caçoam por você ir à igreja”.

Os relatos revelam o quanto a convivência familiar numa estrutura “tradicional” traz consigo uma gama de valores que os filhos já proclamam como um vir-a-ser, assim “penso que quando tiver os meus filhos, vou tentar a mesma educação que nossos avôs deram a nossos pais; que nossa mãe deu para gente...”. São valores da tradição, que está arraigada na concepção religiosa de origem católica. De tal forma que, ao imaginar o namoro, há uma preocupação com a pessoa com quem se estabelecerá um relacionamento, por isso,

na hora de namorar e noivar a religião fará parte dos meus critérios, isto é, eu quero casar com alguém da minha religião, ou que ao menos respeite as minhas práticas e convicções religiosas.

Da parte dos filhos há uma preocupação com os contravalores cristãos, tais como egoísmo, falta de diálogo, mentiras, não frequência aos sacramentos, que poderiam ameaçar a paz no lar, proclamam os valores autotranscendentes, porque segundo um dos filhos é impossível imaginar “ver meu pai e minha mãe mal, discutindo, brigando, mesmo que cada um exponha suas ideias, podem ser contrárias, mas não é discussão”.

A mãe faz uma referência para provocar a imaginação dos filhos e pergunta se eles já imaginaram o pai com outra mulher e a mãe com outro homem? Como resposta ouve: “Never! Não dá para imaginar...”, o esposo por sua vez ressalta que “quem sofre com isso são os filhos, as consequências vêm sobre eles...”.

O processo formativo repercute nas falas das famílias ao proclamarem valores, que foram adquiridos dentro da dinâmica da Pastoral Familiar. Todas discorrem sobre aquilo que acreditam ser o ideal de família; fazem-no seguindo parâmetros psicossociais que foram impressos pela participação no processo formativo doutrinal que a Igreja ofereceu.

Essa família, embora venha de berço católico, e lá tenha adquirido muitos valores que continua a proclamar, evidencia que a formação dos filhos adolescentes segue parâmetros que são exaltados pela Igreja. Igualmente os filhos se preocupam em falar daquilo que receberam dos pais, e dizem ser valores importantes também nas suas vidas. Citam a participação na comunidade, quando seus amigos da escola, por exemplo, não acreditam ser necessário tal prática.

Mesmo sendo contestados por alguns amigos, a percepção dos filhos deixa claro que a doutrina é algo que influencia na proclamação dos valores proclamados, fazendo com que haja uma maneira psicossocial de se portar diante da realidade.

José e Maria: A F 2 tem cinco anos de casamento, uma filha de um ano, ela é psicóloga e ele agrônomo e agricultor. Em 2013 estavam esperando mais um filho. Ele é oriundo de uma família tradicional católica e ela até o começo do namoro era somente batizada. Foi no curso de noivos que sua vida eclesial se intensificou. Assim, o casal se expressou sobre os valores que os pais lhes ensinaram e que também proclamam como tradição e fé. Ele disse que recebeu “religiosidade, honestidade, o valor do trabalho, a importância da família, valores morais e éticos. Meus pais foram os meus alicerces, a direção que nos situa, são os modelos”. Ambos confirmam o quanto os valores proclamados pelos pais lhes são úteis, porque foi “das nossas famílias que recebemos a tradição e os costumes que desejamos transmitir aos nossos filhos”.

Como ressaltaram, a Pastoral Familiar entrou na vida do casal no curso de noivos e logo depois eles ingressaram num grupo de família. A esposa não tinha vida eclesial, pois “ia à igreja uma vez por ano, quando dava, então, passei a ser católica mesmo, depois que eu conheci o meu esposo, daí fiz catequese, primeira comunhão, crisma, tudo junto”, porque ele lhe falava da beleza de ser cristão. O desejo de inserção mais profunda na Igreja veio através dos grupos de casais.

O casal fala o que a Pastoral da Família significou para sua vida de casados. Relata também que a Pastoral Familiar mudou sua visão de casamento, a partir das propostas que tem a doutrina católica sobre esse sacramento, porque “a troca de experiências, o preparo para o encontro de noivos mesmo, retomando sobre a questão do matrimônio, dos sacramentos”. O fato de insistir em temas e propostas bem diversas daquelas que se ouvem, sobretudo no meio secular,⁵⁰ foi introduzindo no coração a imagem de um outro modo de ver “a família, sua importância, e o lugar de Deus nela”.

⁵⁰ Expressão usada para falar do que não se refere ao religioso.

Proclamam que valores cristãos conhecidos são necessários para afirmar que uma pessoa ou um grupo, no caso uma família, pode identificar-se como católica praticante. A estrutura eclesial traz consigo uma segurança para aqueles que dela se servem, daí manifestarem que:

sem uma família estruturada na Igreja (família que segue os princípios cristãos de participação, oração em família, vida na comunidade...), não se constrói nada, principalmente perante os filhos, educar os filhos, embora a gente tenha uma filha de quatorze meses apenas, já nos preocupamos muito com os próximos sete, oito, dez anos, então, nós seremos o espelho dela, esperamos que ela se espelhe em nós, e para tanto, a gente tem esta conduta, a mais alinhada possível dentro da Igreja.

Perguntados se são pressionados pela doutrina católica (a questão bíblica, dos preceitos, missa, reuniões, cursos que a pastoral oferece) ou se ela traz segurança, respondem que a doutrina é uma segurança. Reafirmam, que:

a doutrina católica é muito livre, comparando com outras religiões que cobram muito e exigem, que punam, etc., vejo que na Igreja Católica você participa se você quiser, ninguém nos fiscaliza, a não ser você mesmo, é bem tranquilo.

Como é perceptível, esperam que a Igreja cobre mais sobre os seus valores, porque “tem hora que tem que ser assim, deveria ser cobrado até mais a questão de conhecimento bíblico”, porque as outras igrejas são mais duras nesse aspecto. No entanto, frequentar os sacramentos para essa família não é uma “pressão, uma coisa obrigatória de você participar ou para lhe doutrinar, nós participamos e nos sentimos bem”. Os valores autotransdentes repercutem na visão de mundo que o casal tem, imprimem um modo de olhar e falar da realidade, os valores da formação segundo a doutrina católica, oferecem a essa família um jeito de relacionar-se consigo mesma e com as outras.

A família F 2, por exemplo, declara, sobretudo a parte feminina, que seus valores mudaram sensivelmente depois do contato com a Pastoral Familiar, desde o curso de noivos, porque ela não tinha uma participação na Igreja, não valorizava os conceitos “tradicionais”. Sua inserção na vida eclesial fez a diferença. A visão de casamento de antes é bem distinta da de agora. Por exemplo, não pensava no matrimônio como indissolúvel, e que o Evangelho fosse importante para ajudar no diálogo e no perdão.

Verifica-se uma mudança substancial de valores, que provocam um jeito novo de se portar diante das outras famílias e da sociedade, contestando inclusive, os valores que outras

configurações familiares proclamam. Um exemplo é que, enquanto muitas famílias observam a doutrina como um peso, a família em questão até a percebe como algo leve e tranquilo.

Antônio e Josefa: A F 3 é constituída por pessoas tradicionais católicas (gaúchas). Ambos têm menos de 30 anos de idade, têm dois filhos, uma menina de quatro anos e um garoto de um ano, ela casou grávida, vivem na fazenda, é psicóloga e optou por ser dona de casa. Disseram receber das famílias de origem os seguintes valores:

respeito, educação, dignidade e foram “instruídos” para formar uma família cristã na sociedade, seus pais são exemplos. Hoje sabem que os valores como respeito ao próximo, compreensão, educação para com outros são elementos fundamentais para suas vidas.

O casal, pela circunstância da gravidez, não teve período de noivado, por isso, não foi possível planejar o casamento como é costume nas famílias tradicionais. Esse fato, que abreviou o tempo para o matrimônio, teve consequências na própria relação após a realização do casamento. Não tendo passado por um período preparatório e de planejamento, “embora desejássemos casar, foi algo que, no começo gerou incertezas: será que estamos casando por causa da criança?”. A Pastoral Familiar auxiliou no pós-casamento, pois mostrou os valores cristãos do diálogo, da compreensão, do “saber perder”, como possibilidade de crescimento.

Os valores cristãos dos seus pais imprimiram também uma maneira de olhar a própria família, “por isso, sabemos que assim como o alimento é dado desde o nascimento, a religião e os valores também, pois da obrigação é possível passar ao amor”.

Como a F3 casou-se na Igreja Católica num período de gravidez, sendo os pais religiosos fervorosos poderia ser fruto da pressão social-religiosa. Essa família descreve o que significa constituir uma família nos moldes doutrinários católicos. Assim falou a parte feminina:

claro que a gravidez apressou as coisas, mas não casei por causa disso, pois nunca tive dúvidas sobre os sentimentos por meu esposo, sempre falamos que íamos casar. Não casamos por obrigação!

A participação na Pastoral da Família, como contribuição no processo formativo e de discernimento nos momentos mais difíceis foi fundamental, porque, segundo a F3, traz “temas muito importantes e lúcidos, ajuda-nos no processo de formação permanente, pois, abre-nos para outros olhares”, esses temas doutrinários não são os mesmos da televisão e outros meios seculares, sem negar que outros assuntos possam e devam ser abordados, sobretudo, nos meios de comunicação e em outros ambientes.

Sobre o futuro, logo se reportam aos filhos, mesmo falando de ambos (esposa/o), o foco são os filhos. O casal quase saiu de cena, esquecendo-se de olhar para si mesmo, quando os filhos foram citados. Ela espera “não ter muitas dores de cabeça (risos)”. Ele diz: “espero ver meus filhos bem formados, bem casados, felizes, que se realizem no que querem fazer, que sejam ajuizados (seguindo os passos dos pais), equilibrados (risos)”, que os valores religiosos sejam igualmente assumidos por eles no decorrer da vida, por isso, “que tenham religião, pois acreditamos que a religião pode contribuir muito para tal felicidade. Esperamos coisas boas”.

Querem continuar no caminho que até então proclamam, que isso ocorra até a velhice, pois acreditam que essa modalidade de família os fará serenos, serão “mais ajuizados e maduros, se continuarmos neste caminho é natural que nossa vida seja assim”.

Há uma clara repercussão dos valores doutrinários adquiridos no processo formativo, na vida psicossocial. No que se refere à convivência matrimonial, pode-se afirmar que foi enriquecida, houve uma mudança de percepção para compreender a família de uma maneira nova para eles, antiga para a Igreja em seu modelo “conservador”.

Rogério e Thâmara: F 4 tem oito anos de casados, uma filha de cinco anos e em 2013, esperavam outra criança. Ela trabalha como secretária de finanças da Prefeitura e ele tem uma mecânica. Os pais dela são católicos praticantes, os dele não, somente foram batizados. Os pais dela ensinaram o valor “União, oração em família, honestidade, respeito, obediência e dignidade”, sabem que precisam dos valores transcendentais para serem felizes. Ambos acreditam que “Deus deve estar presente na família, os filhos devem respeito aos pais”, valores presentes na sociedade, mas sobretudo, na dimensão cristã, “e que todos devem ser solidários uns com os outros, assim entendemos a concepção de família”. Os valores da doutrina católica foram “basilares para pensarmos no matrimônio”.

O casal relata o que os moveu para constituir família e o que mudou depois que ocorreu o casamento, sobretudo depois que a Pastoral Familiar tornou-se parte da vida de ambos, e isso provocou uma mudança significativa. Mesmo que todo o namoro e o noivado, tenham transcorrido dentro da Igreja, foi a vivência na comunidade de casais que ajudam mais ainda a amadurecer a fé e o próprio matrimônio. Os valores de outros casais dos grupos da Pastoral familiar foram importantes. Assim se expressam:

a experiência dos outros casais foi fundamental para aprendermos a tratar certas situações nossas, também observávamos que a comunidade é uma terapia para o casal e que ali o mesmo se fortalece e encontra suporte para lidar com problemas pequenos e grandes, foi crescendo em nós a convicção que o casamento católico não

se sustenta se a família estiver fechada nela mesma, mesmo depois de muitos anos de casamento.

Assim diz essa família: “a doutrina católica nos ensina a viver em comunidade, a sermos solidários, perseverantes e a viver a Eucaristia⁵¹”. Esses elementos que a Igreja proclama como valores domésticos permitem-lhes “estar consciente de que a família é a base da sociedade”. A educação dos filhos é pretendida como algo baseado naquilo em que acreditam, porque “pensamos como compreender os valores familiares e seguir o caminho de Deus”.

Os valores cristãos proclamados pela família implicam uma vida de cidadania consciente, por isso, declaram que “não basta rezar nas diversas formas, precisamos ser honestos, justos, misericordiosos”, e isso requer sair de si mesmos, de se autotranscender, ser “capazes de ir ao encontro dos outros, sobretudo dos necessitados”, já introduzindo toda a família nessa dinâmica, “a tal ponto de levarmos nossa filha para visitar pessoas em situações difíceis”.

Existem maneiras de tentar se “proteger” sem se fechar, “por isso, temos plena clareza que a vida cristã, a fé num Deus vivo, a comunidade, abre um novo horizonte”, não é uma alienação, “é proteção, não é uma redoma que nos isola do mundo para viver inserido nesta sociedade que tem valores diferentes”. Segundo a família, são pessoas normais, que acreditam em outras coisas, aliás, valores “antigos”, que de certa forma a protegem das crises verificáveis frequentemente em outras famílias.

A própria família espera, no futuro, aquilo que os sonhos proporcionaram até então fazer; casar, tendo em vista uma família feliz, que amadurece junto, que busca basear o agir nos valores evangélicos e éticos. Querem:

viver em harmonia, saúde, em paz e que nunca nos percamos do caminho de Deus, que a velhice nos alcance juntos, assim como pensamos no dia do casamento e que prometemos, porque nossa promessa não foi um ato social, foi real. Quando velhinhos queremos continuar namorando e fazendo o que fazemos hoje no nosso dia a dia: rezamos juntos, vamos ao grupo de casais, temos compromissos eclesiais, e nossa vida social que também abrange momentos fora da Igreja, aliás, muitos momentos fora da Igreja, mas com a Igreja dentro de nós, através dos valores.

Os valores que proclamam, a partir da doutrina sobre o matrimônio católico, desejam vivenciá-los para um futuro, até a velhice.

⁵¹ Viver a Eucaristia significa participar com frequência e procurar vivenciar, através da solidariedade na família e na sociedade.

Valores como vivência em comunidade, fidelidade e diálogo, solidariedade, começaram a permear a maneira de pensar do casal, porque esses são valores que o processo formativo requer como algo necessário para aqueles que desejam constituir uma identidade de família católica. Ele especialmente, o esposo, viu seus conceitos mudarem sensivelmente, afetando seu jeito de perceber o mundo, tanto na questão religiosa, como na perspectiva cidadã.

Depois do encontro com a Pastoral Familiar houve uma repercussão psicossocial, que se manifesta na nova maneira de proclamar os valores religiosos e éticos.

André - Vanda: A F 5 foi tradicionalmente criada na religião, oito anos de casados e cinco de namoro, uma filha de dois anos, grávida do segundo filho. O esposo, sobretudo, tem uma vivência eclesial muito intensa, além de procurar conhecer com profundidade a doutrina católica. As famílias de ambos lhes transmitiram valores como “respeito, dignidade, trabalho, honestidade entre outros”, por isso, são valores muito caros, que essa família procura anunciar também para os outros casais.

Quando se casaram faziam muitos planos, como acontece com muitos casais: sonhos, utopias, mas perceberam que a vida provoca amadurecimento. O sonho continua, mas é preciso sonhar com os pés no chão. É necessário fazer renúncias pelo outro, por isso, no início do casamento, “acreditamos, porque somos novos, que chegará o dia em que será satisfatório abrir mão de algo maior pela felicidade do outro”.

A religião “é fundamental, pois é ‘um norte’, uma direção, algo em que acreditamos e dá sentido às coisas”. Ela traz consigo valores que o casal deseja passar “aos nossos filhos como uma herança, como um grande valor”, que fazem parte do cotidiano naturalmente, mesmo que seja necessário lembrar que toda prática religiosa também exige disciplina.

A família tem um papel singular na sociedade e, por isso, declaram ficar “tristes porque as pessoas não desfrutam da beleza e das maravilhas da família tradicional”, porque muitas famílias não descobriram a beleza dos valores da doutrina católica e constituíram-se sem conhecer tais valores,

seja pelo preconceito que se estabeleceu sobre a nossa modalidade de família, que é alicerce da fé, seja porque faltou fazer essa experiência, então dizem que a nossa vontade é que todos pudessem ter a felicidade que temos.

A visão de futuro é permeada de sonhos voltados aos valores cristãos, porque “nossa família quer ser um lugar de paz e apoio para nossos filhos”; eles deverão olhar o passado e

quando “tiverem filhos, que possam dizer: nossos pais nos ajudaram a olhar o mundo de outro modo”. O presente é que norteará o futuro dos filhos, por isso, dizem:

temos uma certeza, apoiadas num ditado que se popularizou: “pais que levam filhos à Igreja, não buscarão na porta da cadeia”, isto é verdade, mas a Igreja não é só o templo é toda uma vida permeada de valores, que a deixe mais livre e leve, porque a religião não pode ser um peso, se o for, sua compreensão estará toda equivocada.

Enquanto muitas famílias rejeitam os valores transcendentais, essa família afetada pela doutrina católica se percebe como religiosa, portadora de sonhos que são sonhados exatamente porque os valores autotranscendentes oportunizam observar a realidade alicerçada na fé de outra maneira. A religião norteia sua vida, traz-lhe paz e esperança para que os filhos, sobretudo, tenham comportamentos que os preserve, por exemplo, da prisão.

Júlio e Tamires: F 6 vem de famílias também católicas, sendo que a família dela não tinha muita prática eclesial, na realidade ela era evangélica relapsa, que só fora batizada, mas não procurava praticar a fé. O esposo, por sua vez, recebeu dos pais uma formação católica mais sólida. Eles têm duas filhas, uma de cinco anos e, outra de alguns meses; já estão casados há 10 anos. Ele era de grupo de jovens quando conheceu a esposa, ela de tradição evangélica, não desejava casar na Igreja, ele por sua vez, insistiu para que ela fizesse todo o processo catequético em preparação para o sacramento. Mas os pais dele os ajudaram a espelhar-se nos aspectos sobretudo, quanto à durabilidade do casamento, porque

são duas famílias que nunca se separaram, se conheceram, tiveram suas dificuldades, criaram seus filhos e estão sólidos como uma rocha, até hoje. Eles nos ensinaram a dizer não aos filhos, mesmo hoje quando os pais parecem não “impor” limites, criando assim um adulto frustrado, pois o mundo não é do jeito que ele quer. E em segundo, o respeito com os outros, principalmente com as pessoas mais velhas.

A família traz consigo um significado muito particular, a literatura pesquisada é unânime em destacar a instituição familiar como ponto integral da sociedade. Dessa forma, também é necessário compreender que ela é vista de maneiras diversas. Nesse caso, a F 6 assim se pronuncia: “família é levar os filhos para a igreja, para que eles tenham um conhecimento da maneira correta de viver, segundo a percepção cristã”, o que implica depois pensar concretamente “como conduzir a vida, as coisas”, exercendo a cidadania no mundo, não como pessoas extraordinárias, mas como pessoas comuns que têm valores. Porque “a impressão que temos, melhor, a convicção, é que a doutrina se bem compreendida, amadurece a pessoa”.

O processo formativo católico, claramente, abriu caminhos para uma nova maneira de olhar a família e a sociedade. Fato explícito é a mudança de perceber a realidade antes no protestantismo e agora na religião católica, a qual acredita ser importante para imprimir um jeito de viver corretamente.

Ronaldo e Valéria: F 7 foi formada há pouco mais de um ano. Quando noivos foram preparados na Igreja já numa nova perspectiva formativa, isto é, o processo foi personalizado e durou oito meses. Namoraram quatro anos, ambos têm formação superior. Têm uma vida marcada pelas relações parentais, que lhes imprimiram valores religiosos e morais.

Nossas famílias nos ensinaram valores como respeito e humildade, que temos com exemplos, nossos pais são muito religiosos e assíduos na Igreja. Isso nossos pais nos passaram desde pequenos e assim aprendemos dar valor e respeitar as pessoas, também um ao outro, colocar a fé em primeiro lugar e, sermos humildes. Pois acreditamos que sem essas atitudes as pessoas não vão a lugar nenhum e suas vidas se tornam uma tragédia. Acreditamos que se não fossem nossos pais não teríamos a metade da visão do que é constituir uma família, ou seja, uma família verdadeira, com princípios e no amor de Deus.

São casados há pouco tempo, por isso, os sonhos de ontem ainda são os de “hoje”, não foi possível até o momento aprofundar a vivência a dois, embora tenham um longo período juntos entre namoro e noivado, mas algo que realizaram e em que acreditaram foi que “casar na Igreja tudo certinho, deve proporcionar ambiente bom e saudável para criar os filhos que hão de vir”. Os valores evangélicos da doação de si mesmo em vista do outro é expresso como algo a ser buscado cotidianamente. Assim, afirmam que “ajuda um ao outro a se realizar, tanto pessoalmente, quanto espiritualmente, e acima de tudo, fazer o outro feliz”.

Sendo o matrimônio, um passo imprescindível, segundo a tradição católica, para construir uma família, verifica-se tal atitude de compromisso como chamado de Deus à felicidade. Nas novas configurações familiares, às vezes, a dimensão religiosa não exerce um papel significativo. No entanto, no caso em questão, a religião é indispensável, por isso, declaram que “a religião no casamento é muito importante, pois (diz o casal) acreditamos que é em Deus que encontramos nossa felicidade”, longe de ser algo que os afaste de uma vida prazerosa.

O casal continua: “acreditamos fielmente que temos onde recorrer em nossos momentos difíceis”, e é em Deus, portanto, “que queremos que nossos filhos nasçam e cresçam”. Os princípios que receberam os formaram “seguindo uma religião e (dizem) temos a certeza que é isso que nos fortalece todos os dias em nosso matrimônio”. Não há para essa

família nenhuma dúvida da necessidade dos valores autotranscendentes. Não significa, entretanto, que não encontrem dificuldades em vivê-los.

Assim descrevem o que pensam sobre a família: “é onde encontramos o amor de Deus, o lugar onde pessoas se amam ou pelo menos devem se amar de verdade”, e isso não os incomoda, ao contrário, “sentimo-nos felizes de estarmos perto uns dos outros” o que mudaria nas famílias de origem, em vista da própria família, agora constituída, e porque acreditam na família de constituição católica.

A formação que receberam dos pais, praticantes do catolicismo, e o processo formativo do período de noivado, sobretudo, enriqueceram a visão de família, embora se fale de um matrimônio recém-constituído, mas que manifesta acreditar na religião como propulsora de uma vida feliz e realizada.

4.1.2 Valores vividos

Na perspectiva rullariana, a pessoa pode proclamar muitos valores autotranscendentes, mas os condicionamentos existentes podem dificultar que eles sejam vividos. Nesse aspecto, as famílias manifestam através das falas, realidades concretas, nas quais é possível verificar se aqueles valores anteriormente proclamados foram assumidos no cotidiano.

A F1 revela situações que se podem caracterizar por valores vividos, quando falam que “aqui dentro de casa todo mundo é muito unido, onde eles vão (pais), a gente vai junto, e como eles gostam da Igreja, aprendemos a gostar também”, dizem os filhos. Para essa família até o dia marcado da vivência religiosa comunitária já entrou no calendário como algo normal, por isso, dizem os filhos: “sabemos que se no sábado a gente quer sair, também sabemos que no outro dia temos um compromisso religioso, caso contrário, devemos antecipar para sábado”, a missa.

Os filhos percebem o exemplo dos pais que os conduzem com tranquilidade, não só pelo que dizem, mas pelo que vivem, inclusive no tocante à dimensão da fé. Assim, os filhos declaram que “o exemplo dos pais é muito importante, eles nos habituaram a certos costumes e para nós se tornou algo comum, é bom participar da comunidade”. Viver os valores evangélicos não parece uma camisa de força. Isso se deve à vivência cotidiana – mais que as palavras, particularmente esse modo de vida ajuda quando se sente a pressão que vem da sociedade, através dos colegas na escola, nas mídias, etc., possibilitando que o referencial familiar proporcione segurança psicológica.

Para os pais viverem os valores evangélicos no dia a dia, como parte da realidade que os cerca nas dimensões social, religiosa e do trabalho é algo natural, e mais, é necessário, por isso, assim se expressam:

nossa família tem a prática religiosa como algo primordial, isto é, a missa, a oração individual e familiar é algo natural aqui em casa. Nossa vida de comunidade, nas atividades da paróquia e nas atividades da Pastoral Familiar também é muito tranquila. Porém, é importante dizer que temos uma vida social intensa, e isso, é consequência da prática religiosa, vamos a festas com os amigos da Pastoral, viajamos. No trabalho, os valores nos norteiam, pois procuramos ser justos com os funcionários, com nossos clientes, assim, a vida da nossa família é permeada pelos valores do Evangelho.

Nesse caso, não há uma dicotomia na maneira de crer e praticar, pois os valores autotranscendentes foram assimilados como parte da própria vida cotidiana. Se os valores foram vividos de modo correto, “não vejo dificuldade (diz o esposo), basta viver da maneira correta”.

Enquanto a maioria das famílias não tem prática religiosa, como por exemplo, a participação na missa, esta manifesta um diferencial, os sacramentos, sobretudo a Eucaristia, norteiam os seus afazeres, pois tudo se torna secundário diante do preceito dominical, que já faz parte da prática social, porque é um valor que foi assumido interiormente.

A F 2 não tinha a prática religiosa no início do casamento, porque a esposa não veio de tradição católica. Mesmo o marido sendo educado na fé, somente depois do curso de noivos e do ingresso na Pastoral Familiar é que houve uma mudança significativa, quando após “o casamento fomos convidados a participar da Pastoral familiar, a gente aprendeu a viver de modo diferente”, o jeito de viver das demais famílias, aquilo que valorizavam “foram aos poucos assimilados por nós, como uma prática nossa”.

Essa família acredita que a doutrina católica é livre e deveria até cobrar mais dos seus fiéis, pois seria necessário mais “conhecimento bíblico, e o católico deixa a desejar neste aspecto, mas para nós a missa não é pressão, (...) participamos e nos sentimos bem”. Não sendo uma imposição, os valores doutrinários católicos possibilitam uma convivência harmônica com as pessoas que pensam diferente, por isso:

é possível viver sim, (os valores) e a busca da gente é essa, cada dia a gente melhorar na Igreja, na fé, para que a gente seja o mais próximo do que tem que ser, mas é possível sim, essa é a busca nossa e sabemos que tem bastante obstáculo, que é difícil viver também na sociedade ao lado daquilo que a sociedade oferece.

Mas os obstáculos são meios das quais se utilizam para praticar os valores e não se deixam moldar pelos contravalores cristãos da intolerância, do desrespeito, do egoísmo, que lhes propõem uma vida afastada da doutrina.

O fato de se constatar que os valores vividos não são fruto de uma pressão externa, mas algo natural que o casal assumiu revela que, a dimensão psicossocial que o faz ter atitudes diferentes de um grupo significativo da sociedade, que não percebe a religião como prática cotidiana, é fruto do processo formativo contínuo que a Pastoral Familiar oferece às famílias.

A F3, oriunda de famílias religiosas tradicionais, procura preservar muitos valores recebidos como “respeito, educação, compreensão e a religião”. Apesar de serem novos, manifestam uma maturidade vivencial, percebem que é no cotidiano e na prática dos valores professados que encontram forças para superar as dificuldades, daí que:

percebemos que a realidade do dia a dia pode prejudicar o casamento se não houver compreensão, companheirismo, respeito e amor, pois isto é o que leva a felicidade no casamento. (...). Aqui entrou a religião, a Pastoral Familiar, que sedimentaram nossos propósitos.

Compreensão e companheirismo não são fruto do acaso, na vida dessa família, são fruto da concretização dos valores recebidos até das suas próprias famílias e que foram transformados em algo relevante para sua vida, portanto, “ir à missa, fazer oração antes das refeições, fazer orações à noite, participar do grupo de casais são atividade muito tranquilas para nossa família.”

A F3, que cursou nível superior, ressalta que sobre a vivência familiar, foi a vida de fé cotidiana que ajudou mais nas relações parentais que o conhecimento acadêmico, por isso diz: “praticamos a fé por ser o caminho que acreditamos ser mais o correto, pelo qual sempre fomos conduzidos”, como algo bonito, que não os ultraja ou aprisiona, porque “não aprendemos isso da psicologia e nem da sociedade consumista, aprendemos da religião”. Na religião católica é a pessoa concreta de Jesus Cristo que viveu no “mundo”, que deve motivar a vida, assim ressaltam: “não vivemos conduzidos por uma filosofia, mas por uma pessoa, é em Jesus Cristo que nos apoiamos nos momentos bons e difíceis”. Essa certeza é algo requerido por quem diz ter fé.

Nessa família, uma forma de vivenciar os valores a opção foi que a esposa não trabalhasse fora, como meio de permanecer junto dos filhos, pois diz ela: “como vou trabalhar e ficar pensando que meus filhos estão nas mãos de outras pessoas”, quando estes necessitam

da presença da mãe, que os acompanha, sobretudo, enquanto pequenos. A Igreja, através das “missas, dos encontros de casais, dos retiros” ajuda a perceber que não é condição imperiosa trabalhar fora, como exige a sociedade, para que a mulher se realize. No entanto, existem casos em que a mulher não tem outra opção, pois precisa colaborar ou até mesmo sustentar a casa. Outro fato importante é que não trabalhar fora não significar não trabalhar, os afazeres do lar são também exigentes. Mas a opção dialogada entre os cônjuges facilita o processo, por isso, ela expressa:

sou privilegiada (esposa), embora não tenha as condições das mulheres ricas, porque aqui eu trabalho, não tenho funcionária, mas com meu esposo, encontramos a segurança para tomar uma decisão difícil como esta. A Igreja foi fundamental, pois nos ajudou a ver além das ideologias, que dizem ser a mulher é cidadã, somente quando ela trabalha e é independente do marido, eu sou independente, mas, não vejo meu esposo como adversário. É importante dizer que nenhum padre me disse: “deixe de trabalhar”, mas fomos percebendo que poderíamos chegar a uma decisão madura. Eu (esposo) suporto muitas coisas exatamente porque percebo o quanto minha esposa é madura.

Vivenciar tais valores requer discernimento e maturidade, o fato de tomar uma decisão, cada dia mais rara dentro do contexto familiar, demonstra que há uma crença que difere do pensamento vigente. Tudo vai sendo lapidado a partir do contato com outras famílias e seus valores, sobretudo, diz o casal, nas “reuniões da Pastoral Familiar, (onde) lemos a Bíblia, ouvimos as experiências de outros casais, rezamos juntos”. Essa prática depois se estende para a casa, inclusive a própria Pastoral propõe transcender o âmbito da casa para se direcionar à comunidade, assim, relata a F3, são levados “a visitar uma família carente durante o mês, participamos de momentos de lazer com outros casais”, a vida se torna algo concreto e também mais leve.

Tradicionalmente muitas pessoas são católicas, mas não assumem comportamentos que revelem na prática, os valores proclamados. A F 3 questiona, através dos valores vividos, um modo de vida que diz acreditar em Jesus, mas parece ser conduzido por filosofia, pelo consumismo. Para ela, a pessoa de Jesus Cristo, que proporciona compreensão, companheirismo, é que deve conduzir a vida da família.

Um dado que marca que a pessoa foi influenciada pela Pastoral Familiar, é perceber que, diante da sociedade que cobra o papel da mulher inserida no mercado de trabalho, fora do lar, o casal de comum acordo, decide que a mulher ficará trabalhando em casa, e que isso não a faz menos valorizada que as demais mulheres que trabalham em outros ambientes.

A doutrina católica abriu o horizonte do casal para perceber que é possível pensar livre e diferente da corrente que só valoriza a mulher, se ela seguir o mercado de trabalho

convencional. Mas a tomada de consciência não veio de uma intervenção direta de um eclesiástico e sim do processo de avaliação do modelo de família que desejam construir. A formação doutrinal também provoca abertura para a dimensão social, ao propor olhar para outras famílias que precisam ser ajudadas econômica e psicologicamente.

F 4 contempla o momento após a constituição da família, como a vivência do “conceito de família cristã, seus valores, foram basilares para pensar no matrimônio”. Essa família percebe os valores cristãos tendo um papel central, por isso “a religião é o alicerce mais importante do nosso matrimônio, vamos às missas com frequência, rezamos nas horas das refeições, rezamos em família”, mas isso vai além das práticas devocionais, chega à vida social, na inserção cotidiana, então, como fruto dos exercícios desses valores, “trabalhamos com muita alegria em prol da comunidade, tudo para nos fortalecermos em nosso matrimônio, como pais e como pessoas”. A religião se torna um impulso à cidadania ao realçar valores como fraternidade e justiça, que devem fazer parte do dia a dia.

Dessa forma, a visão social não é algo extraordinário, ao contrário, e a de pessoas comuns, que naturalmente entenderam que valores cristãos não as impedem da sociabilidade, no processo de alteridade “nossa vida social é uma vida tranquila, participamos de festas sociais, não gostamos demasiadamente de agitação”, mas não se negam a se fazerem presentes em ambientes que não sejam somente católicos. No entanto, “gostamos de passear em família - em ambientes familiares, temos poucos amigos, embora muitos colegas”, porque é um direito de estarem “perto das pessoas em quem confiamos e que nos fazem bem”. Assim, percebe-se que há uma inserção e ao mesmo tempo uma seleção nas relações estabelecidas. Porém, sabem e revelam: “quando entramos em divergência de opinião, procuramos respeitar a posição de cada um, o que é melhor para ambos, em família, servindo-nos do diálogo e da oração”, para preservar a sadia convivência.

Mesmo percebendo que outras modalidades de famílias tornaram-se mais comuns nos últimos anos, o casal pensa que a família nos moldes doutrinários católicos tem mais condições de contribuir para uma sociedade mais equilibrada, na qual a cidadania, inclusive, pode ser mais bem desempenhada. Assim se manifestam baseados naquilo que vivem: “o fato é que a família “tradicional católica”, isto é, aquela que observa os valores doutrinários católicos, não a tradicional patriarcal, oferece um suporte diferenciado para a vida dos esposos e sua prole”.

Na visão da F 4, a família não é vista como algumas correntes de pensamento têm exaltado. No caso do marido, nunca foi fácil a convivência dos seus pais, a religião também não era algo primordial, diz ele; “eu sou católico por vontade própria, fiz a catequese porque desejei fazer, meus pais nunca valorizam a participação na comunidade”, esse elemento do

desejo pessoal de viver a vida cristã é preservado no casamento, e um elemento que produz frutos na relação familiar, porque:

os conflitos existem, mas o Evangelho norteia as soluções, é impressionante, só quem viveu os dois lados pode perceber a diferença, do nosso lado, a compreensão da vida é mais simples e acredito, mais realista. No nosso casamento descobrimos os porquês das nossas dificuldades, damos sentido para elas, com meus pais os porquês não tinham respostas, por isso, era muito difícil de resolver.

Como se vê, os valores vividos não impedem que existam problemas. Todavia, estes se tornam momentos de passagem e de crescimento, já que a dimensão da Cruz, simbolizada, às vezes, através das dificuldades cotidianas é observada a partir de um olhar positivo.

A pastoral é uma ferramenta de ajuda para que convictamente saibam que o “o casamento seja estruturado em Deus”. Ela muda a vida de seus participantes, mudou ou melhorou “a nossa personalidade com traços muito fortes, tornou-se mais ameno, o diálogo foi aos poucos se estabelecendo, usando as ferramentas de falar sem atingir o outro”, que é algo bastante salientado na formação da própria pastoral, para “falar depois que os ânimos baixam, a correção fraterna para falar o que não se deve e também não deixar de falar, ou esconder”. Esses modos de proceder impressos através da observação da doutrina católica fazem com que a família em questão tenha comportamentos diversos de outras famílias.

Inseridos na vida cotidiana que desafia a família católica, a vida pautada na realidade cristã faz com que “vivamos na nossa casa com mais tranquilidade, serenidade, diálogo, mas é importante dizer que nossa vida é permeada da doutrina católica”, exatamente ela que permite certa tranquilidade.

Quando a religião é somente um aspecto cultural ou uma imposição, dificilmente ela traz consigo alegria e liberdade interior, mas quando é assumida como algo inerente ao próprio ser humano, tem consequência. Dessa forma, diz o casal: “dentro de nós há uma alegria, não nos sentimos obrigados a viver a partir de uma lei externa”, que não provoca a mudança substancial, mas, contínua, “é dentro de nós que brota o desejo de ser família católica, não estamos dizendo que não precisamos fazer renúncias”. Aliás, a renúncia é um valor autotranscendente, quando, por exemplo, evidencia a causa do amor do outro.

Os valores assumidos sem medo “não significa que sejamos uma família fechada, temos uma família firme na busca de manter nossos propósitos”, e aos poucos tornam-se atitudes assumidas naturalmente pelos membros das famílias, por isso, “nossa filha de quatro anos, já nos deixa perceber esta maneira de vida, ela deseja rezar conosco, sente alegria de participar da comunidade, é uma criança tranquila, não é consumista”.

A vida dessa família é muito comum, parecida com a vida das demais famílias. No entanto, existe um diferencial construído a partir do processo de inserção na Pastoral Familiar, que é praticar aqueles valores do evangelho que, segundo ela contribuem para maior equilíbrio familiar e coerência cidadã.

A adesão ao catolicismo foi natural, mas o que se deixa perceber é que o processo formativo dos grupos de famílias tornou essa adesão mais leve, mesmo porque os valores adquiridos ajudam nas soluções dos problemas cotidianos, tornando a vida mais realista, até mesmo na hora da correção entre os esposos. O que seria motivo de brigas e desavenças serve como processo de abertura e crescimento.

Ao relatar a prática religiosa como algo prazeroso, que gera alegria e liberdade, ao contrário do que ouve de outras pessoas, que dizem ser a religião impedimento para a liberdade, geradora de traumas, essa família demonstra que foi profundamente afetada pelo processo formativo doutrinal católico, que mudou seu modo de perceber a vida, a família e introduziu novo jeito de reagir diante da sociedade.

Da F 5 foi ressaltada anteriormente sua religiosidade recebida da família e da Igreja. São muitos os valores proclamados e ela os transformou em estilo de vida, tais como, “companheirismo, o respeito mútuo entre os cônjuges e para com os demais membros da família, o esforço e a sustentabilidade” um do outro, os quais são essenciais na vida da família que se proclama cristã.

Como muitas outras famílias católicas inseridas na vida da Igreja, através de suas atividades formativas, essa família relata suas atividades:

vamos à missa semanalmente, fazemos orações familiares nas refeições, rezamos como casal, rezamos com a filha à noite, participamos de eventos promovidos pela igreja e estamos engajados em um movimento da comunidade.

Essas práticas, que se revelam corriqueiras, fazem parte da vida familiar, “pois pensamos serem importantes para nossa vida cristã e também para a comunidade”. É algo vivido livremente e que tem um intuito claro, “que nossa filha desenvolva amor também por tais práticas”. Porém, assim como isso é algo interior para os pais, que seja igualmente para os filhos: “não como uma obrigação e sim que eles possam perceber que gostamos disso e queiram continuar por vontade própria”. Os valores vividos têm fundamento como algo que lhes traz “prazer”, ao mesmo tempo em que estarão presentes no futuro dos filhos.

Usam os mais variados meios da evangelização para transmitir valores, por isso declaram praticar: “ler a Bíblia, rezar juntos, ir à missa, o fazemos, claro, não podemos dizer

que somos rigorosos nisso”, mas é algo que faz parte da vida e tem uma finalidade, que realiza a família cristã, sem deixar ao Estado a tarefa que cabe a si mesma.

Companheirismo, respeito mútuo, são valores que estão presentes também em famílias que não professam a fé católica, mas essa tem práticas como ir a missa, rezar em casal e com a filha, que não é comum acontecer com outras famílias. Existe uma motivação transcendental impressa por valores doutrinários que receberam na Pastoral Familiar, afetando deste modo o jeito de pensar e de ser no mundo, posicionando-se diante da sociedade, inclusive do Estado, que não deve ser o ditador das regras familiares.

A F 6 tem um período considerável de casamento e devido a não vivência do catolicismo por parte da esposa no início do casamento, foi aos poucos que a família pensada nos moldes católicos foi entrando na vida familiar, depois foi se tornando algo comum, desta forma, diz o casal:

a gente preza por isso, estar em comunidade, viver em comunidade, estar na igreja e poder ver exemplos positivos de outras pessoas e seguir, porque se não caminhamos nesta direção, a tendência é ir por outro lado.

A apropriação da linguagem é algo muito comum nas sociedades, os valores culturais, éticos, morais e religiosos, frequentemente são anunciados nos mais variados ambientes. Os valores religiosos ligados à dimensão católica, também são promulgados por muitos como algo a ser vivido, no entanto, são inúmeras as pessoas que, assim como o discurso filosófico, tornam-nos frequentes nos lábios e distantes da vida. Todavia, o que se espera do católico é que valores proclamados, também sejam vividos. Por isso, a família procura aproximar essas duas dimensões através de exercícios cotidianos, assim descritos: “a gente vê pelos pequenos detalhes, por exemplo: vai dormir a de cinco anos quer rezar, vamos almoçar quer rezar”. Há de se convir que não é mais um estilo de vida que se encontra facilmente na maioria das famílias.

Contudo, evidencia-se que a formação através da Igreja colabora na aquisição de valores e no seu exercício. Desse modo, relata a família: “o relacionamento amadureceu o diálogo se tornou frequente, a paciência aumentou, a compreensão da vida melhorou muito, inclusive os sonhos mudaram”, o que é de se esperar daqueles que se dizem católicos.

É de esperar que a vida não seja um peso para quem quer viver um estilo de vida, seria um fardo muito pesado e um preço alto a ser pago. Não é necessário, no caso católico, que a família viva dentro do templo para que ela seja realmente praticante. Há uma

consciência nessa família, revelada nas palavras, quando questionada sobre a ida frequente à igreja:

na realidade não vivemos tanto na Igreja, a Igreja está viva dentre nós, (...), quando a família católica é contestada, não deixamos passar, seria negar a nós mesmos, provocamos uma reflexão a partir da nossa própria experiência.

A família recebeu valores do evangelho através da Igreja, que vividos, já afetam o jeito de ser da filha, que aos cinco anos pede para rezar antes de dormir. É um “condicionamento” psicossocial fruto da recepção por parte dos pais, que procuram usar o diálogo e a paciência no trato com a criança. Pela prática de tais valores é possível perceberem que estes foram internalizados como parte da vida.

A F 7 é uma família nova, isto é, recém-formada e mesmo passando pela vida acadêmica, tendo contatos com os novos modelos de famílias e as novas mídias, que apresentam, às vezes, a família católica como algo pejorativo, ela proclama que os “valores de ontem nos servem também hoje, como o respeito entre os membros da família, o amor que um oferece ao outro, a união e a ajuda”, quando são valores explícitos da Pastoral da Família.

Mas em pouco tempo de casados, onde os sonhos se misturam com a realidade, pode-se mesmo assim, começar a perceber as diferenças do namoro e do noivado, quando a convivência não era tão intensa. No entanto, prevalece o esforço para preservar os propósitos de amor.

Em alguns aspectos, por exemplo, a convivência diária era uma coisa que nunca tínhamos vivido e que aprendemos que se não tiver doação de ambos os lados nunca daria certo, achávamos que íamos casar e tudo desde o início seria muito tranquilo, mas existem diferenças entre nosso jeito de ser, costumes, etc., mas que aos poucos foram se ajeitando, basta um pouco de esforço e amor de um pelo outro que tudo vai se encaixando. Mas no restante é como achávamos que era mesmo.

Houve uma preparação para o exercício da vida familiar e, por isso, o casal manifesta que há sim, dificuldades, mas que ao mesmo tempo está colhendo aquilo que foi plantado.

Por isso, o cultivo da espiritualidade motiva a vida de ambos, ela impulsiona as práticas do dia a dia, de modo muito simples e tranquilo. Ir à “missa semanal, também fazemos parte do grupo de casais, rezamos muito o terço, e sempre que podemos estamos envolvidos em alguma coisa da igreja”, é algo que também um casal jovem pode realizar daí que “fazemos essas práticas religiosas porque nos sentimos bem, porque acreditamos que isso fortalece a família”, que proporciona ganhos naquilo que se propuseram, viver como família católica.

A família descreve em poucas palavras, como é sua vida social, seus relacionamentos com amigos, com a vida em geral.

Nossa vida social é muito boa, temos muitos amigos, bons relacionamentos no trabalho, na faculdade. Sempre que podemos procuramos nos reunir com nossos amigos e parentes para fazer um churrasquinho, jogar conversa fora e etc.

Não é empecilho para uma família católica viver uma vida com amigos, mesmo que estes não sejam necessariamente da Igreja, sem que isso, signifique que a família perde seus valores. Depois, a vida de comunidade continua através do “ir à missa todos os domingos, rezar o terço sempre que possível, participar de uma pastoral, acreditar na mãe de Jesus”. Não há uma contradição, ao contrário, a vida diária ocasiona a oportunidade de manifestar a catolicidade.

Como as outras famílias anteriores, esta traz a participação na comunidade e a busca da prática dos valores autotranscendentes como algo constitutivo do cotidiano, ocasião de viver a doutrina recebida da Igreja nos grupos familiares formativos.

4.2 CONTRADIÇÕES NA DIALÉTICA DE BASE

Como foi possível constatar, as famílias manifestaram intenções sobre os valores evangélicos, como parte do Eu Ideal, isto é, aquele modo de buscar as realidades desejadas, e também demonstraram, em certas ocasiões, como os relatos dos valores ideais se tornaram vida, e se traduzem no cotidiano.

A partir deste momento, a análise focará na dialética de base observada nas referidas famílias, procurando revelar as dissonâncias entre os valores proclamados e os valores vividos. Essas dissonâncias são contradições que podem revelar a identidade da família católica participante da Pastoral Familiar, então, a identidade pode não ser aquela ideal, nem aquela que parece ser vivida.

Os filhos da F1 dizem não se envergonhar da religião, mas apesar da inserção deles na vida eclesial, que se dá através da prática dos pais, a pressão social que recebem fora da família, na escola, no convívio com amigos, coloca uma dúvida, já que o ambiente que frequentam com maior regularidade é o católico. Ao dizerem que “a gente não fica com vergonha diante dos amigos porque somos religiosos, porque aqui todos os nossos amigos, se for olhar, vão à igreja”, estão também deixando margem para pensar que se a vivência fosse em outra situação, poderia ser diferente. A questão faz refletir se esses valores foram

realmente internalizados. É curioso notar nas falas, que os filhos conseguem conciliar vida eclesial e social, sem aquela dicotomia observada em outras pessoas da mesma idade. E, por isso, assim se expressam:

só que às vezes, pelo pai e a mãe serem católicos, também não deixam o filho escolher a religião que ele quer seguir. Eu acho que eu não iria se meu pai e minha mãe não fossem católicos. Vejo isso bem presente nos filhos de pais protestantes.

Embora a idade seja um fator importante, que revela ainda uma falta de atitude madura, percebe-se que, para os adolescentes, mesmo sentido o aconchego do lar, existem dúvidas.

No entanto, desejam constituir famílias semelhantes à sua. Mesmo que questionados pelas novas concepções familiares, não apagam os conceitos religiosos que receberam, por isso, “na hora de namorar e noivar a religião fará parte dos meus critérios”, diz a adolescente, “isto é, eu quero casar com alguém da minha religião, ou que ao menos respeite as minhas práticas e convicções religiosas”. É visível o conforto que o modo de vida dessa família traz aos filhos.

A vida familiar, na concepção dos adolescentes, não exclui conflitos, mesmo que eles não tenham percebido este fato nos pais, visto nas falas anteriores, mas aqui, talvez pela percepção de outras famílias eles já concebem algo diferente, porque salientam que muitas casam já “dizendo: casamos, mas se não der certo separamos”. Eles, porém, pensam diferente. Contudo, mesmo achando algo incomum para os pais, não excluem o fator separação. Diz o garoto: “assim, não vou dizer que nunca vai acontecer, mas eu acho que, bom eu espero, que nunca aconteça conosco”. A realidade extrafamiliar existente questiona a possibilidade de separação entre os pais, mesmo que seja uma possibilidade remota na mente dos filhos. Isto, por sua vez, manifesta uma tendência que de modo subliminar admite uma nova concepção de família.

Abre-se uma nova perspectiva, aquela que deseja a permanência da vida à semelhança da que vivem no seu familiar, o que significa que essa vivência é significativa e valorizada, mas percebe-se que a influência externa provoca uma apreensão realística, pois não se afirma que permanecerá como está, pode acontecer mudança, embora esta não seja algo desejado. A doutrina propõe um estilo de vida, este é apreciado, quer-se mantê-lo, mas a vida tem caminhos que podem importar outras realidades.

A F 2 tem convicção do papel da religião, mas intui que viver o matrimônio, como antes, não é algo simples, porque “hoje não é fácil você constituir e segurar uma família no

mundo em que vivemos”; ele traz outras visões, diferente do pensamento único, ou quase único, de algumas décadas passadas, e mais “porque tudo que é oferecido, parece que se insurge contra e para destruir a família”. É uma guerra que não só revela as mazelas existentes também no modelo familiar tradicional, como quer introduzir elementos que relativizem a relação, “então, a família precisa ter uma base, e essa base a gente encontra na Igreja, na fé, trabalhando dia a dia”. Essa perspectiva do que está por vir e de uma nova visão das relações, faz o casal pensar no futuro, por isso, “embora a gente tenha uma filha de quatorze meses apenas, já nos preocupamos muito com os próximos sete, oito, dez anos”, para que ela receba da família os conceitos básicos de uma família católica, sobretudo através da vida.

Dentro do novo contexto multicultural da atualidade, o casal sente-se pressionado, ao verificar que viver como vivem não é tão comum como se imagina, porque “não se nega que existe uma pressão automática da sociedade” que, em parte, tem outro modo de ver a família. Essa sociedade observa “nossos atos, não só na igreja, mas no dia a dia, e a gente vê que observam, isso nos preocupa”. O diferente chama atenção e se faz observar.

É uma pressão apropriada, no sentido de “não nos deixa desviar do foco”. A sociedade é formada pelo conjunto das pessoas que pensam diferente, mas é “difícil, mesmo a gente sentindo que isso é bom, que traz a felicidade, mesmo assim acho que é muito difícil”. São inúmeras situações que apelam no sentido contrário daquele que o casal pensa, “o mundo e seus apelos, as coisas que a sociedade oferece, a mídia todo dia tentando tirar a gente desse meio cristão”.

Mesmo dentro da Igreja, a vida em comunidade ajuda a andar melhor, mas também “faz até me sentir mal, porque muitas vezes, penso que eu não sou digna da imagem que as pessoas têm da mim”, diz a esposa. As pessoas interpretam a imagem, “é criada uma imagem que você é santo, você é perfeito, que é um casal modelo”, o que não corresponde como visão de perfeição, de ídolo. As pessoas imaginam uma família modelo, e isso faz pensar: “nossa, às vezes, as pessoas pensam que a gente é uma coisa e é outra, será que a gente está sendo hipócrita, falso?” A saída é buscar ainda mais os valores autotranscendentes.

Perguntada se se sente pressionada pela doutrina católica, já que revelou assim se sentir no contexto sociocultural, a F 2 disse que “pelo contrário, a doutrina católica é muito livre, comparando com outras religiões que cobram muito e exigem, que punam, etc.” A Igreja propõe, e como qualquer instituição tem que fazê-lo, mas “vejo que na Igreja Católica você participa se você quiser, ninguém nos fiscaliza, a não ser você mesmo, é bem tranquilo”. Essa atmosfera de liberdade é confundida ora com laxismo, ora, quando propõe, como rigorismo, dessa forma o casal pensa que “deveria ser cobrado até mais a questão de

conhecimento bíblico, é uma das coisas que o católico peca bastante em relação a outras igrejas”. Isso significa que é necessário conhecimento daquilo que se diz viver e participar. As ciências são rigorosas quanto ao saber.

Nesse contexto científico, a esposa da F2 manifesta a vivência passada, quando experimentou uma separação entre fé e ciência. Sua experiência revelou que:

no caso da psicologia com a religião, hoje acredito que é possível uma convivência harmônica, mas com a certeza, vim de uma formação séptica que não existia comunhão entre psicologia e religião, com barreiras, uma divisão muito grande entre uma coisa e outro mundo completamente diferentes.

A religião católica prega que a família é indissolúvel, a psicologia prega que a falta de amor pode dissolver a família. Mas a falta de amor, num dado momento da história familiar, salvo intempéries no caminho, segundo a doutrina católica, aconteceu porque já na constituição da família não se observou o chamado de Deus, isto é, não estavam presentes os valores autotranscendentes. Se a psicologia diz que a falta de amor pode desfazer uma família, e que o amor pode conservá-la, parece chegar à mesma conclusão que a doutrina católica: não havendo amor, o casamento é nulo. Por isso, ambas “estão muito interligadas, existe uma divisão, mas é uma muito pequena”, se a fé é bem vivida, a dimensão social-psicológica também deve sê-lo, porque “na verdade é fundamental, pois certas doenças estão ligadas ao emocional, mas tantas outras têm muito a ver com a fé”.

A tensão entre os valores proclamados e vividos, em contato com outras famílias e seus valores diferentes, já provoca um modo de pensar e agir preventivo, fazendo com que haja um aprofundamento dos valores autotranscendentes. No entanto, a busca desses valores, ao mesmo tempo em que oferece segurança, questiona se o casal é realmente aquilo que as pessoas imaginam que é. A influência da doutrina que ocorre no processo formativo da Pastoral Familiar faz surgir um modo de pensar que conflita com outras maneiras de perceber a família, por isso, desencadeia um jeito de ser social, de se relacionar com as pessoas que mantêm os mesmo valores, mais livre, e com aquelas que pensam diferente, é também um modo livre, mas questionador, porque está sempre atento ao diferente.

A F 3, como foi relatado anteriormente, vive bem os valores autotranscendentes, mas é necessário um esforço, diferente do casal F 2. A percepção dessa família é que: “que a realidade do dia a dia pode prejudicar o casamento se não houver” valores evangélicos, como “compreensão, companheirismo, respeito e amor”, porque eles são fundamentais para a felicidade familiar. O desejo de construir um lar não nasce sem incertezas, por isso, “embora

desejássemos casar, foi algo que, no começo gerou incertezas: será que estamos casando por causa da criança?” Aqui entraram a religião e a Pastoral Familiar, que sedimentaram nossos propósitos.

A vida social desse casal é semelhante a dos demais de outras concepções familiares, como se relata, mas não deixa de transparecer certas situações em que percebem que outras pessoas os veem de modo estranho, como se fossem pessoas fora da realidade.

Nossa vida social é tranquila, claro, pelas escolhas que fizemos em relação ao próprio envolvimento nas atividades eclesiais, nossos amigos, que acreditamos serem verdadeiros, são os dos grupos de casais, somos muitos, temos boas relações com outras pessoas, tanto da igreja, como aquelas que não são envolvidas, mas, naturalmente, essas últimas não fazem parte do nosso convívio mais próximo. Temos um bom relacionamento com todos, porque respeitamos as pessoas, independente das suas convicções, porém, e isso é importante, não temos medo de evidenciar o que acreditamos, e acreditamos na família – como pensa a Igreja Católica.

Apesar disso, não deixa de haver inconvenientes e incertezas, que trazem dúvidas e sentimentos de impotência, de modo particular quando se pensa na educação dos filhos. A adolescência já é uma preocupação antecipada, pois assusta ver o que acontece hoje nas relações pais e filhos, na ineficácia dos conselhos dos pais. De qualquer modo, o fato de terem casado numa situação atípica para católicos, a gravidez, faz pensar o que virá em relação aos filhos. Por isso, optaram para que ela, que é psicóloga, não trabalhasse fora, a independência dos pais não justifica a não permanência próxima dos filhos, são independentes mesmo que ela não exerça sua profissão. Nesse aspecto relação é bem trabalhada, mas “quando vemos a independência exagerada dos esposos e dos filhos, sentimo-nos fracos”. Ser do lar não é ser inútil, como parece ser a ideia na cabeça de muitos.

É um gesto de carinho e diálogo, “ela não é uma desempregada, é uma trabalhadora, talvez mais que as outras mulheres, só não tem carteira assinada”; é uma mulher independente, com outros conceitos, porque lhe falta algo material, no entanto, tem a segurança da compreensão mútua e do desejo de amparar os filhos, porque, diz ela: “prefiro ficar com meus filhos, como vou trabalhar e ficar pensando nos meus filhos ainda tão necessitados da minha presença: “com quem estão”? No que repercute a educação que é oferecida, a cartilha não é da família católica. “Qual a educação que estão transmitindo a eles”? Não se fecham para as outras dimensões, mas não desejam descuidar daquilo em que acreditam, “então, quando pensamos na sociedade que agora já imprime este ritmo nas pessoas, imaginamos quando eles estiverem na adolescência...”. A F 3 não deseja que os

filhos se escondam da sociedade, mas que saibam analisar o que existe de bom e de ruim, tendo como parâmetro os conceitos da família católica.

Sendo de famílias tradicionais católicas, é de se imaginar a pressão que poderiam sofrer pela gravidez no período do namoro, mas “nossas famílias não fizeram esse tipo de pressão, simplesmente nos perguntaram o que desejávamos fazer”, não houve nada da parte dos pais dele ou dela, que caracterizasse algo como “vocês têm que casar. Não casamos por obrigação!”.

O casal fala da autoimagem, da identidade que buscam ter, e não é algo premeditado, pois, “não pensamos muito qual é a nossa identidade, somos o que somos, somos um casal com defeitos, mas feliz, pois vivemos bem, de modo simples”, apesar dos apelos da sociedade “queríamos casar e ter filhos e levar uma vida comum, confortável”. E é o que fizeram, “mas não significa ter muitas coisas, este é o nosso futuro, tudo virá daqui, seremos mais velhos, mais ajuizados e maduros”. Contudo o caminho será construir a partir dessa base, pois “se continuarmos neste caminho é natural que nossa vida seja assim”. Que ela possa gerar frutos a partir daquilo que plantaram.

Vivem os valores autotranscendentes proclamados, fruto de uma tradição familiar, assim como, do processo formativo oferecido pela Pastoral Familiar, que imprimiu uma percepção psicossocial, que questiona outros modos de olhar a vida. Todavia a família não está isenta da tensão entre o modo de vida que escolheram em relação a outros modos, porque já está olhando a adolescência, das até então crianças.

F 4 manifesta a dificuldade que observa por parte das pessoas que vivem fora da Igreja, em relação à vida que busca ter. Ela deseja ter um lar feliz, construindo uma família bonita, como pede a doutrina católica, mas, “na realidade é difícil alguém acreditar que casamos para buscar nos santificar, mas foi isso mesmo”. Casar, constituir família, não são só flores, exige sacrifícios, renúncias, e isso ocorreu com esse casal, que assim expressa: “depois que casamos houve mudanças, pois com o casamento as dificuldades foram aparecendo”, a relação foi oportunizando verificar as situações de modo real, e “só então compreendemos o que realmente era construir uma família”.

A realidade a dois e com a filha, foi um choque de fato, pois “anteriormente tínhamos uma visão ilusória de um casamento feliz, sem problemas ou frustrações, não precisamente sem problemas, mas que tudo se resolveria facilmente”. O tempo, a sociedade e seus apelos colocam a vida conjugal noutro patamar, e foi “com oito anos de casados que entendemos que o casamento pode ser feliz”, isso, no entanto, não ocorre facilmente, “problemas sempre

teremos e que devemos estar embasados em Deus”. Ele ajuda, mas é necessária a cooperação do ser humano na tarefa de construir as relações maduras e saudáveis.

Diante da problemática da família atual, separações muito frequentes, desentendimentos, porém, não negam que a “família é a solução para a incerteza social que observamos, corrupção violência, desamor, falta de sentido”. Não são fatos isolados, por isso, dizem: “acreditamos que tudo isso advém da desestruturação familiar, embora os demais tipos de famílias busquem dizer que não são desestruturadas”. Depende do ponto de vista da constituição familiar, por isso, relata o casal: “sabemos que corremos o risco até de sermos vistos como preconceituosos”. O cristão tem um suporte para aguentar as adversidades; o que o distingue dos demais, são os valores autotranscendentes.

Cada visão professa suas crenças, assim as famílias não católicas têm uma percepção. Por exemplo, para elas o casamento não é necessariamente indissolúvel, a religião não é necessária como fonte para a solução de problemas. A experiência da família em questão revela isso, porque o “Evangelho norteia as soluções, é impressionante, só quem viveu os dois lados pode perceber a diferença”. São pessoas que já viveram ou já conviveram com pessoas que não praticam a fé, assim, “do nosso lado, a compreensão da vida é mais simples e acredito, mais realista”, diz a esposa, mas, exatamente do outro lado, isto é, a partir daquelas pessoas que não se interessam pela prática de valores ideais, também se pensa que a vida é mais realista, pois a vida cristã torna-se um peso.

Negar, contudo, que a prática doutrinal católica é cada vez mais exigente, seria não ser realista, “é algo cada vez mais difícil, pois nadamos contra a corrente”, este modo de ser no mundo “acaba recebendo uma pressão para que aceitemos qualquer forma de família, mais que isso, que aprovemos, porque não julgamos, mas aprovar é outra instância”.

A sociedade parece não se conformar com o modo cristão católico de ser família, segundo a F 4, ela quer-nos “impor que todas as formas de famílias são válidas e comuns, tudo bem, que alguns acreditem nisso, mas para nós, o casamento deve ser estruturado em Deus”. Resistir sem Deus como família constituída de pai, mãe e filhos é difícil, “mas a sociedade parece querer desmoralizar todos estes valores cristãos, isto nos causa certa insegurança”, faz surgir questionamentos “como família tradicional heterossexual: somos anormais?”.

Há três, quatro décadas era possível observar nas novelas, por exemplo, que havia casais mais tradicionais, e menos com características dessas novas configurações: outras uniões existiam, mas não superavam as tradicionais. Hoje é raro aparecer uma família que seja constituída nos preceitos cristãos, “na grande mídia, sobretudo nas novelas e filmes, não

existe um casamento duradouro, por exemplo, não se percebe mais isso, no mínimo ele já está numa segunda união”. Existe uma forte tendência de moldar a família na atualidade, não valorizando as “propriedades” do matrimônio cristão, por isso, essa família diz: “parece que estamos ficando fora da casinha”. Sente-se, dessa forma, questionada pela realidade, que vai além da vida cristã.

Havia sonhos em formar uma família feliz, depois confrontados com a realidade matrimonial. Os valores proclamados ao serem contextualizados na vida real exigiram renúncias, exigiram recolocar-se diante das próprias ideias e do modo de se relacionar entre os cônjuges e com a própria sociedade.

A percepção de felicidade mudou com a vida de comunidade oferecida pela Pastoral Familiar, a qual se construiu no processo de alteridade entre os membros da família, mas igualmente no contato com as demais agentes sociais. Depois de observarem a vida antes e depois da Pastoral, percebem que houve uma transformação no pensamento e no agir. Há ainda a pressão extrafamiliar que pensa a família segundo outras concepções, mas, embora questione, não encontra ressonância a ponto de desestabilizar aquilo em que acredita.

A F 5, também idealizou a família já a partir do namoro, entretanto, “com a convivência percebemos as dificuldades e os desafios do dia a dia”; será maravilhoso se houver “esforço, respeito, resignação, maturidade e amor”, da parte de cada um.

Que o exemplo dos pais seja algo percebido pelos filhos sem a conotação de fardo, não como uma “obrigação e sim que eles possam perceber que gostamos disso e que possam querer continuar por vontade própria”, isso exigira da família que se estruture muito bem em torno das convicções, pois os filhos serão lançados na realidade que os cerca e que nem sempre será a mesma dos pais.

A família é o berço, na maioria das vezes, do bem e do mal “é a base de tudo, precisamos de famílias para que haja equilíbrio social, ela é o pilar, portanto, é o mais importante”. Que outros pensem diferente não é algo fácil, mas “embora a sociedade traga novas nomenclaturas sobre a família, acreditamos que família verdadeira é aquela que constituímos”. Olhar para a diversidade não é algo simples, até “sentimos tristeza pelo que vemos, nos assustamos, porque o futuro é incerto, mas respeitamos as outras pessoas que fizeram outras opções”, concordar com tais práticas, “é um pouco demais para nós”. Não negar a si e ao outro, mas não concordar com tudo, sem com isso estabelecer uma guerra.

Ser observante dos valores evangélicos significa fazer um processo de crescimento humano, psicológico, social e espiritual, é preciso melhorar sempre, procurando fazer o bem, daí que “a gente sente vergonha de não ser melhor, das coisas que podíamos fazer e não

fazemos, envolver-nos mais na comunidade”. Ser cristão é bom, “não temos vergonha de sermos cristãos, ao contrário, temos orgulho”, mas precisamos crescer nesse processo de desenvolvimento espiritual.

A família em questão salienta que a educação dos filhos não pode ser papel só do Estado e sua ideologia, que muitas vezes é contrária ao pensamento católico e sua visão de pessoa. Dizem então: “não será o Estado que vai dizer o que fazer com nossos filhos, aquilo que acreditamos, vamos oferecer contundentemente a eles”, se adultos desejarem contestar ou não, “eles saberão julgar, para nós isso será o futuro”. Agir como pessoas livres numa democracia, e como pessoas livres pelo que acreditam, procuram fazer, é a parte que lhes cabe.

Os valores que dizem ter, procuram viver, e isto tem reflexo na microssociedade em que estão inseridos. Na pequena cidade, no trabalho não passam despercebidos, ao contrário, olhando para a vida mostrada nas novelas, existe muita confusão, brigas. Alguns programas, os deixam angustiados interiormente, parece que as outras também ficam assim, mas são mensagens subliminares que depois têm incidência na vida.

As pessoas nos olham de modo interessante, embora alguns promulguem outros valores, outros tipos de famílias, às vezes, estas mesmas pessoas olham ao nosso encontro para destacar nossos valores, e muitos chegam a dizer que nos admiram e que acreditam que outras famílias tivessem tais atitudes a sociedade seria melhor, tem gente que se lamenta e diz que gostaria que sua família tivesse algumas características da nossa.

A maneira de ser na sociedade questiona outras pessoas que nem sempre participam das mesmas convicções, mas que olham de modo simpático para suas atitudes.

É uma família que sente a vida que pulsa na sociedade plural, com seu jeito diversificado de olhar as pessoas, as coisas, as relações. Essa vida que a cerca não passa despercebida, afeta o seu próprio ser família, traz angústias. Por outro lado, a relação constituída entre os membros da ascendência, sobretudo no procedimento de formação doutrinal, oferece-lhe um parâmetro capaz de olhar e se posicionar diante das pessoas, da sociedade, até do Estado.

A F 6 conheceu a realidade contrária àquilo que vivem hoje, através dos próprios familiares, pois, segundo ela, “vimos na nossa família, casais que não se conheceram direito para formar sua própria família e ter filhos e passaram por algumas dificuldades”. Tais acontecimentos levaram a situações de muitas dificuldades relacionais, que “depois de certo tempo juntos, se separaram, e isso tornou a família bem frágil e aí por diante”. O sofrimento

mostrou que tais fatos “não nos servem de exemplo, mas de lição para o que queremos em relação à nossa e para passar para os nossos filhos”. Nenhuma família pode dizer que está isenta desses desafios, mas para esse casal não podem ser visto como algo comum.

Viver de modo cristão é questionar e ser questionado. Parece, às vezes, que é “você que é diferente das outras famílias, porque elas não têm mais esses costumes, até a gente tem amigos e na casa deles a gente vê como é diferente”. É também estranho, porque “a gente vai criando os filhos e mostrando o que é certo, dividir as coisas, partilhar”. Não são valores vistos com frequência nas famílias da atualidade.

Mas existe uma propaganda para que tais comportamentos egocêntricos sejam valorizados, por exemplo, “o mundo apresentado pela televisão, na nossa visão é infantil e desestruturado, aquele mundo se entrar na nossa casa nos destrói, temos medo”. Fechar-se não é a solução mais apropriada, fazer de conta que não influencia também não, “por isso, não nos fechamos, mas fazemos uma reflexão”, a base está no “olhar para Deus, mas com os pés no chão”. A doutrina os ampara, não “é difícil seguir a doutrina católica, para nós é difícil viver sem, já teríamos sido engolidos por tantos pensamentos que deixam a pessoa muito fragilizada”. É uma família convicta de que a “doutrina se bem compreendida, amadurece a pessoa”, promove a compreensão também em relação ao diferente.

Todavia, seria hipocrisia dizer que tudo é simples, é até natural estranhar outros modos de vida. Embora saibam que existem, não comungam com o mesmo ideal.

Não é simples aceitar o modo de vida de alguns em relação à família, acredito que assim como alguns nos estranham, nós também não nos imaginamos com o mesmo procedimento, as mesmas atitudes, seria difícil vivermos como família nos moldes das novelas e outros pontos de vista. Por exemplo, a liberdade exacerbada, a duração temporária do casamento, já como compreensão inicial.

Há um conflito no processo de alteridade com as demais configurações familiares que, por sua vez, produz um estado de alerta sobre a vida que levam, se é correta ou não, é visível uma confrontação. O que fica é que “gostaríamos que nossos filhos e outras pessoas nos olhassem como uma família bonita, transparente”, que aquilo que buscam fosse impresso no ser da família. No que toca à vida de igreja, as pessoas estranham e dizem: “sobretudo, quando se trata da frequência e dos compromissos eclesiais, dizem, vai substituir o padre, só vive na Igreja”. É a vida que incomoda, isto é, que faz interrogações.

Embora a percepção católica, baseada nos valores autotranscendentes esteja bem alicerçada nessa família, porque a dimensão psicossocial do pensar e agir flui com certa

coerência, é evidente a tensão que ocorre para casar os valores proclamados e vividos, sobretudo porque é questionada pela sociedade e seus valores midiáticos.

F 7 também percebe que “este modo de vida incomoda certas pessoas, que acham nosso modo de viver e acreditar um exagero, tolice”. Ninguém precisa de igreja para ser feliz, por isso “até pensamos: como pode? Se fosse o contrário, se justificaria, parece que os valores estão invertidos”. É algo que confirma uma diversidade de pensamentos.

O fato de constituir família com identidade católica, de imediato, faz lembrar que a doutrina promulga a prole como um bem a ser querido, por isso, mesmo com antecedência a educação dos futuros membros familiares já lhe causa “preocupações”. Assim se referem:

preocupamo-nos com a educação deles, se seguirão nossos exemplos. Também nos preocupam as companhias que vão ter, em quem vão acreditar. E também nos preocupam as tecnologias que a maioria dos adolescentes não sabem lidar e acabam sendo reféns das mesmas.

Portanto, é claro que, apesar da confiança que têm no seu modo de vida, também lhes causa preocupação a vida inserida na realidade com os demais modos de pensar, pois fazem parte de uma sociedade diversificada e complexa.

A Pastoral Familiar, desde a formação no noivado, foi oferecendo uma percepção de família que já tinha suas raízes nos pais, mas que surpreende porque os tempos mudaram e eles preservaram e aprofundaram aspectos doutrinários que comumente não ocorrem com jovens que procuram constituir famílias. O que se observa é que a cada ano que passa os valores são cada vez mais relativizados, nesse caso não, são ainda mais valorizados.

Contudo, as falas parecem não revelar problemas maiores nessas famílias, de certo modo. Aparentemente não têm grandes conflitos pessoais e familiares. A entrevista, por outro lado, tinha um foco, que era ressaltar nas falas os valores proclamados e vividos; era provável que se tomasse outro caminho e aparecessem outras questões.

No entanto, para aquilo que se propôs, a entrevista revela que as famílias pesquisadas realmente foram afetadas pelo processo formativo da Pastoral Familiar, que tem como parâmetro a doutrina católica.

É possível fazer uma síntese, que não pretende e não pode esgotar o assunto, mas apresentar alguns aspectos do que foi visto no decorrer da pesquisa, através das falas e da vivência das famílias. Abre-se um leque de possibilidades para aprofundar o tema da família tradicional católica, em diversos aspectos: sua eficácia como fator de promoção social, sua influência na construção de um pensamento independente da mídia e seus interesses, liberdade ou preconceito diante das demais concepções familiares, religião e convívio social, etc. A pesquisa introduz, embora não aprofundado, o tema das configurações familiares diversas da visão de família católica.

Não é intuito deste trabalho relacionar esses temas, mas são possibilidades para outros, ou para este pesquisador em outras ocasiões. Aqui vai se verificar nas falas e fatos, observando a Teoria da Autotranscendência na Consistência, o que caracteriza a família em questão: vista a partir da Pastoral Familiar e seus valores, que no seu processo formativo produz um movimento que no seio das famílias gera transformações. As falas e a prática observadas no presente trabalho demonstraram que a formação impressa pela doutrina católica afetou o jeito de pensar e de ser das famílias pesquisadas, diante da sociedade. Como ressalta Rulla, os valores autotranscendentes, que são valores evangélicos, foram internalizados.

Consequentemente, a realidade psicossocial dessas famílias sofreu alterações nas relações mais estritas, isto é, no ambiente dos pais e demais membros da casa, pois passaram a ter atitudes diferentes, como orações cotidianas, o portar-se com os filhos de modo mais tranquilo, dialógico. Nas falas, os valores proclamados vão motivando uma prática condizente com eles. Existem motivações para assumir a família como requer a própria doutrina católica, o que Rulla chama de motivações autotranscendentes.

No âmbito da sociedade, verifica-se a frequência às missas, reuniões com outros casais que vivem a mesma fé. Contudo, a marca que caracteriza uma mudança psicossocial é a interpretação da vida frente ao modo de pensar dos outros agentes sociais, sobretudo naquilo que se refere à família, que embora convivendo no diálogo, não se furta de se posicionar contrário ao modo de pensar e agir das outras configurações familiares.

Evidenciou-se nas falas das 7 famílias selecionadas, que existem vários valores autotranscendentes proclamados, tais quais, a oração, o amor, a vida comunitária – tendo em vista a união com Deus, a própria família, pensada segundo a concepção católica: indissolúvel, promotora da vida; a frequência e vivência dos Sacramentos, a vida de diálogo intrafamiliar e também com a sociedade, a prática da caridade para com as pessoas necessitadas de bens materiais e espirituais.

Valores complementares também foram destacados, como o respeito ao diferente, a inserção no cotidiano da sociedade em busca do seu bem, a convivência harmônica em casa e fora dela, a busca do conhecimento da realidade. Portanto, um não fechamento para as questões vigentes na coletividade contemporânea.

Com ou sem religião, as convicções imprimem um jeito de ser, e formam atitudes. É importante considerar que, ao pensar a vida a partir de um ponto de vista, este impulsiona comportamentos que condizem – ou são traduzidos de modo maior ou menor na cotidianidade. É certo que nem tudo que é proclamado é igualmente vivido, faz parte da dialética de base, haverá sempre uma linha divisória entre o falar e o agir, mas a ação em si tem a capacidade de revelar o que de fato a proclamação significa, como significa, até que ponto o valor foi internalizado, transformando-se em atitude.

As famílias analisadas não fogem dessa lógica, muitos valores autotranscendentes proclamados são também vividos, foram internalizados e por isso, assumidos. Esses valores ora vieram da tradição familiar, e foram aprofundados na convivência eclesial, na formação, ora os receberam e aprofundaram somente através do processo formativo dentro da Igreja, que é uma instituição dentro do grande leque social, no qual o conceito de família é amplo.

Sendo as instituições tradicionais questionadas profundamente, a família inserida na Igreja Católica, também o é, mas sendo participante dela, é chamada a manifestar por atitudes aqueles valores nos quais diz acreditar. Eles são vividos em muitos casos, são frequentes as revelações de que a oração é prática familiar, que a Eucaristia é buscada como pede a doutrina, pelo menos aos domingos e dias santos, que o diálogo – fruto da percepção dos valores, é intensificado nessas famílias, que os filhos são introduzidos na dinâmica da fé, por isso têm comportamentos sociais distintos, que o casamento é constituído como algo permanente na vida terrena, etc.

Mas, além das boas intenções em viver aquilo que se proclama, existem as necessidades que, diferente dos valores que impulsionam para o bem em si, procuram o bem para mim, isto é, não se abrem à transcendência; dando vazão mais aos afetos, mas as necessidades igualmente são ambíguas, ou seja, sendo neutras também podem facilitar o bem em si. As que não promovem a autotranscendência são as dissonantes, que impedem ou atrapalham – em parte a internalização de valores. Dependendo do que prevalece, as atitudes responderão aos valores ou às necessidades dissonantes.

É necessário recordar que a atitude que leva à ação, passa pela percepção e interpretação do objeto, portanto, entre o proclamar valores e a sua vivência, a família sofre influências, que podem não permitir realizar na ação aquilo que surge nas falas.

É nesse aspecto que esta pesquisa pode contribuir para o bom êxito do processo formativo doutrinal da Pastoral Familiar, porque oferece elementos reveladores que possibilitam, antes de passar a doutrina, verificar questões importantes que circundam a vida das famílias que participam da comunidade católica, porém, que ao mesmo tempo está inserida na sociedade mais ampla, complexa, que oferece uma vasta gama de modos de pensar e comporta-se.

Dessem e modo, verifica-se que algumas famílias, como é o caso da F 1, a prole, nascida, criada e imersa no mundo eclesial, sente o desejo de permanecer nessa conjuntura familiar, mas admite que se os pais não fossem católicos, os filhos teriam dificuldades de assumir essa fé. Não querem a separação, brigas, mas se isso acontecer dizem que precisarão se adaptar. Os próprios pais receberam uma educação rígida que os levou a ter uma percepção da vida, e sempre foram influenciados pela Igreja. Eles não tiveram a liberdade que os filhos hoje têm, não seria maldade pensar qual percepção teriam, sem o papel dos pais, que foram severos na educação, como teriam se comportado com os filhos numa sociedade aberta como a atual.

A partir do exemplo da F 1 é razoável imaginar, que sendo a formação oferecida às famílias pela Igreja Católica, através da Pastoral Familiar, tem-se um modo de intervenção psicossocial. Assim, o processo formativo doutrinal precisa conhecer os pressupostos que caracterizam as diversas configurações familiares contemporâneas, como vivem as famílias inseridas na Igreja e como estas se relacionam com a sociedade e seu variado modo de ver o mundo.

As demais famílias permanecem, esforçam-se na busca por viver os valores autotranscendentes, mas, diferente de seus pais, que foram introduzidos na vivência da Igreja por acreditar, como também pelo aspecto cultural, porque décadas atrás a maioria esmagadora era católica e tinha a obrigação de viver – mesmo que só culturalmente – tais valores. Agora elas sentem o desejo de tal vivência, mas também sentem que os tempos mudaram e, por isso, não é mais tão simples permanecer num estilo de vida, até mesmo questionados por outras famílias próximas e pelo sistema em si.

Outro aspecto importante que surge nas falas e na comparação com o estilo de vida, é que essas famílias não são mais empurradas culturalmente como antes: “todos são católicos”, “separação leva ao inferno”; portanto, há uma maior liberdade para o exercício das convicções, o que significa que a obrigatoriedade de um mundo sem pluralidade não existe mais. Conclusão, a vivência dos valores autotranscendentes é algo mais natural, fruto da

verdadeira internalização desses valores, caso contrário, diante dos apelos, essas famílias facilmente sucumbiriam aos outros estilos apregoados vastamente.

É ainda um fator importante a ser observado, que a Igreja passa por transformações no seu processo formativo, quando relacionada à família, pois percebe que não basta ter nascido num lar católico, ser batizado, para assumir sua doutrina. É necessário agora sistematizar, transmitir e inculcar seus valores para que a família tenha um rosto, que mesmo sabendo da existência de outras configurações, possa ser reconhecida como sendo sua identidade. Daí a constante busca de formação religiosa, cultural e que abrange aspectos psicológicos, para fazer com que as pessoas acreditem, saibam por que o fazem e manifestem a crença na ação.

A identidade que permite ser observada a partir deste estudo é algo interessante, porque não responde àquilo que se pensava, por exemplo, um século atrás, embora preserve elementos desse, assim como não deixa de manifestar diferença com outras perspectivas. Existe, portanto, um jeito de ser família católica hoje. A família está na comunidade, assume suas práticas, observa sua doutrina, é impelida a não vivê-la também, conhece e sente a pressão social que a questiona todos os dias. Basta recordar as palavras da família F 7, que ouviu inúmeras vezes se queria ser santa e substituir os padres porque, segundo as pessoas que não estão engajadas, ela se deixara levar demais pelos afazeres eclesiais, mesmo que para a família aqueles afazeres não significassem excesso. É somente um modo diferente de organizar a própria vida e o calendário, para suprir as suas necessidades psicossociais e espirituais.

As famílias em questão têm uma preocupação com o futuro, quando pensam nos filhos imediatamente percebem que as mudanças sociais imprimem rapidamente uma visão de mundo muito diversa da sua. Assim, a vida em família precisa atrair as crianças e adolescentes, não pode mais ser um conjunto de regras frias, “isso pode, isto não pode”. É necessário que os menores aprendam pelo exemplo dos adultos, que vale a pena pensar e agir orientados por princípios que advêm de longínquos tempos. A maneira que encontram é convidá-los para praticar a crença, não impõem, mas enquanto menores, não se negam a orientar e quando necessário, exigir.

A sociedade faz crescer na família católica contemporânea alguns valores importantes, que ficavam à margem, porque na família católica tradicional do passado, o conceito patriarcal imprimia a subserviência da mulher à figura masculina. Muitas vezes foi possível observar na pesquisa que essas famílias destacam a busca do diálogo como algo fundamental para a sua constituição e preservação, algo impensável anteriormente.

Esse comportamento revela uma família mais transparente, que não esconde as mazelas, os conflitos, os medos, mas que busca outros caminhos para manter, de modo adequado, a doutrina familiar que carrega uma história de 20 séculos. Essa transparência atrai, por isso, outras famílias manifestam admiração e até o desejo de ser e agir de modo igual, embora lhes falte, a adesão e a internalização de valores autotranscendentes.

A atração que exercem tem conotação além da religiosa. Quando uma família, ou várias conjuntamente, são capazes de observar que a mídia traz conteúdos inadequados, que não gera conscientização, ao contrário, desagrega, quando percebe e analisa atitudes dos agentes sociais, inclusive do Estado e sua educação, ela exerce um papel questionador e de formação de opinião, atrai sim, pelo jeito de pensar e ser, assim como, incomoda, por isso é motivo de contestação. É uma prova que a intervenção doutrinal produz uma interferência, no sentido de inculcar valores evangélicos no ser da família que se deixa conduzir pela formação oferecida pela Pastoral Familiar.

Enfrentar o preconceito social quando diz que mulher que fica em casa é desocupada, tendo claro que o faz por um motivo transcendente: o bem do lar, e sendo fruto do diálogo com o esposo, que tem a consciência que ela é uma trabalhadora igual às outras, com um pouco mais de coragem, a manifestação de uma nova identidade, que tem base naquilo que é antigo: a família patriarcal, onde a mulher não trabalhava fora, embora trabalhasse muito em casa. Mas agora, não trabalhar no mercado é fruto de uma análise da realidade e de uma busca madura de preservar-se como entidade social, mesmo sofrendo a pressão avassaladora de pessoas que pensam como a maioria: a mulher só se realiza se trabalhar fora.

Na identidade da nova família católica, a doutrina não é mais uma imposição, é uma necessidade dessa família, é fator religioso e psicológico agregador, é algo leve, embora como qualquer percepção e/ou configuração exija amadurecimento, compromisso e busca constante.

A dialética de base confronta a escolha de um Eu Ideal, com a realidade do Eu Atual. As famílias se apresentam diante dos apelos da sociedade mercantil, para que, livres interiormente, possam fazer opções para agir como pessoas maduras, segundo os valores autotranscendentes.

Caso os valores autotranscendentes fossem somente proclamados e não vividos, a família partiria de um Eu Ideal não realístico, comprometendo o projeto de vida, porque as necessidades e os valores estariam dissonantes, afetando a consistência.

Pode-se, assim, afirmar que as famílias pesquisadas têm um projeto realista de vida, pautado na doutrina matrimonial católica, pois vivem, em grande parte, os valores que proclamam, mas estes mesmos valores não estão situados no passado, como por exemplo, no

século XIX. Estão no hoje, em outra época, são novas exigências, e isso tudo faz surgir uma nova identidade, através dos valores e símbolos adotados, mas inseridos, questionados e adaptados aos novos tempos.

Na perspectiva de uma “sociedade líquida”, também é possível verificar que essas famílias mantêm uma coesão das falas e da prática, algo incomum na atualidade, quando tudo se transforma e muda rapidamente de acordo com a moda. Sem uma profunda identidade com os valores autotranscendentes, dificilmente tais famílias seriam capazes de manter esse estilo de vida no presente, sobretudo quando todos os valores religiosos são questionados.

Mas a identidade dessa forma de família também é múltipla e dinâmica. Embora arraigada na tradição católica, ela permite uma constante “inculturação” no tempo, não é mais como antes, no período patriarcal, e nem assumiu os elementos da pós-modernidade, como algumas das demais configurações familiares. Por isso, não se pode afirmar que a identidade da família católica, é uma identidade não “conflitante”, dinâmica. O conflito e a tensão geram uma identidade nova, que leva acreditar nos valores autotranscendentes, querem e até os vivem, mas esse conceito não está fechado no tempo, é uma unidade e multiplicidade dialogante. Não é uma identidade que discrimina, todavia, não é aquela que aceita tudo passivamente. Há assim, uma identidade que surge da tensão entre a tradição e novo.

A exemplo dos teóricos da psicologia social, Rulla admite essa dinamicidade da identidade, quando o conceito de consistência passa pela constante adequação da relação do indivíduo com Deus e com as pessoas.

Se no mundo essas famílias procuram ser sinais de amor, de justiça, de serviço, de compromisso, porque têm um fim último que as move, embora não estejam vivendo numa redoma que as cerca da vida social e seus apelos, manifestam pelas atitudes, um jeito de ser no mundo, que aponta para um vir-a-ser, um dinamismo. É uma identidade que passa pela alteridade. Nesse caso é característico aquilo que aponta Lonergan (2006), a necessidade da experiência do fato, que leva à intuição. Esta se torna reflexão para depois levar a uma tomada de decisão pelo bem em si ou não. É uma identidade inacabada, mutante, mas não relativista!

À Igreja fica a responsabilidade de não banalizar a seriedade dos fatos. A doutrina familiar continua válida, mas precisa estar atenta às novas situações que exigem coragem para estudar, ouvir e adentrar mais profundamente as novas problemáticas.

A validade doutrinal não pode se tornar fator de segurança, porque ela apresenta os valores ideais, mas estes precisam encontrar um “ser”, que os acolham, internalize-os, e os manifeste em atitudes. É nessa dinâmica que a Igreja pode estar perdendo a possibilidade de

colaborar com a sociedade, como agente de formação, quando não atenta para tudo que ocorre ao seu redor, quando se agarra demasiadamente à “lei” e descuida da vida.

O Sínodo da Família, conferência de estudos e análises, que ocorre com a presença de bispos e peritos de todo o mundo, convocado pelo Papa, está exatamente rediscutindo essa situação, partindo não da doutrina, mas da realidade familiar nas suas diversas concepções, para depois perceber como a doutrina pode oferecer luzes para a problemática existente.

Uma das estratégias para repensar os processos psicossociais das famílias católicas, pode ser olhar, como está fazendo o Sínodo, a vida concreta da família católica imersa no mundo e sua pluralidade de ideias, para depois “inculturar” a doutrina, servindo-se dos processos formativos, para que a intervenção não seja irrealista, mas provoque uma internalização dos valores autotranscendentes a partir da vida real de cada família.

Não pode a Igreja desconhecer que parcela significativa da família mudou, seu pensamento e ação divergem expressamente daquilo que caracterizava a sociedade de um século atrás ou menos ainda, das últimas quatro décadas. Por isso, a sociedade também afeta a Igreja, que precisa dialogar com a realidade tendo em vista sua doutrina perene, que pode, inserida no cotidiano da família moderna, oferecer possibilidades de construir uma identidade neste tempo, aproveitando-se dos valores eternos, sem negar aquilo que caracteriza o momento presente.

Por isso, os padres sinodais reconhecem que as demais configurações familiares, mesmo não correspondendo àquela maneira “ideal” de constituir família, trazem consigo valores psicossociais, porque as pessoas os têm independentemente de estarem dentro do conceito “tradicional” de matrimônio. Contudo, reafirmam que a família católica é uma maneira viável de ser no mundo, por oferecer grande contribuição para sua melhoria, mas não a coloca como a única via.

Contextualizando a família na Teoria da Autotranscendência na Consistência, Rulla faz perceber que os valores transcendentais, que definem a visão cristã, estão intimamente ligados as motivações existenciais. O ser família na concepção católica é uma motivação existencial, profundamente arraigado nos valores autotranscendentes.

Documentos do Magistério

DOCUMENTOS CONCILIARES

COMPÊNDIO VATICANO II, Constituições, Decretos, Declarações.

_____. GAUDIUM ET SPES. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. DEI VERBUM. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. APOSTOLICAM ACTUASITATAM. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. NOSTRA AETATE. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

BENTO XVI. **Deus Caritas Est**. 2005. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. Sacramentum Caritatis. São Paulo, SP: Paulinas, 2007.

_____. In: Encíclica Spes Salvi. 6. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2009.

_____. **Mensagem para o Dia Mundial das Missões**. Disponível em: <<http://www.radiocoracao.org/noticias/bento-xvi/crise-da-fe-e-obstaculo-para-evangelizacao-salienta-bento-xvi>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

_____. **Mensagem para o Dia Mundial das Missões**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/missions/documents/hf_ben-xvi_mes_20100206_world-mission-day-2010_po.html>. Acesso em: 25 maio 2013.

_____. **Rádio Vaticano**. Disponível em: Newsletter.brasil@vatiradio.va. 2009. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. À ROTA ROMANA. INTENSIFICAR PREPARAÇÃO PASTORAL PARA O MATRIMÔNIO. 2011. Disponível em: <http://pt.radiovaticana.va/storico/2011/01/22/bento_xvi_%C3%A0_rota_romana:_intensificar_prepara%C3%A7%C3%A3o_pastoral_para_bra-456432>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Discurso na abertura do Congresso Diocesano na Basílica de São João de Latrão. 2005. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20050606_convegno-famiglia_po.html>. Acesso em: 12 jul. 2012.

JOÃO PAULO II. **Evangelium Vitae**. In: Encíclicas de João Paulo II. São Paulo, SP: Paulus, 1997.

_____. **Familiars Consortiumio.** Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio_po.html>. Publicado em 1981>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **Exortação Apostólica Chistifideles laici.** Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_po.html>. Publicada em: 1998. Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. **Cartas às famílias.** Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/documents/hf_jp-ii_let_02021994_families_po.html>. Publicada em: 1994. Acesso em: 28 nov. 2012.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium.** São Paulo, SP: Paulinas, 2013.

PAULO VI. **Humanae Vitae.** São Paulo, SP: Paulus, 1967.

DIREITO CANÔNICO

VATICANO. Loyola, São Paulo, SP, 1983.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA

PONTIFÍCO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. Disponível em: <<http://www.paroquias.org/artigo.php?a=6.2005>>. Acesso dia 22 mar. 2011.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO

CELAM. **Conclusões de Aparecida.** São Paulo, SP: Paulus, 2007.

TEXTOS DA CNBB

_____. 65. **Pastoral Familiar no Brasil.** 15. ed. São Paulo, SP: Paulus, 2003.

_____. 79. **Diretório da Pastoral Familiar.** 7. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2011.

SACRAMENTÁRIO

_____. **RITUAL DO MATRIMÔNIO.** 2. ed. São Paulo, SP: Paulus, 2003.

ALVES, J. C. M. **Direito Romano.** Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1977.

AQUINO, T. de. **A Suma Teológica,** Q. 41. ed. Porto Alegre, RS: EST/Sulina/UCS, 1990.

BALDISSERA, D. P. **Identidade Vocacional**. São Paulo, SP, 2010. (ID. 991828 www.lulu.com)

_____. **Representações simbólicas do sujeito**. Conexões psicológicas com a religiosidade de candidatos ao presbiterado católico. (Tese de Doutorado em Psicologia). PUC, SP. 2009. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1&id=8721>. Acesso em: 04 abr. 2012.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2003.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo, SP: UNESP, 1997.

BERGOGLIO, J.; SKORKA, A. **Sobre o céu e a terra**. São Paulo, SP: Paralela, 2013.

BÍBLIA DO PEREGRINO. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

BLANK, C. E. **Construir o Matrimônio na Pós-modernidade**. Novas estratégias construtivas e interativas para a convivência matrimonial. São Paulo, SP: Paulus, 2006.

BRITTO, R. R. **CIBERCULTURA, sob o olhar dos Estudos Culturais**. São Paulo, SP: Paulinas, 2009.

CARNEIRO, T. F. **Família: diagnóstico e terapia**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1983.

CECCARELLI, P. R. **Novas Configurações familiares: Mitos e Verdades**, 2007. Disponível em: <<http://ceccarelli.psc.br/paulorobertoceccarelli/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/confmitver.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

CIAMPA, A. da C. As categorias fundamentais da psicologia social. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo, SP: Brasiliense, 9ª reimpressão, 2011.

COSTA, M. L. **Aula na disciplina de Representação Social, Mestrado em Psicologia**, UCDB, 09 de junho de 2012.

ECCO, C. **Ideário Católico sobre as famílias e sociedade a partir dos documentos da Igreja Católica**. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1888/1185>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

DESSEN, M. A. **Estudando a família em desenvolvimento: desafios e conceituais e teóricos**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca10.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

DESCHAMPS, J-C.; MOLINER, P. **Identidade em psicologia social**. Dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

EGENOLF, P. **Vocation and motivation**. Disponível em: <<http://www.isfo.it/files/File/Segnalazioni/On%20Rulla.pdf>. 2003>. Acesso em: 20 maio 2012.

ERIKSON, E. H. **Childhood and Society**. New York. W. W. Norton, 1963.

FALCETO, O. G. In: PRADO, Luiz Carlos. **As mudanças Sociais e as transformações das Funções Parentais**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

FLANDRIN, J. L. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.

FOWLER, J. **Estágios da fé**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1992.

FRANK, V. E. **A presença ignorada de Deus**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.

GALANO, M. H. Famílias e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e**. São Paulo, SP: Casa da Psicologia, 2006.

GÊNESIS, **ANTIGO TESTAMENTO**: In: BÍBLIA DO PEREGRINO, São Paulo, SP: Paulus 2002.

GILLES, S. **Família, pobreza e violência**. São Paulo, SP: Paulinas, 2000.

GOYA, B. **Psicologia e vida consagrada**. São Paulo, SP: Paulus, 1999.

GRANDESSO, M. A. Famílias e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e**. São Paulo, SP: Casa da Psicologia, 2006.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IMODA, F. **Psicologia e Mistério**. São Paulo, SP: Paulinas, 1996.

JUNG, C. G. Psychology and Religião. In: **“Collected Works”**. London: Routledge and Kegan Paul, 1953 ss. v. 11.

KAMERS, M. **As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais**, 2011. Disponível em: <<http://www.unimedblumenau.com.br/downloads/Unimed%20Vida/artigo%20Michele%20familia%20revista%20estilos%20da%20clinica.pdf>> Acesso em: 30 out. 2012.

KASLOW, F. W. Families and Family Psychology at the Millenium. **America Psychologist**. v. 56. n. 1, p. 37-46, 2001.

KOHLBERG, L. **Essays on Moral Development**. v. 1: The Philosophy of Moral Devopment. San Francisco: Harper and Row, 1981.

JEREMIAS, **ANTIGO TESTAMENTO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

JOÃO, **APOCALIPSE. ANTIGO TESTAMENTO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

_____. **EVANGELHO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

LANE, S.T. M. **O que é Psicologia Social**. 10. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

LONERGAN, B. **INSIGHT. Estudo sobre La Comprensión Humana**. 2. ed. Salamanca, Espanha: Ediciones Sígueme, 2004.

_____. **Método em teologia**. 4. ed. Salamanca, Espanha: Ediciones Sígueme, 2006.

MAFFESOLI, M. **Notas sobre a Pós-Modernidade**: o lugar faz o elo. Rio de Janeiro, RJ: Atlântica, 2004.

MANENTI, A. **Viver em Comunidade**: aspectos psicológicos. São Paulo, SP: Paulinas, 1985.

_____. **O casal e a família**. São Paulo, SP: Paulinas, 1998.

MATEUS, **EVANGELHO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**, São Paulo, SP: Paulus, 2002.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo, SP: Hucitec, 1998.

MARCOS, **EVANGELHO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

MEAD, G. **Espírito, persona e sociedad**. Desde el de vista del conductismo social. 3. ed. Bueno Aires, Argentina: Paidos, 1972.

MINUCHIN, S. **Famílias Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

MOREIRA, L.; CARVALHO, A. M. A. **Família, subjetividade, vínculos**. São Paulo, SP: Paulinas, 2007.

MORRIS, C. W. **Mente, Self e Sociedade (Org)**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

NIETZSCHE, F. W. **O Anticristo, XXVII. Ensaio de uma Crítica do Cristianismo**. Tradutor: André Díspre Cancian. Disponível em: Fonte Digital: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/anticristo.html>. 2006. Acesso em: 25 jun. 2013.

OLIVERIA, E. de; ENS, R. T.; ANDRADE, D. B. S. F.; MUSIS, C. R. de. **Análise de Conteúdo e pesquisa na área de educação**. 2003. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=637&dd99=pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

OSORIO, L. C. **O que é a família, afinal?** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

PANASIEWICZ, R. **Identidade cristã e pluralismo religioso contemporâneo: uma reflexão a partir da teologia de Claude Geffré**. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Panasiewicz,%20Roberlei.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

PAULO, **CORÍNTIOS**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**, São Paulo, SP: Paulus, 2002.

_____. **EFÉSIO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**, São Paulo, SP: Paulus, 2002.

PORRECA, W. **Famílias em segunda união. Questões pastorais**. São Paulo, SP: Paulinas, 2010.

_____. **Filhos: desafios e adaptações na família em segunda união**. São Paulo, SP: Paulinas, 2012.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como Material de Pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

REIS, (1º): **ANTIGO TESTAMENTO**: IN: **BÍBLIA DO PEREGRINO**, São Paulo, SP: Paulus, 2002.

RIGOTTI, S. P. et al. **Temas em psicologia forense e psicologia jurídica**. São Paulo, SP: Vetor Editora Psico-Pedagogia, 2003.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. *Alea*, Rio de Janeiro, RJ. v.7, n. 2, p. 305-322, July/Dec. 2005.

RUBIO, A. G. **Unidade na Pluralidade**. São Paulo, SP: Paulus, 2001.

RULLA, L. M. **Antropologia da vocação cristã**. São Paulo, SP: Paulinas, 1987.

_____. **Psicologia do profundo e vocação**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 1986.

SANT'ANA, R. B. de. **Autonomia do Sujeito: As contribuições Teóricas de G. H. Mead**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a02v25n4.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

SARTI, C. A. "O valor da família para os pobres". In: Ribeiro, Ivete. (Org.). **Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações culturais na Sociedade Brasileira**. São Paulo, SP: Loyola, 1995.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **Teorias da Personalidade**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2002.

SILVA, J. O. G. **A família e seus valores em meio às ameaças e desafios do nosso tempo**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-familia-e-seus-valores-em-meio-as-ameacas-e-desafios-do-nosso-tempo/25870/>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SILVA, P. C. **Antropologia personalista de Karol Wojtyla**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2005.

SIQUEIRA, A. M. **Conceito de família**: antecedentes históricos. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17628/o-conceito-de-familia-ao-longo-da-historia-e-a-obrigacao-alimentar>>. Publicado em 2010>. Acesso em: 05 nov. 2012.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A Família Contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

TOMASI, F. L. M. **Ouro testado no fogo**. São Paulo, SP: Paulinas, 2010.

VILHENA, J. **Repensando a família**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0229.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

WAGNER, A. (Col.). **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**. Porto Alegre, RS: Artemed, 2011.

WEYTEN, W. **Introdução à Psicologia**: temas e variações. 4. ed. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2002.

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – FAMÍLIAS
DA PARÓQUIA CRISTO REI

Projeto: IDENTIDADE FAMILIAR: UM ESTUDO A PARTIR DA “TEORIA DA AUTOTRASCENDÊNCIA NA CONSISTÊNCIA” DE RULLA

Pesquisador: Crispim Guimarães dos Santos

Concordo em participar como voluntário da pesquisa que está sendo realizada pelo pesquisador acima citado, com as Famílias dos grupos de casais da Paróquia Cristo Rei, de Laguna Carapã, MS. Esta pesquisa faz parte de um projeto de dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande /MS, na área de Psicologia da Saúde.

O objetivo desta pesquisa é verificar a “Identidade Familiar” dos casais que optaram pelo Matrimônio Católico na intercessão da Doutrina, da Psicologia e das falas da vida cotidiana, a partir da Teoria da Autotranscendência na Consistência de Rulla, por meio da aplicação de questionário e entrevista aberta.

Ao decidir e aceitar a minha participação neste estudo, foi esclarecido e estou ciente de que:

a) Minha participação é inteiramente voluntária.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO AUTOAPLICÁVEL

Solicitamos a atenção da família para responder às questões que seguem. Informamos que os dados coletados são confidenciais.

QUESTIONÁRIO

I – IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO: _____

Quantos anos de casados? _____

Quantos filhos? _____

II - HISTÓRIA FAMILIA

- Quais valores trazem da tradição familiar? Descreva que importância eles têm em sua vida no dia a dia.
- Como avaliam a influência de seus pais na visão de família que hoje vocês têm?
- Quais aspectos familiares de ontem, acreditam ser importantes hoje?
- Como foram os períodos de namoro e noivado?
- Existem influências dos familiares na visão de família? Quais?

III - HISTÓRIA VOCACIONAL

- Quando pensaram em casar, que sonhos tinham em mente?
- Houve mudança em sua visão do casamento? Pode explicar, dando alguns detalhes?
- Que papel desempenha em sua vida matrimonial a religião?
- Que práticas religiosas vocês cultivam em sua vida familiar? Quanto às práticas, por qual motivo fazem?
- De que maneira os ensinamentos da Igreja sobre o matrimônio influem sobre a vida familiar de vocês?
- Que importância atribuem a Jesus Cristo em sua vida familiar? Pode dar algum exemplo?

- Descrevam um pouco como é a vida social de vocês, seus relacionamentos com amigos?
O que lhes causa solidão? Como procuram sair dela?
- Quando há opiniões divergentes entre vocês, como lidam com essas situações?
- Que meios usam para resolver os problemas que surgem entre vocês?
- Como tomam as decisões que afetam toda a família?
- Quais as maiores dificuldades que encontram na educação dos filhos?
- Quais as maiores preocupações em relação ao futuro dos filhos?

IV - IDENTIDADE:

- Como descrevem a família?
- O que gostariam de mudar na sua família?
- Descrevam o programa de um dia. (Como é um dia típico?)
- O que a caracteriza como Família Católica?
- Experimentam inveja? Sobre o quê? O que sentem sobre esses sentimentos?
- O que lhes causa medo? Por quê? O que fazem quando sentem medo?
- Quais são as personalidades que admiram? Por quê?
- Quais são seus ideais? Valores? Aspirações? Ambições? Esperanças?
- Qual a coisa mais importante no mundo para vocês?
- Como vocês se imaginam daqui a 10 anos?
- Qual o sonho de consumo?
- Como sentem a cobrança social em relação à família?
- Gostariam de ser reconhecidos? Como?
- A família deseja algo para si?
- Entre o que a Igreja pede e os apelos da sociedade, como a família se resolve?

APÊNDICE C

